



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Universidade Técnica de Lisboa



CAPITAL SOCIAL, ENVELHECIMENTO ACTIVO E DINÂMICAS DE LIDERANÇA: UM ESTUDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE APOIO À POPULAÇÃO IDOSA EM OEIRAS

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Política Social

Mestranda: Maria Isabel Redondo Martins

Orientador: Professor Doutor Fausto Amaro

Lisboa
2010

Nome: Maria Isabel Redondo Martins

Mestrado em Política Social

Orientador: Professor Doutor Fausto Amaro

Data: 01 de Fevereiro 2010

Título da Tese: *CAPITAL SOCIAL, ENVELHECIMENTO ACTIVO E DINÂMICAS DE LIDERANÇA: UM ESTUDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE APOIO À POPULAÇÃO IDOSA EM OEIRAS*

A presente tese tem como objecto de estudo as organizações de apoio à população idosa sediadas em Oeiras, com a particularidade de serem criadas e geridas por idosos; analisa a sua contribuição para o envelhecimento activo e produtivo dos associados, dinâmica de liderança, impacto na comunidade envolvente e papel como geradoras de capital social.

A partir da análise do modelo de organização e funcionamento, entrevista aos seus líderes e questionário aplicado a uma amostra de associados, foram comparadas entidades previamente categorizadas de acordo com a sua orientação operativa em Convívio, Ensino e Conhecimento, e Apoio Psicossocial, e delineadas as suas semelhanças e singularidades, aferindo o desempenho de cada uma das tipologias a nível de produção de capital social.

Os resultados alcançados permitiram determinar o papel do associativismo como fonte de capital social, o que pode ser potenciado pela tipologia da entidade, características do seu líder, bem como pela estrutura da organização e o seu relacionamento com o ambiente externo.

Nas situações mais favoráveis pode surgir um compromisso cívico por parte dos líderes e associados, que gera um aumento de capital social a nível individual, organizacional e comunitário.

Palavras-Chave: Envelhecimento, Associativismo, Liderança, Capital Social, Activação Social e Redes Sociais.

Title of the Thesis: *SOCIAL CAPITAL, ACTIVE AGEING AND LEADERSHIP DYNAMICS: A STUDY ON SOCIAL ORGANIZATIONS FOR ELDERLY POPULATION SUPPORT IN THE MUNICIPALITY OF OEIRAS.*

This thesis studies the elderly-supporting organizations characterized by foundation and management led by elderly people, at work in the municipality of Oeiras, Portugal; their contributions to the active and productive ageing of the associates, the leadership dynamics involved, the impact in the home community and their role as social capital generators is analysed.

Using data from model and workflow analysis for each selected organization, leaders interview and a questionnaire applied to sampled associates, several entities classified according to their main scope (Socialization, Learning, and Psychosocial Support) were compared, emphasising common features and singularities, and performance at social capital production was gauged for each profile outlined.

Our results allow for a documentation of the role of associativism as a source of social capital, a characteristic that can be enhanced according to the type of entity, traits of their leaders and internal structure, and the level of relationship established with the external environment.

Given favourable circumstances, a civic commitment rises among elderly leaders and associates enhancing social capital simultaneously at individual, organizational and community levels.

Key Words: Ageing, Associativism, Leadership, Social Capital, Social Activation, Social Networks

Agradecimentos

Ao apresentar este trabalho não poderia deixar de exprimir o meu agradecimento às pessoas e às entidades que o tornaram possível.

O meu primeiro agradecimento vai para o orientador, Senhor Professor Doutor Fausto Amaro, pelo apoio científico recebido e a forma como, através de episódios e histórias, me fazia centrar e reflectir sobre o trabalho a desenvolver. Não poderia, ainda, deixar de realçar o papel da Câmara Municipal de Oeiras, por me ter facilitado a produção desta tese.

Às organizações sociais inquiridas, pela receptividade dos seus presidentes e colaboração dos seus sócios na resposta aos questionários.

Expresso ainda a minha gratidão aos muitos colegas, que não posso aqui nomear como mereciam, pela extensão da lista, pelo incentivo e interesse demonstrados ao longo deste trabalho.

Para a minha família e amigos que me acompanharam ao longo deste percurso, fica também o meu profundo agradecimento, e a certeza que ficaram também mais sensíveis à temática das novas formas de envelhecer.

“ O futuro não pertencerá unicamente às pessoas idosas, o que seria contrário à própria ideia de integração das gerações. Mas também não se fará sem elas, o que é uma oportunidade a não negligenciar (...)”. Michel Loriaux

Índice Geral

Agradecimentos.....	4
Índice de Tabelas	8
Índice de Figuras	11
Introdução	12
Parte I. Envelhecimento, Capital Social e Liderança	16
Capítulo I. Envelhecimento activo e produtivo	16
1. O processo de envelhecimento humano	16
2. Envelhecimento e Velhice	18
3. Envelhecimento activo e qualidade de vida	21
4. Participação do idoso na sociedade e políticas da velhice	24
5. O isolamento do idoso e a prestação de cuidados a esta faixa etária	26
6. Trabalho comunitário e participação social dos idosos	26
Capítulo II. Capital social, redes sociais e activação social	29
7. Promoção de capital social e constituição de redes	29
8. O papel das redes sociais e do associativismo na construção de capital social	34
9. Organizações Sociais	38
10. Capital social e activação social	41
Capítulo III. Liderança	42
11. Liderança e gestão de equipas	45
12. Liderança nas organizações sociais	45
Capítulo IV – Panorama internacional e nacional	47
Capítulo V. Panorama local	52
13. Caracterização sócio-demográfica do Concelho de Oeiras	52
14. Orientações municipais	60
Parte II. Metodologia	64
1. Contextualização.....	64
2. Objectivos e universo da pesquisa	65
3. Processo de amostragem e dimensão da amostra	68
4. Construção do instrumento de recolha de dados	69
5. Análise e tratamento dos dados	69
6. Mapas Conceptuais	69
Parte III. O Caso do Concelho de Oeiras	73
Capítulo I. Caracterização das Organizações	73
1. Actividades de Lazer e Convívio	74
2. Ensino e Conhecimento	76
3. Voluntariado/ Apoio Psicossocial	78

Capítulo II. Trajectória e visão dos líderes	80
Capítulo III. Opinião dos sócios das organizações estudadas	91
1. Caracterização da amostra	92
2. Razões de pertença à entidade.....	97
3. Participação cívica.....	100
4. Acesso à informação	104
5. Participação política.....	106
6. Impacto da integração na associação	108
7. Avaliação da Entidade pelos sócios	116
Parte IV. Síntese dos Resultados	126
Conclusão	129
Bibliografia	135
ANEXOS	141
Inquérito por questionário aos sócios	141
Guião de Entrevista aos dirigentes	149
Entrevista e Análise de Planos e Relatórios de Actividades- Resultados	153
Apuramento de Dados dos Inquéritos por Questionário- Resultados	166

Índice de Tabelas

Tabela 1. Capital Social - Síntese de autores, conceitos-chave e impactos	30
Tabela 2. Capital Social - Perspectivas de análise de Michael Woolcock.....	33
Tabela 3. Medidas dirigidas aos Idosos.....	49
Tabela 4. Evolução da população residente no Concelho de Oeiras, nos concelhos limítrofes, na Grande Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa (1960-2001).....	52
Tabela 5. Grupos etários no Concelho de Oeiras (1991, 2001 e 2007)	53
Tabela 6. Residentes no Concelho de Oeiras com 65 ou mais anos (2001), por freguesia	54
Tabela 7. População activa e não activa, com mais de 15 anos, no Concelho de Oeiras (2001)	55
Tabela 8. Número total de pensionistas activos residentes no Concelho de Oeiras, por Regime de Segurança Social, e valor das pensões pagas (2008)	57
Tabela 9. Valores médios das pensões pagas no Concelho de Oeiras, por regime e tipo de pensão (2008)	58
Tabela 10. Câmara Municipal de Oeiras – Objectivos Estratégicos, Operacionais e Acções/ Projectos dirigidos à população idosa (2009)	63
Tabela 11. Rede de Equipamentos Sociais do Concelho de Oeiras, vocacionados para a População Idosa, por Freguesia	66
Tabela 12. Organizações Sociais do Concelho de Oeiras, objecto de estudo, por categoria.....	67
Tabela 13. Tipologia das entidades do universo e selecção da amostra	68
Tabela 14. Entidades seleccionadas, número de associados e de questionários aplicados	68
Tabela 15. Análise dos aspectos mais relevantes das Entrevistas	88
Tabela 16. Tipologia de Liderança de Robert Quinn	89
Tabela 17. Caracterização da amostra - Número de questionários aplicados	92
Tabela 18. Caracterização dos inquiridos, segundo o género e por tipo de entidade.....	93
Tabela 19. Caracterização dos inquiridos, segundo o estado civil, por tipo de entidade	94
Tabela 20. Caracterização dos inquiridos, segundo as habilitações literárias, por tipo de entidade ...	95
Tabela 21. Caracterização dos inquiridos, segundo a religião, por tipo de entidade	96
Tabela 22. Caracterização dos inquiridos, segundo os rendimentos mensais do agregado familiar, por tipo de entidade.....	96
Tabela 23. Via pela qual o associado tomou conhecimento da existência da entidade, por género ...	97
Tabela 24. Via pela qual o associado tomou conhecimento da existência da entidade, por tipo de entidade.....	98
Tabela 25. Motivações para a integração na entidade, por género.....	98
Tabela 26. Motivações para a integração na entidade, por tipo de entidade	99
Tabela 27. Período de tempo referente à pertença à entidade, por tipo de entidade	100
Tabela 28. Auto-avaliação da participação na entidade, por género.....	100
Tabela 29. Auto-avaliação da participação na entidade, por tipo de entidade	101

Tabela 30. Frequência de participação em actividades, por tipo de entidade.....	101
Tabela 31. Frequência de participação em actividades, por habilitações literárias.....	102
Tabela 32. Período de tempo dedicado à entidade, em horas semanais, por tipo de entidade	103
Tabela 33. Pertença a outras entidades	103
Tabela 34. Frequência de visionamento de televisão (na última semana).....	104
Tabela 35. Leitura de jornais (na última semana), por tipo de entidade.....	104
Tabela 36. Hábito de leitura de jornais locais	105
Tabela 37. Fontes de informação relativas à actuação do Governo, por tipo de entidade	105
Tabela 38. Pertença a partido político	106
Tabela 39. Confiança nos políticos, por tipo de entidade	106
Tabela 40. Confiança nos políticos, por género.....	107
Tabela 41. Confiança nos políticos, por habilitações literárias	107
Tabela 42. Indicação de participação em iniciativas de cariz político (nos últimos 12 meses)	108
Tabela 43. Impacto no estilo de vida, por género	108
Tabela 44. Impacto no estilo de vida, por tipo de entidade	109
Tabela 45. Impacto nas relações familiares, por género	109
Tabela 46. Impacto nas relações familiares, por tipo de entidade.....	110
Tabela 47. Impacto na autonomia para a realização de actividades da vida diária, por género.....	110
Tabela 48. Impacto na autonomia para a realização de actividades da vida diária, por tipo de entidade	111
Tabela 49. Impacto no acesso a recursos sociais e de lazer, por género.....	111
Tabela 50. Impacto no acesso a recursos sociais e de lazer, por tipo de entidade	112
Tabela 51. Impacto nas condições de saúde, por género	113
Tabela 52. Impacto nas condições de saúde, por tipo de entidade.....	113
Tabela 53. Impacto no sentimento/percepção de segurança pessoal, por género	114
Tabela 54. Impacto no sentimento/percepção de segurança pessoal, por tipo de entidade	114
Tabela 55. Impacto no exercício de cidadania e de liberdade, por género	115
Tabela 56. Impacto no exercício de cidadania e de liberdade, por tipo de entidade.....	115
Tabela 57. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São desenvolvidas actividades estimulantes (intelectual e fisicamente) que apelem à criatividade e à imaginação”, por tipo de entidade.....	116
Tabela 58. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São reforçados os laços sociais e comunitários”, por tipo de entidade.....	116
Tabela 59. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São promovidas as relações intergeracionais”, por tipo de entidade.....	117
Tabela 60. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São reconhecidas e valorizadas as potencialidades e habilidades dos utentes”, por tipo de entidade	117
Tabela 61. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São respeitadas as limitações e fragilidades dos utentes”, por tipo de entidade	118

Tabela 62. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “É fácil aceder a uma função de dirigente”, por tipo de entidade.....	118
Tabela 63. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Tenho confiança na direcção da entidade”, por tipo de entidade.....	119
Tabela 64. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Tenho confiança nos restantes sócios”, por tipo de entidade	119
Tabela 65. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Sinto um compromisso para com a organização”, por tipo de entidade	120
Tabela 66. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Sinto um maior compromisso com a comunidade desde que estou na organização”, por tipo de entidade	120
Tabela 67. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Sinto mais satisfação com a minha vida desde que estou integrado na associação”, por tipo de entidade.....	121
Tabela 68. Apoio da direcção a projectos propostos pelos sócios	121
Tabela 69. Impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade, por tipo de entidade	122
Tabela 70. Impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade, por género	122
Tabela 71. Impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade, por habilitações literárias	123
Tabela 72. Auto-avaliação do associado relativamente à sua vida, por tipo de entidade	124
Tabela 73. Auto-avaliação do associado relativamente à sua vida, por género	124
Tabela 74. Auto-avaliação da vida do associado, por habilitações literárias	125

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo do círculo virtuoso de cidadania proposto por Putnam.....	32
Figura 2. Evolução da população residente no Concelho de Oeiras (1991, 2001 e 2007)	53
Figura 3. Índice de Envelhecimento no Concelho de Oeiras (1981, 1991, 2001 e 2007)	55
Figura 4. Modelo Conceptual	70
Figura 5. Modelo de análise adoptado	71
Figura 6. Trajectória do líder da Entidade A1	81
Figura 7. Trajectória do líder da Entidade A2	82
Figura 8. Trajectória do líder da Entidade B1	83
Figura 9. Trajectória do líder da Entidade B2	84
Figura 10. Trajectória do líder da Entidade B3	85
Figura 11. Trajectória do líder da Entidade C1	86
Figura 12. Matriz de caracterização das organizações sociais segundo o tipo de liderança	89
Figura 13. Caracterização dos inquiridos, segundo o género e por tipo de entidade	92
Figura 14. Caracterização dos inquiridos, segundo o estado civil, por tipo de entidade	94

Introdução

“O Século XXI é o Século do Envelhecimento...O envelhecimento demográfico é o fenómeno mais relevante do século XXI nas sociedades desenvolvidas devido às suas implicações na esfera sócio-económica, para além das modificações que se reflectem a nível individual e novos estilos de vida”.

(Carrilho, M.J. et al, 2004)

A melhoria das unidades de saúde e das condições sociais e económicas, o progresso da medicina, a alteração dos estilos de vida, entre outros factores, tem vindo a contribuir para o prolongamento da duração da vida humana. De acordo com a Organização Mundial de Saúde *“Em quase todos os países, a proporção de pessoas idosas com mais de 60 anos está a crescer mais rápido que qualquer outro grupo etário, como consequência do aumento da esperança média de vida e do declínio dos índices de fertilidade.”* (OMS, 2002). Em Portugal, a proporção de pessoas com 65 ou mais anos duplicou nos últimos quarenta anos, passando de 8% em 1960 para 16% em 2001. De acordo com as projecções demográficas mais recentes, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística, estima-se que esta população volte a duplicar nos próximos 50 anos representando, em 2050, 32% do total da população.

Para além da demografia em mutação, constata-se que as sociedades actuais estão sujeitas a outras mudanças importantes, em consequência de novos modelos familiares, de funcionamento da economia, da evolução tecnológica, das mudanças nas políticas e nas instituições. Estas pressões provocam, sobretudo ao nível das comunidades locais, alterações no acesso aos recursos e nas opções das pessoas, famílias e comunidades.

O envelhecimento populacional pode ser entendido como uma consequência bem sucedida das políticas de saúde pública e do desenvolvimento sócio-económico, mas desafia a comunidade a introduzir mudanças visando a obtenção de melhores padrões de saúde e capacidade funcional dos idosos, assim como a criação de ambientes capacitadores que garantam condições de participação social e segurança para este segmento populacional. Nesta linha, tem vindo a tornar-se imperativo conferir dignidade ao processo de envelhecimento, sendo necessário resolver, por exemplo, o problema de exclusão crescente dos idosos abandonados nos hospitais, lares ou isolados nas suas casas.

Torna-se, portanto, necessário o desenvolvimento de estratégias através das quais a velhice deixe de ser encarada como o afastamento da vida social, devolvendo-a à vitalidade, actividade e empreendedorismo, e fomentando a reintegração da pessoa idosa por experiência participativa no seu meio de vida, criando e mantendo ambientes favoráveis à sua plena integração, onde existam modalidades e diversidade de programas aptos a um envelhecimento digno. Trata-se de associar as políticas sociais nesta matéria ao paradigma do envelhecimento activo, defendido pela Organização Mundial de Saúde e entendido como o processo de optimização das oportunidades de vida em

termos de saúde, de participação e de desenvolvimento multidimensional do indivíduo à medida que este envelhece.

O grande desafio das sociedades actuais consiste em encontrar formas que possibilitem o aproveitamento do potencial desta faixa etária, em áreas que correspondam às suas expectativas e interesses, devendo, para tal, o contexto social oferecer oportunidades significativas, encontrando respostas para que os idosos continuem a ser parte integrante da comunidade.

A criação de condições para que as pessoas idosas sejam actores sociais participativos, proporcionando-lhes acesso à informação, à formação e ao desenvolvimento pessoal, possibilitados através de programas educativos, culturais e de ocupação de tempos livres, pode obter como retorno a sua participação mais activa na família e na comunidade onde estão inseridos. Esta participação activa local implica, assim, a aplicação de políticas que, directa ou indirectamente, interfiram na sua qualidade de vida e no seu posicionamento social.

Apostando nesta nova dinâmica de integração social, que valoriza o papel dos idosos na sociedade e cria respostas eficazes para esta faixa etária, o Município de Oeiras constituiu-se, nas últimas décadas, como referência no panorama das políticas públicas locais que promovem a qualidade de vida da pessoa idosa, apoiando não só as actividades e projectos da rede solidária mas também implementando projectos e estruturas diversificadas que correspondem às necessidades reais detectadas. A Autarquia tomou por objectivo tornar eficazes as respostas sociais para os idosos mais dependentes e, ao mesmo tempo, apostar no *envelhecimento activo* das pessoas idosas mais autónomas em termos funcionais e mentais, criando programas específicos para elas, ou apoiando a actividade de entidades direccionadas para a área do envelhecimento, incluindo as organizações criadas pelas próprias pessoas idosas.

É, precisamente, sobre este tipo de organizações que se centra o tema deste trabalho, considerando-se que o seu interesse deriva da sua actualidade e da necessidade em ser estudado o entrosamento do envelhecimento, associativismo e produção de capital social.

Quanto ao território em questão, Oeiras, a escolha prende-se com diversos factores: com o facto de este Município apresentar um elevado índice de envelhecimento, aliás integrado no quadro de envelhecimento da área da Grande Lisboa e do território nacional; a disponibilidade de estruturas diversificadas de apoio; e a familiaridade da mestrandia com a realidade e dinâmica locais. Com efeito, exerce funções no Município há cerca de 23 anos, especificamente na área social.

Esta pesquisa visa constituir contributo a uma área crucial de acção, que integra o conhecimento da participação cívica na concepção de programas municipais dirigidos a esta faixa etária, identificando as condições facilitadoras susceptíveis à actuação da edilidade ou de agentes locais, interpretando a construção de capital social com vista a idosos mais produtivos, ao enriquecimento social e à experimentação de um modelo social de cooperação que possa ser replicado noutros contextos.

Deste modo, ambicionamos averiguar se as organizações que nos propomos estudar estão orientadas para fomentar essa participação cívica, o ócio activo, o interesse por novos conhecimentos

ou a sua actualização e para o compromisso social. Procuraremos, ainda, analisar se a intervenção sócio-educativa dessas organizações contribui para aumentar os níveis de autonomia pessoal e de pertença social dos seus beneficiários, evitando o isolamento, a dependência familiar e social e a sensação de improdutividade, através do desenvolvimento de novos papéis ou manutenção de funções sociais.

Organização da dissertação

Como aspecto prévio à forma como o presente documento se encontra organizado, julga-se ser importante mencionar algumas condicionantes com as quais nos confrontámos no decorrer da nossa pesquisa, que podem ser sistematizadas da seguinte forma:

- O tempo disponível para a sua concretização e o tipo de temática, que acarreta uma dispersão de leituras, porque “tudo tem a ver com tudo”. Efectivamente, este aspecto parece estar relacionado com o fenómeno de “nevoeiro informacional” mencionado por Edgar Morin, (1981), que refere que um dos tipos de filtro mencionados, e que impede a visualização conveniente da temática que se pretende estudar, é a sobre-informação que afecta o investigador, “*traduzindo-se no excesso de informações em que é imerso no seu quotidiano profissional*”;
- A aplicação dos instrumentos de recolha de dados encontrou diversos entraves. No caso das entrevistas aprofundadas aos líderes, acarretou uma difícil conciliação de agendas. A realização dos inquéritos aos sócios teve de ser adiada em quase dois meses pela proximidade de três períodos eleitorais, visto que o questionário abordava questões relacionadas com a participação cívica, a decisão de votar e a confiança nos políticos; o elevado número apurado para que a amostra fosse representativa tornou morosa a sua aplicação, recolha e análise.
- O facto de a mestrandia ser dirigente de uma autarquia e ter a responsabilidade do Departamento que integra a Divisão de Acção Social, Saúde e Juventude, que disponibiliza apoios diversos ao funcionamento destas associações, pôde constituir vantagem no acesso às fontes, bem como na facilidade de aplicação dos instrumentos de recolha; no entanto, pode ter provocado algum efeito mimético (Carmo e Ferreira, 2008: 143), que procurámos atenuar através de cuidados na forma de colocação das questões, contenção estudada do discurso não verbal no decorrer das entrevistas, e opção por questionário não presencial.
- O prolongado afastamento da vida académica, que se traduziu numa necessidade de actualização de conhecimentos nas áreas de metodologia das ciências sociais, teorias sociológicas e programas informáticos aplicados às ciências sociais, entre outros tópicos.

Divide-se este documento em quatro partes essenciais. O enquadramento teórico-conceitual, a metodologia, a apresentação dos resultados apurados no decurso da pesquisa e as conclusões.

Assim, e após uma breve introdução, onde é feita uma primeira abordagem ao tema, é apresentado o enquadramento teórico e conceptual do tema onde são expostos os dados recolhidos no estudo bibliográfico das matérias inerentes à presente pesquisa.

Posteriormente, são apresentados os objectivos e universo de pesquisa, e esquematizada uma análise dos métodos de recolha de dados empregues, bem como uma reflexão sobre a amostra e a elaboração dos instrumentos de recolha de dados.

Seguidamente, são apresentados e interpretados, por área temática, os dados recolhidos através das entrevistas e dos inquéritos por questionário aplicados, assim como o tratamento estatístico dos mesmos.

Após esta interpretação são apresentadas, de forma conclusiva, as linhas gerais a reter, em termos de reflexão.

Inclui-se, ainda, uma lista completa das obras e artigos citados no texto e utilizados para a construção deste documento, constituindo-se como um guia bibliográfico para quem, eventualmente, pretenda desenvolver alguma das matérias versadas no presente relatório.

Para finalizar, integramos como anexos o inquérito e o guião de entrevista utilizados para a recolha de dados, a globalidade dos quadros que espelham os resultados obtidos pela aplicação dos inquéritos por questionário e a matriz com os principais resultados obtidos através das entrevistas e da análise de planos e relatórios de actividades das organizações estudadas.

Pretende-se com a organização exposta conferir a este documento uma forma clara e conclusiva, objectivo de qualquer trabalho de investigação científica.

Parte I. Envelhecimento, Capital Social e Liderança

“A liberdade pessoal inscreve-se, com efeito, nas margens de jogo que deixam entre si as diferentes instituições: o eu começa a existir por si mesmo na medida em que acede a uma gama de papéis, e consegue-o ao participar numa vida social diversificada.” (Erving Goffman)

Capítulo I. Envelhecimento activo e produtivo

“Nas sociedades contemporâneas, o substancial aumento da esperança de vida verificado durante o século XX associado às profundas mudanças societais, que para ele concorreram, faz emergir o envelhecimento e a velhice como questão social.” (Quaresma et al, 2004:3).

1. O processo de envelhecimento humano

As novas perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento humano enquadram-no como um processo amplo e complexo, presente ao longo de toda a vida do indivíduo e condicionado pela interacção de múltiplos factores interligados e em evolução. O estudo destas perspectivas encontra-se explanado em três modelos básicos de compreensão: o mecanicista, o organicista e o dialéctico-contextual (Osório e Pinto, 2007: 18-22). O **Modelo Mecanicista** envolve, essencialmente, as teorias da aprendizagem, assim como algumas teorias biológicas do envelhecimento, que se centram no uso e desgaste do organismo e na acumulação de erros e conhecimentos. O **Modelo Organicista** encara o envelhecimento como um processo de degradação celular e orgânica. E, finalmente, o **Modelo Dialéctico-Contextual**, que não se centra nem no indivíduo nem no meio em que está inserido, mas na relação estabelecida entre estes dois, ou seja, o envelhecimento é o produto da interacção entre o indivíduo e o ambiente.

Com um carácter geral, e inscrita nos modelos dialécticos, resulta a **Teoria do ciclo de vida**, que defende que o desenvolvimento humano deve ser entendido como um produto de factores internos e externos que se influenciam contínua e mutuamente. Destaca-se, portanto, a necessidade de estudar o desenvolvimento humano em todos os períodos da vida e de recorrer a outras variáveis, para além da idade cronológica, para explicar e descrever a sua evolução. Deste modo, a essência do envelhecimento não é apenas biológica, visto que é, em simultâneo, influenciada por factores relacionados com a história e a cultura, e com factores fundamentais, como a família, a saúde, a situação laboral, entre outros.

De acordo com Osório e Pinto (2007: 18-22), o envelhecimento humano pode, assim, ser definido como o processo de mudança progressivo da estrutura biológica, psicológica e social dos indivíduos

que, iniciando-se mesmo antes do nascimento, se desenvolve ao longo da vida. Assim sendo, não se trata de um problema, mas antes de uma parte natural e inevitável do ciclo de vida.

Deste modo, se é verdade que as condicionantes individuais, biológicas, genéticas e psicológicas, contribuem para a forma como envelhecemos e para a ocorrência de doenças ao longo da vida, não podemos esquecer que em muitas situações, o declínio das funções que se associam ao envelhecimento está intimamente relacionado com factores externos, comportamentais, ambientais e sociais, modificáveis e, como tal, alvo potencial da acção dinamizadora de organizações que aglutinam e promovem a interacção dos seus membros, nelas desaguando as potencialidades e experiência dos seus sócios e líderes.

2. Envelhecimento e Velhice

2.1. Perspectiva demográfica do envelhecimento

Tal como já foi referido, as sociedades ocidentais apresentam-se actualmente com uma estrutura populacional envelhecida, ou seja, assiste-se ao aumento relativo da população com mais de 65 anos no conjunto da população total. O envelhecimento demográfico deriva de uma de três razões principais:

- O envelhecimento natural do topo, resultante do acréscimo da percentagem da população idosa;
- O envelhecimento artificial do topo que acrescenta a concentração de idosos em regiões particularmente atraentes, ou noutras que são especialmente perdedoras de população jovem;
- O envelhecimento natural de base, resultante da quebra da natalidade e fecundidade.

As principais determinantes para o envelhecimento demográfico são o declínio da fecundidade e mortalidade conjugados com o aumento da esperança de vida. Estes, entre outros factores, têm vindo a contribuir para o prolongamento da duração da vida humana¹. No entanto, o que importa salientar, em concordância com estes autores e no âmbito da presente tese, é que o aumento da população idosa é muito mais do que uma questão estatística, trata-se de um assunto com uma relevante dimensão social.

2.2. Perspectivas sociológicas da velhice

2.2.1. Teoria dos Papéis

É uma das mais antigas teorias da gerontologia social, datando dos anos 40. Segundo esta teoria, os indivíduos vão desempenhando ao longo da vida, um conjunto de papéis (adulto, marido, avó, reformado, etc). Uns papéis são sequenciais, outros são concorrentes e os indivíduos vão ganhando ou perdendo papéis ao longo do seu ciclo de vida (Kinsella e David, 2005:35).

2.2.2. Perspectiva Estrutural/ Funcionalista

Esta perspectiva, referenciada por Lynott e Lynott (1996:749-760), propõe duas teorias:

- a) Teoria da desvinculação: que enfatiza a saída das pessoas idosas de determinados papéis para que a sociedade possa continuar a funcionar.

O envelhecimento é definido como sendo um inevitável e mútuo retiro ou desvinculação que resulta num decréscimo de interacção entre as pessoas idosas e os actores do sistema social ao qual pertencem. Isto é, o envelhecimento traduz-se pela mútua desvinculação entre os indivíduos idosos e a sociedade.

¹ De acordo com a "Avaliação de Indicadores 2001-2006" do Plano Nacional de Saúde, a esperança de vida, dos 65 aos 69 anos, em Portugal Continental, aumentou 3,4% entre 2001 e 2005.

Esta teoria sugere que os mais idosos são desvinculados das posições de responsabilidade social antes do começo da sua incapacidade ou morte e, desta forma, a sociedade vai efectuando uma transferência de status e papéis dos mais velhos para os mais novos.

b) Teoria da actividade: que enfatiza a necessidade de manter as pessoas idosas activas para que se integrem na sociedade, para que esta continue a funcionar.

Esta teoria, que surge nos anos 60, coincide com uma alteração na abordagem sociológica ao envelhecimento, que passa a ser organizado em torno do conceito de ajustamento. Esta sugere que um elevado nível de actividade, proporciona uma satisfação pessoal que potencia o ajustamento na velhice, ou seja, uma velhice bem sucedida pode ser atingida através da manutenção, pelos mais idosos, de padrões de actividade.

2.2.3. Teoria da Continuidade

É uma teoria desenvolvida por Atchley (1971), nos anos 70 e é uma alternativa à Teoria da Actividade. Sustenta que as pessoas adultas e idosas muitas vezes tentam manter os laços com experiências passadas, substituindo os papéis que perderam por novos papéis similares. Deste modo, as pessoas idosas estarão satisfeitas com a sua vida, quando as suas actividades e papéis forem consistentes com as experiências passadas (Lynott e Lynott, 1996:749-760).

Assim, os indivíduos tendem a manter comportamentos consistentes ao longo das suas vidas, ou seja, um comportamento mais activo ao longo do ciclo vital poderá ser indício deste mesmo comportamento na velhice.

2.2.4. Teoria da subcultura do envelhecimento

Foi desenvolvida nos anos 60 e enunciada por Rose (1964). Integra-se na perspectiva do interaccionismo simbólico e assenta no postulado de que as subculturas tendem a formar-se quando os membros de qualquer grupo, como por exemplo, os idosos, interagem uns com os outros mais significativamente do que com outros grupos da sociedade. Tal identificação, conjugada com o afastamento em relação aos outros, decorrerá de factores de vivência idênticos como a reforma, o enfraquecimento dos contactos familiares, a participação em comunidades de reformados e a convivência em espaços de lazer comuns, como por exemplo, centros de dia ou de convívio (Lynott e Lynott, 1996:749-760).

2.2.5. Teoria da Modernização

Esta teoria foi apresentada por Cowgill (1974) e defende que o declínio do elevado estatuto que os idosos possuíam nas antigas sociedades se deve às mudanças associadas à industrialização.

Os teóricos da modernização constataam uma ligação directa entre a rápida mudança social e a posição dos idosos. Cowgill argumenta que cada um dos quatro factores estruturais que assinalam o desenvolvimento das sociedades – tecnologias de saúde, tecnologias económicas, urbanização e educação de massas –, conduzem os idosos ao isolamento (Lynott e Lynott, 1996:749-760).

2.2.6. Teoria sócio-ambiental

Foi enunciada por Gubrium (1973) sendo a sua ideia central a de que o indivíduo valoriza mais ou menos a actividade consoante, por um lado, os recursos que detém (por exemplo: saúde, rendimentos ou apoio social) e, por outro lado, com a forma como tais recursos e a sua utilização são perspectivados no ambiente social em que está inserido (Lynott e Lynott, 1996:749-760).

Assim, não é possível determinar se a actividade ou a inactividade têm consequências negativas ou positivas para a satisfação individual com a vida.

2.2.7. Teoria das trocas sociais

Foi desenvolvida por Dowd (1975) e defende que o afastamento e/ou o isolamento social dos idosos resultam de um processo de trocas desigual, entre os idosos e os outros membros da sociedade. Argumenta que, à medida que as pessoas envelhecem, o seu comportamento representa um fardo na contínua interacção com os outros. Consequentemente, os idosos desvinculam-se da sociedade, de modo a restabelecer o equilíbrio das trocas sociais (Lynott e Lynott, 1996:749-760).

3. Envelhecimento activo e qualidade de vida

“O envelhecimento da população não pode deixar de ter reflexos na estrutura da família e nas relações entre gerações” (Amaro, 2006: 141).

Amaro (2006), refere que a par da tendência para o envelhecimento tem-se verificado uma crescente preocupação com a qualidade de vida das pessoas idosas, o que assenta na destruição de alguns mitos e na necessidade de desdobrar este conceito em várias dimensões objectivas e subjectivas.

Entre as dimensões objectivas é indicado: a saúde física e mental, as condições de habitação, o tipo de alimentação, o acesso a bens de consumo essenciais, o acesso a bens culturais, a integração familiar e comunitárias e o acesso à participação cívica.

As dimensões subjectivas dizem respeito à forma como a pessoa avalia a sua qualidade de vida que pode não ser coincidente com a avaliação objectiva feita por especialistas.

Nesta consonância, a par do envelhecimento físico, inerente aos organismos vivos, existem outras variáveis que determinam o processo de envelhecimento, isto é, são as circunstâncias da vida que condicionam o envelhecimento e não tanto o facto de os anos passarem. Os indivíduos são responsáveis, em grande medida, pela forma como envelhecem e pela qualidade do seu envelhecimento. “*Somos simultaneamente causa e efeito do nosso envelhecimento.*”²

Como já foi referido, e de acordo com Osório e Pinto (2007), uma das mudanças sociais mais relevantes que ocorreram nas últimas cinco décadas prende-se com o aumento demográfico das pessoas idosas, sendo que o crescimento deste grupo etário é o produto de várias convergências, já citadas anteriormente. O que urge salientar, em concordância com estes autores, é que o aumento da população idosa é muito mais do que um problema de números, trata-se de uma questão que tem uma fortíssima dimensão social.

São colocados à nossa sociedade inúmeros desafios, como a resolução do problema crescente da exclusão e isolamento social dos idosos e a necessidade de dignificação do envelhecimento. Efectivamente, um estudo (Mota Pinto, 2008) revela que 40% dos portugueses, a partir dos 65 anos, passam oito ou mais horas, por dia, sós. O referido estudo demonstra, ainda, que cerca de 80% dos inquiridos mantém bons índices de autonomia e uma avaliação cognitiva favorável mas que, ao passarem muitas horas sozinhos, sem nenhum tipo de interacção comunitária, todo o seu potencial de ajuda se encontra desaproveitado.

Por outro lado, um estudo recente, levado a cabo pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (2008), demonstra que o aumento da longevidade conduz a uma maior incidência de dependência da população com idade mais avançada, sendo a qualidade de vida das pessoas idosas largamente influenciada pela capacidade em manter a autonomia e a independência.

Neste contexto, salienta-se a definição de *envelhecimento activo* preconizada pela *Organização Mundial de Saúde* (OMS, 2002:23), que o entende como “o processo de optimização das

² Intervenção da Dra. Rosa Araújo, por ocasião do Seminário “O Impacto da Longevidade no Século XXI”, 13 de Março de 2009.

oportunidades de saúde, participação e segurança, visando a melhoria do bem-estar das pessoas à medida que envelhecem". Estar activo significa, nesta perspectiva, participar de forma contínua em todos os assuntos sociais, económicos, culturais, espirituais ou cívicos, garantindo uma condição de autonomia e independência da pessoa idosa.

O *envelhecimento activo* considera três áreas fundamentais de intervenção, interligadas entre si: a biológica, a intelectual e a emocional. Do ponto de vista biológico, a velhice acarreta alterações físicas e biológicas, decorrentes do ciclo de vida e influenciadas pelo estilo de vida e hábitos de exercício, alimentação e saúde de cada indivíduo. Ao nível intelectual, a revitalização das funções cognitivas, como a memória, o raciocínio ou a atenção, poderá passar ou não por estimular estas funções através, nomeadamente, da leitura, da escrita, entre outros. Por último, para a saúde emocional é necessária a manutenção de níveis de motivação e relacionais elevados, para os quais contribui uma imagem positiva e o modo como cada indivíduo aceita o eventual declínio físico decorrente do ciclo vital.

O aumento da população idosa deve conduzir à criação de condições e estratégias para que a qualidade de vida seja uma meta, potenciando o desenvolvimento de medidas que possibilitem aos indivíduos desta faixa etária permanecer saudáveis e activos. Com este intuito, a OMS iniciou um projecto relativo às "*age-friendly-cities*", ou seja, "*idades amigas do envelhecimento*", que pretende promover a optimização de oportunidades para a saúde, participação e segurança, de forma a melhorar a qualidade de vida da população idosa. Assim sendo, as "*age-friendly-cities*" têm como premissas o reconhecimento das capacidades e recursos dos idosos, a antecipação e o fornecimento de respostas flexíveis às necessidades dos idosos e suas preferências, o respeito pelas suas escolhas e decisões, a protecção dos que se encontram vulneráveis e a promoção, inclusão e contribuição para todas as áreas da vida em comunidade.

A promoção do *envelhecimento activo*, preconizado pelo OMS, é um dos princípios estratégicos seguidos pela Organização das Nações Unidas e pela União Europeia, para uma nova perspectiva de desenvolvimento social. Este conceito pressupõe a promoção de medidas e práticas que incluem a aprendizagem ao longo da vida, o adiamento da idade da reforma e o conseqüente prolongamento da vida activa, a introdução de um sistema de reforma mais gradual, a continuidade de uma vida activa após a reforma e o desenvolvimento de actividades que permitam optimizar as capacidades individuais e manter um bom estado de saúde.

Por isso, a importância do conceito de *Envelhecimento Activo*, consagrado igualmente no *Plano Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas*, que se traduz num processo de optimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança com o objectivo de ampliar a qualidade de vida das pessoas idosas. A noção de *Activo* refere-se, neste âmbito, à continuação da participação social, económica, cultural, espiritual ou cívica, e não apenas à prática de exercício físico ou continuidade no mercado de trabalho.

Constança Pául (2005) indica como receita básica para os idosos no futuro, procurando corresponder ao conceito de envelhecimento activo: um estilo de vida saudável; uma vida em segurança; e, a participação social nas suas mais diversas formas que vão desde trocas interpessoais significativas

até ao exercício dos direitos e deveres de cidadania, estendendo a participação às estruturas e associações comunitárias, a favor do bem comum. Considera a preservação da autonomia a nível psicológico (controle) e social (participação), um dos pilares básicos do envelhecimento activo.

Estudos realizados neste âmbito apontam para a importância que as relações sociais desempenham na forma de envelhecer. A actividade, a autonomia ou a capacidade de realização, passam a estar associadas ao envelhecimento positivo ou bem sucedido. A visão de um idoso pró-activo que regula a sua vida pela definição de objectivos e que luta para os atingir em todas as fases da vida estará relacionada com uma perspectiva de um envelhecimento positivo.

4. Participação do idoso na sociedade e políticas da velhice

Para além da influência do contexto social, é determinante a imagem do próprio como agente do seu desenvolvimento pessoal e da sua participação na sociedade. Muitos dos problemas ligados ao envelhecimento, não são só causados por problemas de saúde, mas pela perda de papéis ao nível familiar e profissional e pela ruptura com várias redes de apoio social existentes. E será na manutenção de um ciclo de vida positivo, em que as possibilidades de desenvolvimento e os papéis sociais em que o indivíduo se define, e é reconhecido como “capaz”, que pode estar um dos factores do envelhecimento bem sucedido. Faz assim sentido a procura de novas dimensões de socialização e de interacção onde se ofereçam oportunidades reais de contacto, convívio, envolvimento social e aprendizagem ao longo da vida.

Deste modo, importa, por um lado, criar medidas para a resolução do problema da dependência e da exclusão social crescente dos idosos isolados nas suas casas ou abandonados nos hospitais e nos lares e, por outro lado, desenvolver estratégias no sentido de promover o *envelhecimento activo* ou *produtivo* dos idosos não dependentes.

Segundo Maria de Lourdes Quaresma (2004), a implementação de políticas da velhice, em função da sua categoria associada às perdas e capacidades, não tem favorecido a integração desta fase da vida no *continuum* da existência dos indivíduos. Pelo contrário, tem reforçado a cristalização de imagens desvalorizadas da velhice e de ser velho. Do mesmo modo, segundo Fernandes (2004), o tema central em torno da problemática da longevidade conquistada tem sido a prevenção da dependência e a promoção de uma velhice activa e saudável. Ainda segundo a mesma autora, outra importante linha de investigação tem sido o estudo dos impactos políticos do envelhecimento demográfico, quer se tratando da sustentabilidade das reformas, do crescimento de despesas com a saúde, da prestação de cuidados formais e informais e da transição do tempo de actividade para o de inactividade, e por último sob o ponto de vista das biografias, o enfoque coloca-se ao nível da gestão da trajectória de vida, incluindo a gestão das relações familiares, a gestão da carreira profissional, a ocupação do tempo, a passagem à reforma e as dificuldades decorrentes do envelhecimento.

Dinah Ferreira Calado (2004) refere que “o sentido da vida é algo de que se poderá tomar consciência em qualquer etapa da existência, num exercício solitário de introspecção ou como resultado de uma enriquecedora vivência de relação”. Indica a importância da constituição de grupos de reflexão que juntem as pessoas idosas, como campo de partilha de saberes e experiências, ajudando a reencontrar um sentido para a vida, manter a actividade mental e reconstruir um projecto de vida. Ainda segundo a mesma autora a capacidade de resistir de forma positiva às vicissitudes da idade, pode ser reforçada pelo estabelecimento de relações de confiança e de cumplicidade nas idades mais avançadas. A comunicação, uma vida de relações significativas, a sua entidade própria, “o sentimento de si” e também a oportunidade de “ser-em-comum” são condições necessárias a uma vida com qualidade. A importância de dar e ser reconhecido como uma pessoa que partilha, assume

também grande importância, assim como o reconhecimento do valor dos laços sociais e a recuperação de uma convivialidade mais próxima e mais solidária.

A instituição familiar é, ainda, o garante da solidariedade necessária aos idosos. Guillemard (1972) refere que a passagem à reforma corresponde ao momento mais importante da reestruturação dos papéis sociais. Ao deixar o trabalho só a família pode assegurar o equilíbrio social e pessoal. O afastamento da actividade laboral representa uma perda relativamente a um desempenho profissional e às relações daí decorrentes. Os papéis sociais dentro da vida familiar adquirem outra importância num contexto de reforma. A situação de reforma promove ou uma acentuação das relações familiares ou o isolamento.

Em suma, a plasticidade do desenvolvimento humano ocasiona diferentes formas de envelhecer, dependendo da trajectória vital dos indivíduos, do seu próprio auto-conceito de envelhecimento, das suas experiências, do seu enquadramento familiar e dos apoios sociais. Também na velhice se pode produzir crescimento, há mecanismos psicológicos que podem ser incrementados. A forma como se envelhece depende do que é fomentado pelo próprio indivíduo e pelo contexto social (Osório e Pinto, 2007: 20-21).

5. O isolamento do idoso e a prestação de cuidados a esta faixa etária

De acordo com Isabel Joaquim (2002), a maioria dos idosos tem uma família que se ocupa deles; trata-se de um apoio que diminui na idade avançada, pela incapacidade associada a esta responsabilidade filial quando estes se tornam, por seu turno, idosos. Surgem, deste modo, grupos especializados na prestação de cuidados ao grupo dos mais velhos e uma grande variedade de produtos especificamente orientados para a velhice. Aparecem instituições com objectivos de alojamento exclusivo de pessoas idosas (lares) e outras mais recentes que visam a manutenção das pessoas na sua residência (centros de dia/ convívio e serviços de apoio domiciliário) que acabam por se constituir como espaços sociais restritos a este grupo etário.

Ainda de acordo com a mesma autora, nos lares, a coabitação com outros não é garantia do não isolamento verificando-se, muitas vezes, o afastamento da família e amigos e a dificuldade de estabelecer novos laços sociais ou participar socialmente.

6. Trabalho comunitário e participação social dos idosos

Com a introdução das novas tecnologias, a necessidade do número de horas de trabalho tem vindo a diminuir. A vida humana tem, cada vez mais, um *superavit* de tempo, que pode ser utilizado como for a nossa decisão pessoal. “*A revolução de tempo coloca a cada pessoa, com a sua responsabilidade de decidir, se o seu tempo livre constituirá um jazigo para o consumo autista, ou uma oportunidade de libertação de energias em algo socialmente útil*” (Roca, 2002: 87). A emergência do voluntariado vai partir deste compromisso individual na esfera privada da vida e pode permitir uma participação na construção de uma sociedade cooperativa.

Garcia e Peláez (2008) referem-se às virtualidades do trabalho social comunitário na capacitação das pessoas para actuarem organizadamente criando comunidades de interesses e acção, exercendo influência para orientar processos de mudança social numa direcção determinada.

Reconhecendo a importância da adaptação desta perspectiva ao aumento da população idosa, no sentido de permitir a conversão dos cidadãos “tornados inactivos” para uma actividade que possa favorecer uma evolução social positiva, e partindo da premissa que o trabalho social comunitário tem como finalidade principal enfrentar os desafios que para a inclusão social exijam uma resposta colectiva de cidadania, torna-se relevante analisar os graus de capital social de que dispõem as pessoas e comunidades e estabelecer estratégias para aumentar a sua densidade relacional. Somos seres, essencialmente, comunitários, precisando da interacção social, da confiança e do trabalho conjunto para nos realizarmos como pessoas e, numa época de rupturas, ocasionada pela velhice, há que fortalecer laços sociais, criando novos vínculos e enfrentando desafios comuns.

Em todo o nosso ciclo vital há que valorizar a conexão entre sociabilidade, dimensão relacional e realização pessoal. Necessitamos da acção colectiva para obter objectivos, a qualidade e amplitude da nossa estrutura relacional vai condicionar a nossa realização pessoal.

As redes sociais possuem valor e geram valor ao que se denomina *capital social*. Tudo na sociedade se organiza mais em torno de redes. Estas constituem a nova morfologia social das nossas sociedades e citando os autores indicados “*Como seres sociais, cultivamos as nossas capacidades relacionais como um activo estratégico da nossa vida*”.

No entanto, o individualismo extremo, o isolamento, a mudança rápida das formas de produção, conhecimento e relação pode gerar um analfabetismo relacional. Este conceito pode ser definido como a ausência de habilidades sociais básicas que permitam uma interacção social adequada.

Este é um perigo muito real que pode afectar a população idosa pelo que o estabelecimento de dinâmicas comunitárias que favoreçam a sua capacitação para continuar integrada na comunidade, bem como a prática da democracia e da cidadania, como sujeitos que interagem e se desenvolvem numa estrutura em rede com os seus semelhantes é fundamental.

O trabalho social comunitário, de acordo com Garcia e Peláez (2008), pode ajudar organizando estes idosos, através de exercícios de participação, de habilidades de negociação, acordo e determinação na obtenção de objectivos comuns. Este exercício da acção colectiva pode passar pela integração ou constituição de uma associação onde possam ser exercidos os seus direitos em democracia, desenvolvida a sua personalidade, exercer trabalho voluntário, aprender e adquirir conhecimentos.

Bouzas (2001:8) defende que o que faz funcionar a democracia são as pessoas que concretizam a sua cidadania, através de acções como o voluntariado.

Um conceito interessante, neste âmbito, é o da *Idade Nova* preconizada por Xavier Gaullier (1988: 30). Este autor considerou a emergência de uma *Idade Nova* correspondente ao novo espaço de vida criado entre o fim da vida profissional e a saída dos filhos de casa, quando se verifica ainda um bom estado de saúde e autonomia. Decorrente desta *Idade Nova*, o autor considera que as trajectórias individuais podem apontar para a existência de uma segunda carreira. Esta explosão de jovens reformados tem tempo e disponibilidade para o trabalho voluntário. Este autor anuncia, como tendência, que os próximos anos serão marcados tanto pelo rejuvenescimento da terceira idade como pelo seu aumento e, conseqüentemente, acrescenta que os idosos actuais são vigiados pelos sistemas de saúde, mas os do futuro, terão já sido preparados para uma longevidade com boa saúde. Efectivamente, o crescimento da população idosa, bem como a disponibilidade de tempo livre ganho, fez aumentar o número de pesquisas na área do envelhecimento. A educação permanente, mais concretamente, a pedagogia do lazer também tem sido alvo destas análises, nomeadamente, no papel que esta temática tem assumido como um recurso para a integração social, uma via para a participação, o enriquecimento dos papéis sociais, ampliando a rede social dos idosos, melhorando as suas capacidades físicas e psíquicas. Em resumo, tem sido entendido como o desenvolvimento de um estilo de vida que aumenta a qualidade de vida (Tabourne, 1992: 47 in Pinto e Osório, 2007: 283).

Para reforçar ainda a importância da educação permanente, releva-se que algumas das diferenças e regularidades observadas entre países europeus podem ser atribuídas a factores de ordem cultural

ou política para analisar a longevidade – dieta alimentar, comportamentos de risco, rede de relações sociais, relações familiares, práticas de lazer ou estilos de vida (Fernandes, 2007: 419-443).

As vantagens da educação são conhecidas não só pelos impactos directos (melhores competências para gerir a sua saúde através de maior conhecimento e capacitação) como o proporcionar um estatuto sócio-económico mais favorável. Efectivamente, uma das “orientações prioritárias” assinaladas pela *II Assembleia Mundial para o Envelhecimento* (2002) está relacionada com “os idosos e o desenvolvimento” e recomenda o acesso “ao conhecimento, à educação e à capacitação”, o que leva aos chamados programas de “educação permanente” e aprendizagem em toda a extensão da vida.

Na situação de reforma pode verificar-se a perda de oportunidades sociais ao limitar os contactos sociais e o poder social. As actividades partilhadas podem, assim, oferecer novos contextos sociais estruturados que podem responder a certas necessidades vitais reconstruindo uma rede de relações sociais, de partilha e de cooperação.

Capítulo II. Capital social, redes sociais e activação social

7. Promoção de capital social e constituição de redes

Na literatura académica contemporânea, concorrem várias vertentes, ainda que relacionadas, no modo como o conceito de capital social é discutido.

A abordagem associada aos sociólogos Ronald Burt e Nan Lin, refere-se aos recursos – como, por exemplo, informações, ideias, apoios – que os indivíduos são capazes obter em virtude de suas relações com outras pessoas. Esses recursos ('capital') são 'sociais' na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologia) e humano (educação, habilidades), por exemplo, que são, essencialmente, propriedades dos indivíduos. A estrutura de uma determinada rede – quem se relaciona com quem, com que frequência, e em que termos – tem, assim, um papel fundamental no fluxo de recursos através daquela rede. Aqueles que ocupam posições estratégicas no interior da rede, especialmente aqueles cujas ligações percorrem vários grupos, potencialmente têm mais recursos do que seus pares, precisamente porque a sua posição no interior da rede lhes proporciona maior acesso a mais e melhores recursos (Burt, 2000).

A abordagem associada ao cientista político Robert Putnam e ao sociólogo Pierre Bourdieu refere-se à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas formais. Desde a conversa com os vizinhos ou a participação em actividades recreativas, até a filiação a organizações ambientais e partidos políticos, o capital social é usado, nesse sentido, como um termo conceptual para caracterizar as muitas e variadas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem. Reconhece assimetrias na obtenção de recursos, através das redes de relação social.

Diversos autores, que têm abordado esta temática em diferentes contextos, constataam que o capital social pode ser detectado e criado, seja no interior dos grupos sociais específicos, em organizações, ou no espaço das relações inter-organizações.

Como a maior ou menor presença de capital social parece influenciar, não só o desenvolvimento, mas também o desempenho destes grupos, consideramos o interesse de aprofundar esta reflexão no contexto das organizações locais já mencionadas. Considerando as inúmeras abordagens possíveis ao conceito e teoria associados ao capital social, seleccionamos os referenciais teóricos incluídos na tabela seguinte:

Tabela 1. Capital Social - Síntese de autores, conceitos-chave e impactos

Autores	Conceitos-chave	Impactos
Bourdieu	Sinergia gerada pela agregação de recursos, mobilizados através das redes sociais.	Eficiências das redes de relações sociais, modo de dominação do Capital Cultural.
Coleman	Função ou efeito do capital social e ênfase em redes densas e fechadas.	Desenvolvimento da estrutura social e busca de auto-interesse.
Putnam	Confiança, coesão social, participação, gerando conexões e redes.	Desenvolvimento sócio-económico e aperfeiçoamento institucional.
Lin	Investimento em relações que geram benefícios.	Capital social como propriedade da pessoa que o detém.
Burt	Importância das redes abertas e cheias de "buracos estruturais".	Pessoas localizadas em posições estratégicas nas redes.
Fukuyama	Confiança.	Focaliza a confiança como virtude social, criadora de capital social e prosperidade.
Woolcock	Relação de capital social com as normas e redes.	Define 4 perspectivas de análise sobre a relação existente entre o capital social e o desenvolvimento económico.

Fonte: adaptado de Vale, Gláucia; Amâncio, Robson; Lauria, Maria Cristina (2006), "Capital Social e suas Implicações para o estudo das Organizações" in **O&S** (vol. 13, n.º 36, Janeiro a Março), p.45-63.

Estudiosos que têm trabalhado em diversas tradições conceptuais reconhecem que o capital social tem uma natureza multidimensional e têm revelado um crescente consenso em torno da utilização do capital social como a capacidade das pessoas obterem vantagens em virtude da sua pertença a redes sociais ou outras estruturas sociais.

Pierre Bourdieu (1985:248;1980) é responsável pela primeira análise sistemática contemporânea do capital social. Centra-se nos benefícios obtidos pelos indivíduos em virtude da sua participação em grupos e na construção deliberada de sociabilidades tendo em vista a criação de capital social.

Neste âmbito, para Pierre Bourdieu, "*o conjunto dos recursos actuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento*". De acordo com este autor (1986:103), para cada indivíduo, o volume de capital social possuído dependerá da dimensão da rede de conexões que pode efectivamente mobilizar mas dependerá também do volume de capital (económico, cultural e simbólico) possuído legitimamente, por cada uma das pessoas com quem está conectado. Na sua óptica, a reprodução do capital social pressupõe um esforço contínuo de socialização, uma série de trocas contínuas nas quais o reconhecimento possa ser, interminavelmente afirmado e reafirmado. Para este autor, a reprodução do capital social constitui um trabalho de socialização. Preocupa-se essencialmente com as questões da disposição para adquirir, manter e transmitir o capital social que gera reconhecimento e representação sendo, por isso, capital simbólico.

Por outro lado, ainda no âmbito desta corrente, James Coleman (1988:98) parte do princípio que as relações de troca simétricas permitem a obtenção de recursos presentes nas estruturas de relação

social. Deste modo, defende, que o capital social pode constituir um recurso disponível nas redes de relações sociais, que os indivíduos podem utilizar para atingirem os seus objectivos /interesses. A função que identifica no conceito de capital social é o valor, enquanto recurso, de alguns aspectos da estrutura social que os actores podem utilizar na prossecução dos seus interesses.

James Coleman definiu “capital social” como a capacidade das pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a prossecução de causas comuns. Defendeu ainda que, para além das capacidades e do conhecimento, existia uma parte distinta do capital humano que tinha a ver com a capacidade das pessoas para se associarem, capacidade importante para a vida económica e para outros aspectos da vida social. A capacidade de associação depende do grau de partilha de normas e valores no seio das comunidades e da capacidade destas subordinarem os interesses individuais aos interesses mais latos dos grupos.

Nesta consonância, Putnam (1996:34) define o conceito de capital social como *“as características das organizações sociais, tais como redes, normas, e confiança, que facilitam a coordenação e cooperação com vista a benefícios mútuos”*. Entende que as organizações sociais integram as dimensões chave do capital social, sendo que os seus líderes podem ser motores na promoção do capital social ao aumentar os seus associados, alargar o seu campo de acção, desenvolver parcerias e intensificar as suas relações com a comunidade.

Com estas redes poderão atingir-se objectivos comuns e tender-se-á à construção de um modelo social assente em formas de apoio asseguradas por interacções e integração de recursos entre os serviços públicos, a rede associativa e as famílias e redes informais. E este associativismo permite a animação comunitária e sociocultural usando de forma criativa e útil o tempo livre mais orientado para um compromisso cívico. A pertença a estas estruturas, pela forma de participação que integra, poderá dar mais significado ao tempo livre e satisfação à vida. Para além de partilha de actividades de lazer, mais ou menos estruturadas, podem proporcionar espaço para receber e contribuir para os outros, numa teia intensa de relacionamento social. O efeito positivo da actividade será reforçado pelo ambiente de relação social criada, entendida como a participação pela via da constituição e gestão de associações de pessoas idosas, gerando assim capital social.

Putnam faz equivaler o Capital Social ao nível de “civismo” em comunidades como vilas ou cidades ou mesmo países. *“Trabalhar em conjunto é mais fácil numa comunidade abençoada por um volume substancial de capital social”* (Putnam, 1993: 35-36).

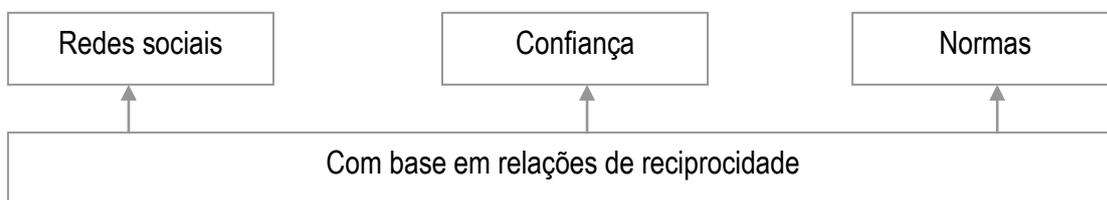
Este volume é identificado com o nível de envolvimento associativo e de comportamento associativo numa comunidade, sendo medido por indicadores como a leitura de jornais, a participação em associações voluntárias e na expressão de confiança nas autoridades políticas.

A tese de Putnam assenta na sua circularidade lógica. As cidades bem governadas e com progresso económico conseguem-no por deterem um elevado capital social; as cidades mais pobres não possuem esta virtude cívica. As “comunidades cívicas” são as que possuem muitas organizações comunitárias activas, valorizam a solidariedade, a participação cívica e a integridade. A “virtude

cívica” está presente nas cidades em que os habitantes votam, obedecem à lei, cooperam entre si e os seus dirigentes são honestos e empenhados no bem comum. Desta forma, as cidades em que todos cooperam na manutenção de uma boa governação são bem governadas.

Na análise de Putnam, as associações e as organizações voluntárias desempenham um papel de destaque. Estas assentam na adesão livre dos indivíduos e no desenvolvimento de interações baseadas em relações horizontais. São redes que possibilitam a emergência do compromisso cívico, que é um elemento essencial à construção de capital social. O esquema seguinte ilustra o modelo do círculo virtuoso da cidadania proposto por Putman:

Figura 1. Modelo do círculo virtuoso de cidadania proposto por Putnam



Deste modo, a construção do capital social pode ser atingida pela participação associativa e terá efeitos sobre o indivíduo, associação e sociedade.

Putnam (1993:90) argumenta que as associações provocam efeitos positivos tanto no plano interno como externo:

- nível interno- induzem nos seus membros, hábitos de cooperação, solidariedade e predisposição para a vida pública;
- nível externo- uma rede densa de associações secundárias dá forma e contribui para uma colaboração social efectiva.

Michael Woolcock (2003) elaborou o “*Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital*” (Banco Mundial, 2002) no sentido de harmonizar o “cálculo” da praxis do capital social. Este questionário é constituído pelas seguintes secções de inquirição: Grupos e redes; Confiança e solidariedade; Acção colectiva e cooperação; Informação e comunicação; Coesão social e inclusão; e, “*Empowerment*” e acção política.

Este autor define *capital social*, como a relação com as normas e redes que permitem às pessoas actuar de forma colectiva. Reconhece que, tanto as pessoas como os lugares podem apropriar-se do capital social e que a estrutura das próprias comunidades depende, em grande parte, da sua relação com o estado. Define quatro perspectivas de análise sobre a relação existente entre o capital social e o desenvolvimento económico: Visão comunitária; Visão de redes; Visão institucional; e, Visão sinérgica.

No quadro seguinte encontram-se explanadas as quatro perspectivas de análise consideradas por este autor:

Tabela 2. Capital Social - Perspectivas de análise de Michael Woolcock

Perspectiva	Actores	Prescrições Políticas
Visão Comunitária Associações locais	Grupos comunitários Organizações voluntárias	- "Small is beautiful" - Reconhecer os activos sociais dos pobres
Visão de Redes Laços comunitários: "bonding" e "bridging"	Empresários Associações económicas Mediadores de informação	- Descentralizar - Criar centros empresariais - "Construir pontes" entre sectores sociais
Visão Institucional Instituições políticas e legais	Sectores público e privado	- Outorgar liberdades civis e políticas; - Implementar transparência e responsabilidade das instituições perante a sociedade civil
Visão Sinérgica Redes comunitárias e relação Estado-sociedade	Grupos comunitários Sociedade civil Empresas Estados	- Co-produção - Complementaridade - Fomentar a participação - Fomentar o associativismo - Aumentar a capacidade e escala das organizações locais.

Fonte: Castro, Isabel (2006). *Problemática Qualitativa e Quantitativa no Capital Social: Uma Exploração* Working Paper n.º 3/2006. Lisboa: ISEG-UTL. pp. 20. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/socius/index.htm>

Por outro lado, Francis Fukuyama (2000), define capital social como um bem privado impregnado de externalidades, positivas e negativas, uma capacidade social cuja emergência se deve à prevalência do factor "confiança" numa dada sociedade ou parte dela e é criado e transmitido através de mecanismos culturais como a religião, a tradição ou o hábito historicamente transmitido. Este autor focaliza a confiança como virtude social criadora de capital social e de prosperidade. Defende a ideia de que os níveis elevados de confiança social geram desenvolvimento económico. Afirma, assim, que as nações mais prósperas serão aquelas que estiverem mais bem preparadas para formar cidadãos que cooperem para organizar e promover associações voluntárias, entre outras.

Ainda de acordo com Fukuyama (2000), os seres humanos são por natureza criaturas sociais, cujos impulsos e instintos mais básicos os levam a criar regras morais que as liguem em comunidades. São também por natureza racionais e a sua racionalidade permite-lhes criarem modos de cooperarem espontaneamente uns com os outros. Mas a partilha de valores e normas não produz por si só capital social. As normas que produzem capital social devem incluir substantivamente virtudes como dizer a verdade, cumprir as suas obrigações e praticar a reciprocidade.

Fukuyama (2000) afirma que se verifica na segunda metade do século XX que a hierarquia burocrática entrou em declínio tanto na política como na economia sendo substituída por formas de coordenação mais informais e auto organizadas. Assim, surge uma nova forma de organização: a rede.

8. O papel das redes sociais e do associativismo na construção de capital social

De acordo com Castells (2007: 606-609), “A rede é um conjunto de nós interligados. Um nó é o ponto no qual uma curva se intercepta. O nó a que nos referimos depende do tipo de redes em causa. (...) As redes são estruturas abertas, capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objectivos de desempenho). Uma estrutura social, com base em rede é um sistema altamente dinâmico, aberto, susceptível de inovação e isento de ameaças ao seu equilíbrio. (...) As empresas organizam-se cada vez mais em redes, tanto internamente como no seu relacionamento”.

Assim, a rede é uma forma de ordem espontânea que emerge como resultado das interações de actores descentralizados sem ter sido criada por qualquer autoridade central. Para que as redes sejam verdadeiramente produtivas em termos de ordem têm necessariamente de depender de normas informais que tomam o lugar da organização formal, por outras palavras, de capital social.

Alguns autores consideram a rede como uma categoria de organização formal em que não existe uma fonte formal de autoridade soberana, enquanto outros autores a entendem como um conjunto de relacionamentos ou alianças informais entre organizações que podem ser hierárquicas mas estão ligadas entre si por laços contratuais verticais. Entendida uma rede como um tipo de capital social e não como uma organização formal, teremos uma visão melhor da sua função económica. Nesta perspectiva, uma rede é uma relação moral de confiança em que um grupo de indivíduos partilha normas e valores informais. Os membros estão integrados numa cultura organizacional muito forte e distintiva que cria um alto grau de solidariedade interna e para a acção coordenada. As redes precisam de sobrepor-se para que as ideias e as inovações circulem livremente, e para transformar ideias em riqueza é preciso relacionamento social. As organizações centralizadas conseguem, no entanto, mover-se mais rapidamente do que as redes que são contidas por um sistema decisório de estilo consensual.

Uma das vantagens das redes é que numerosos indivíduos estão constantemente a inovar, a experimentar e a correr riscos.

É consenso generalizado que o “*capital social se manifesta por meio de redes sociais que tornam possíveis a cooperação e a acção colectiva para benefício mútuo, no interior das organizações, grupos e comunidades*” (Vale, Amâncio e Lauria, 2006: 46).

Em resumo, o conceito de capital social refere-se a características presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos no seu quotidiano, normas de reciprocidade, informação e confiança que podem propiciar benefícios directos e indirectos, pessoais e colectivos, e através disso produzir bem-estar em comunidade. O capital social, concretizado na interacção recíproca da comunidade (no conteúdo das relações sociais) gera o desenvolvimento democrático de uma nação. As suas principais dimensões envolvem os seguintes planos: Individual (sentimento de confiança na previsibilidade do comportamento do outro); Social (cooperação sistémica na dimensão social) e

Institucional (potenciar interacções que levem ao surgimento de pessoas mais críticas e fiscalizadoras da coisa pública, ampliando o envolvimento da participação das pessoas na dimensão institucional).

Diferentes pesquisas, com distintas abordagens, têm aplicado no terreno os princípios instrumentais do capital social, nomeadamente, em programas de habitação promovidos por cooperativas, comércio ou sobre a mobilidade social dos imigrantes.

Sofia Correia, por exemplo, aplicou o modelo de Putnam aos residentes no Bairro de Caselas, em Lisboa. Demonstrou que existe capital social neste território e que redes sociais, como a Cooperativa Caselcoop, são indicadores de capital social. Concluiu que, relativamente a um conjunto significativo de indicadores de capital social, o Bairro de Caselas se aproxima do ideal da comunidade cívica. Encontrou, na sua pesquisa, confiança generalizada no bairro, identificou um forte compromisso cívico entre a população estudada, constatou que os habitantes de Caselas se associam em diferentes redes sociais de cooperação e que também a satisfação com a vida se revelou elevada entre os moradores de Caselas. Concluiu ainda que o capital social existente no bairro não se limita ao grupo populacional da Cooperativa, mas se estende à população das moradias.

O estudo de Marta Varanda analisa o papel das redes sociais na reorganização do comércio de um centro citadino. Os resultados alcançados pela sua pesquisa permitem afirmar que as acções dos indivíduos são influenciadas pelas redes de relações em que estão integradas e que a natureza das relações entre actores influi fortemente sobre os resultados económicos. A reorganização do comércio do centro-cidade estudado precisa de uma estratégia concertada entre os actores. Constatou, ainda, que é preciso construir estas estratégias e que as suas fundações são as interdependências sociais. A troca social reforça a troca económica, e é tanto mais importante quando a tradição de cooperação existe. As duas iniciativas de acção colectiva estudadas neste âmbito obtiveram uma adesão insuficiente para mudar a dinâmica do comércio do centro e dar-lhe um novo ritmo. Uma das razões apontadas está na baixa coesão e elevada fragmentação deste colectivo. Foi igualmente identificada uma divisão ao nível da liderança, incapaz de coordenar esforços para um comportamento cooperativo e co-empenhamento dos comerciantes na modernidade.

Rosana Sousa Albuquerque empreendeu um estudo sobre associativismo, capital social e mobilidade no âmbito da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal. Esta pesquisa centra-se na compreensão do processo de participação cívica activa na sociedade portuguesa, mediante a análise dos factores que condicionaram o envolvimento em associações e das interacções entre a acção individual e o contexto sociopolítico.

O trabalho foi orientado em dois eixos, inter-relacionados; o primeiro procura identificar catalisadores de participação cívica e outro que procura compreender o papel que a participação associativa desempenha na vida dos sujeitos participantes na pesquisa, especificamente, no que respeita a trajectórias de mobilidade social. O associativismo foi estudado como instrumento de aquisição de capital social, aspecto que tem relação com os objectivos da presente pesquisa, entendido como

factor que permite o acesso a redes sociais que lhe são intrínsecas e pelos efeitos que exerce em trajectórias de mobilidade individuais.

Esta pesquisa veio confirmar o papel do associativismo como fonte de capital social e de capital cultural, bem como realça o facto da articulação entre ambos favorecer trajectórias de mobilidade social ascendente.

Ficou evidente que o associativismo promove a socialização para a cidadania ao constituir uma fonte significativa de capital social pelo facto das trajectórias terem beneficiado da mobilização de diferentes tipos de redes (associativas, familiares e relações sociais de proximidade) que favoreceram e potenciaram a acumulação deste capital.

Não obstante o interesse e relevância das pesquisas aqui brevemente afloradas, a ligação destes conceitos à população idosa não constitui objecto de análise. Assim sendo, e quanto seja do nosso conhecimento, a presente tese virá constituir contributo em área não analisada na realidade nacional.

Uma linha de estudo será a de verificar se existe correlação entre a presença características de capital social dentro de uma organização e a sua capacidade de articular e interagir no ambiente externo, associando-se a algumas redes sociais e organizacionais, nas quais também pode, por sua vez, ser suscitado um processo de desenvolvimento de capital social. Procurar-se-á identificar nas instituições alvo do estudo, se têm uma perspectiva aberta e se, numa primeira fase, trabalham para si (para o seu interior, estrutura, cultura organizacional, valores, ...) e se, numa segunda fase, se abrem à comunidade prevenindo cristalizações.

Paralelamente, e apesar do estudo do capital social se poder aplicar ao desenvolvimento de um país, ou a comunidades mais restritas, na área do crescimento económico, a equitativa distribuição de recursos económicos ou a consolidação das suas instituições políticas, e de acordo com Portes, é no caso das comunidades locais que as relações são mais fáceis de estabelecer e estudar. No caso particular das organizações que iremos estudar, e através da metodologia já apresentada poderemos analisar a sua estrutura e as redes de trabalho existentes, identificando a sua acção e os impactos desta na vida local da comunidade.

Ao estudar as organizações sociais já referenciadas, de acordo com as tipologias definidas e ao efectuar uma análise comparativa, procuraremos averiguar se os idosos são incentivados a envolverem-se activamente nas actividades dentro e fora da associação, se exploram as suas capacidades adquirindo ou reforçando competências, e ampliam capacidades resolutivas face a problemáticas emergentes na comunidade de pertença.

Procuraremos, ainda, analisar as diferentes motivações e razões dos sócios para iniciarem ou continuarem a sua participação associativa. Obteremos, ainda, informação sobre os principais benefícios retirados da pertença associativa.

Adoptaremos a concepção de Putnam que considera que o associativismo permite a construção de uma comunidade cívica e a acumulação virtuosa de capital social pelo activismo cívico. Ou seja, a

associação pode ser um espaço potenciador de uma consciência cívica, permitindo a vivência de experiências significativas e potenciando a intervenção social.

9. Organizações Sociais

Neste âmbito, releva-se a formulação de três tendências (Fernandes, 2002): a emergente, a tradicional e a pragmática.

De acordo com a concepção emergente, as organizações sociais são entendidas como espaços de cooperação pessoal e exercício de cidadania activa e espaços de educação para o desenvolvimento. Por outro lado, a acepção tradicional, define-as como espaços de convívio, entreajuda e amizade, visando contribuir para o desenvolvimento da pessoa, assente no trabalho voluntário. Finalmente, a concepção pragmática, que introduz nas dinâmicas associativas os princípios da organização formal e da gestão quase profissional, reduz as organizações sociais a meras prestadoras de serviços ao sócio, entendido como consumidor, subestimando, desta forma, a participação voluntária e democrática interna.

O desenvolvimento do estado fundamentado na regra da lei do Estado-Providência criou muitas e novas instituições sociais, de forma a estabilizar as interacções entre os indivíduos e as organizações sociais na sociedade. O indivíduo torna-se menos dependente da família, amigos ou colegas, existindo muitas instituições que vão substituindo o apoio social da família. Neste âmbito, as redes sociais vão ter uma grande importância na sociedade e no apoio à vida diária de cada indivíduo (Nowak, 2001: 149-183).

Tocqueville foi considerado um importante teorista do capital social apesar ter nunca ter usado esta expressão. Na sua obra “Democracia na América” este autor observava que num nítido contraste com a França, a América possui uma “arte de associação”, isto é, uma população habituada a juntar-se em associações voluntárias com os mais diversos propósitos civis ou políticos. Esta habilidade, para as pessoas se auto-organizarem criava uma “escola de autogovernança” que ensinava às pessoas hábitos cooperativos que podiam levar consigo para a vida pública (Fukuyama, 2000: 41).

O capital social é uma importante dimensão qualitativa que é dada pela diferente tipologia das associações. Deve ter-se em conta a natureza da acção colectiva de que a associação é capaz, as suas dificuldades, o valor do esforço do grupo, etc. Outro factor a analisar é o das externalidades positivas da pertença ao grupo, ou seja, o que o Fukuyama (2000) denomina de “raio de confiança positivo”.

Uma externalidade é um lucro ou um custo que afecta uma terceira parte exterior a determinada actividade que se traduz na construção de laços de confiança (e logo de capital social) fora do círculo dos seus próprios associados.

Sandra Lima Coelho (2008) valoriza a importância das organizações de tipo associativo como eixo central de qualquer política de desenvolvimento, destacando o seu papel decisivo na construção de solidariedades e no exercício da democracia e da cidadania. De acordo com esta autora, através da participação activa em organizações sociais podem treinar-se competências cívicas e participativas. O associativismo ganha, assim, uma importância crescente como elemento estruturante da vida comunitária. A associação pode, deste modo, ser definida como um espaço para o investimento do

tempo liberto pela passagem à reforma, em benefício de algo, que sendo uma vontade pessoal, assume um carácter de resposta a uma necessidade colectiva e com capacidade sustentada de intervenção social e contributo para a coesão do tecido comunitário.

Ainda de acordo com esta autora, as vantagens ou impactos esperados do associativismo, relacionam-se com a consolidação e dinamização do tecido social, como factor de transformação e inovação social, e com o forte contributo económico proporcionado pelo trabalho voluntário ao favorecer o exercício da democracia. As organizações do denominado terceiro sector ocupam um espaço crescente nas sociedades actuais. O terceiro sector abrange uma grande variedade de agentes sociais, organizados em associações de moradores, grupos religiosos, ONG's, entre outros, que prestam serviços vários, ocupando espaços complementares ou onde ainda não existe uma intervenção estatal ou da rede privada.

Segundo Fontes (2008), estas associações situam-se na esfera do mundo da vida produzindo um tipo particular de solidariedade. Esta solidariedade dá-se a partir de trocas, não circunscritas a um espaço de tempo, traduzindo-se pela reafirmação de laços sociais que se prolongam por uma trajectória de sociabilidade, não inscrita na óptica das trocas mercantis. Trata-se da emergência de novas redes de solidariedade fundadas em mecanismos de sociabilidade com origem na sociedade civil e baseados na esfera do mundo da vida, sendo que a estruturação destas novas redes depende da interdependência mútua dos seus membros e das múltiplas conexões que estabelecem entre si.

Estas novas formas de solidariedade fundam-se em estruturações identitárias marcadas pela personificação dos contactos sociais. De acordo com este autor, as redes sociais, assim constituídas, definem-se como pontes que ligam os indivíduos às instituições sociais e estruturam as suas biografias em integrações sociais que garantem as suas identidades.

A quantidade de *capital social*, existente nas comunidades, seria o elemento potenciador do desenvolvimento, em paralelo com os capitais humano e físico; este capital é estruturado a partir dos vínculos estabelecidos a partir das relações entre as pessoas, conforme afirma Burt (1998:7). Deste modo, as associações voluntárias foram inicialmente estruturadas a partir de acções voluntárias, para a produção e prestação de serviços e no esforço colectivo de produção do bem-estar.

No caso das organizações sociais vocacionadas para os idosos, é reconhecido o papel vital e impulsionador que muitos idosos assumem nestas e a marca que deixam com o seu tipo de gestão, fruto das experiências anteriores, e da disponibilidade, da capacidade que demonstram de terem uma vida produtiva e da forma como repartem o seu tempo de vida em actividades a favor do bem comum (OCDE, 2000). Exemplos de organizações sociais, que funcionam deste modo, são as universidades e associações de reformados que se constituem como redes de suporte extra-familiares, potenciando as relações horizontais, numa lógica de associação por interesses, afinidades e pertença geracional (Quaresma, 2004), correspondendo às tipologias objecto da presente tese.

É importante que em cada momento haja uma perspectiva de futuro e de construção da trajectória pessoal. Esta forma de envelhecer, entendida como bem sucedida, permite o desenvolvimento de novas actividades no pós-reforma, entre elas, as educativas, as de lazer e as de apoio social. Estas novas formas de participação, às quais estão associadas altos níveis de actividade, não são

remuneradas. Exemplos deste novo posicionamento social são as actividades formativas nos novos espaços das universidades, o convívio entre pares e as actividades de voluntariado.

O associativismo social, assim constituído, pode ser entendido como uma fonte de capital social e um importante elemento de desenvolvimento social do território onde actua. As regiões mais prósperas serão aquelas que conseguirem educar os cidadãos para a cooperação organizando e constituindo associações voluntárias. A capacidade de cooperação dos indivíduos, a confiança e a participação cívica associada às boas instituições são os elementos que constituem o capital social.

10. Capital social e activação social

O Estado e os Municípios, consoante as políticas sociais definidas, podem proporcionar ou não determinados recursos às associações sociais e na criação ou não de canais específicos que favoreçam a participação. Para além das iniciativas estatais, são igualmente factores estruturais os recursos dos próprios idosos e as características das associações a que pertencem.

Com aplicação aos imigrantes não comunitários de primeira geração foi elaborado um modelo de análise, por Albuquerque (2008: 98-100), do “processo de activação” que consideramos de interesse aplicar à presente tese. O foco da investigação recaiu sobre a compreensão do processo de mudança que conduz um “potencial cidadão activo” a tornar-se um “imigrante activista” (Albuquerque, 2008: 98-100). O “processo de activação” é concebido como resultante da conjugação entre factores individuais e factores estruturais, que se influenciam reciprocamente e que apenas se podem analisar no contexto social concreto em estudo (Albuquerque, 2008: 98-100).

Nesta sequência, foram por nós seleccionados os seguintes aspectos que nos parecem ter importância para o presente estudo:

- **Os recursos individuais:** Tempo, idade, motivação individual, nível de escolaridade, rendimento, experiências anteriores, inserção ou não em redes sociais;
- **Os recursos estruturais:** Oportunidades nacionais e locais, enquadramento local, rede de equipamentos sociais, condições físicas propiciadoras da qualidade de vida.

O processo de activação vai consistir na passagem de uma situação em que já existe motivação individual para o activismo cívico ou individual. Este processo pode ocasionar a criação ou a integração em associações como forma dos indivíduos assegurarem resposta para algumas necessidades sentidas nos seus locais de residência.

Deste modo, o capital social pode ser motor na criação de novos mecanismos que potenciam a capacidade participativa e cooperativa da sociedade. Os stocks de capital social existentes numa comunidade podem estimular a participação das pessoas em actividades cooperativas colaborando para reduzir os índices de exclusão social.

Capítulo III. Liderança

Nesta consonância, Putnam (1996:34) define o conceito de capital social como “*as características das organizações sociais, tais como redes, normas, e confiança, que facilitam a coordenação e cooperação com vista a benefícios mútuos*”. Entende que as organizações sociais integram as dimensões chave do capital social, sendo que os seus líderes podem ser motores na promoção do capital social ao aumentar os seus associados, alargar o seu campo de acção, desenvolver parcerias e intensificar as suas relações com a comunidade.

Diversos factores contribuíram para o desenvolvimento da associação entre processos de liderança e a optimização da produtividade em diferentes contextos. Daí, é reconhecida a importância crescente da figura do líder. Segundo Noce (2006:55-67), o processo histórico do estudo da liderança aponta para três teorias, analisadas por Idalberto Chiavenato, na “Teoria das Relações Humanas”: A Teoria dos Traços, a Teoria Comportamentalista e a Teoria da Contingência.

De acordo com este autor, o estilo mais apropriado para garantir uma maior eficácia de liderança é um estilo mais flexível, que valoriza a importância da informação, tenha influência sobre os restantes membros da organização, tenha tempo disponível e garanta a coesão do grupo. Confiança e autonomia serão, igualmente, necessárias para o sucesso das organizações.

Várias são as definições de liderança disponíveis na literatura. Adoptaremos, para efeitos da presente tese, a visão de Peter Drucker (2001), que entende liderança como uma habilidade que pode ser apreendida. O mesmo autor adapta as seguintes afirmações: “O Líder é quem possui seguidores”, “Eficaz é alguém cujos seguidores fazem as coisas certas”, “Líderes são visíveis e servem de exemplo” e “Liderança quer dizer responsabilidade”.

O papel do líder, segundo Blanchard (2001) será o de ajudar o grupo a atingir metas, apoiando e removendo barreiras, tornando a visão realidade. Este autor defende a teoria situacional, que preconiza que o estilo de liderança depende do nível de maturidade das pessoas que o líder deseja influenciar. Cada um dos quatro estilos de liderança, ou seja, “determinar”, “persuadir”, “compartilhar” e “delegar” é, de acordo com este autor, uma combinação de comportamento, tarefa e relacionamento.

De acordo com Ulrich (2001), a liderança no futuro trabalhará para converter aspirações em acções, a liderança será compartilhada, dará relevo às vitórias colectivas e exigirá credibilidade pessoal e competência administrativa. Os líderes do futuro serão conhecidos pelas suas realizações, experiência, competência, influência inspiradora, construção de mentalidades e pela grande credibilidade pessoal e excepcional competência administrativa. O seu desafio será, para além da apresentação de resultados por parte a organização que dirigem, a formação de novos líderes, o

trabalho partilhado e, ao fazer crescer a organização, a confiança será sempre determinante no processo.

Bilhim (2004), para além da abordagem dos líderes segundo a teoria dos traços, comportamentalistas e da contingência, acrescenta as implícitas à liderança. Trata-se de uma abordagem que revisita a teoria dos traços de líder e aprofunda-a à luz de duas teorias – a da atribuição da liderança e a da liderança carismática.

Na primeira teoria considera-se que, os líderes com estrutura para tomar iniciativas e consideração elevadas apresentam características consistentes com a atribuição do que faz um bom líder.

A teoria da liderança carismática é um prolongamento da teoria da atribuição, e parte do pressuposto de que os seguidores atribuem a outras capacidades, extraordinárias ou heróicas, quando se observam determinados comportamentos. Nesta são identificados comportamentos que diferenciam o líder carismático, concluindo que há dois tipos de líder:

- O líder transaccional, que guia os seus seguidores na direcção das metas estabelecidas, clarificando o papel e as exigências da tarefa;
- O líder transformacional, que inspira cada um a transcender os seus interesses para bem da organização e obtém esforços adicionais para o cumprimento das metas.

Robert House, citado por Bilhim (2004:354), identifica três características pessoais no líder carismático: confiança, domínio e convicção nas suas crenças. Warren Bennis, igualmente citado por Bilhim (2004:354), após um estudo bastante alargado sobre líderes bem sucedidos, afirma que estes têm quatro competências comuns: forte visão, capacidade de comunicação, consistência na prossecução da sua visão e conhecimento e capitalização das suas “forças”.

Robert Quinn (1996) identifica três paradigmas no interior de uma organização: o Técnico, o Transaccional e o Transformacional. De acordo com este autor, os líderes encontram-se aptos para ver para além da competência técnica (indivíduos) ou da troca política (gestores) e têm como principal objectivo realizar a visão. Estes visionários são conhecidos como líderes transformacionais. Segundo Quinn (1996), os líderes assumem quatro papéis contrastantes:

- Visionário preocupado com a inovação;
- Motivador, ligado aos membros da equipa de trabalho;
- Analisador, concentrado na eficácia;
- Supervisor, preocupado com a *performance*.

Destes, os dois primeiros são transformacionais e os dois últimos transaccionais.

O visionário enquadra a sua posição entre a preocupação com a flexibilidade e o exterior da organização. Preocupa-se com o futuro, conhece as tendências, centra-se nas metas e indica a direcção que a organização deve seguir a longo prazo.

O motivador centra-se no interior da organização e prefere a flexibilidade. Focaliza-se nos valores da organização, desafia as pessoas com novas metas e aspirações e cria um sentimento generalizado de entusiasmo.

O analisador está marcado pela estabilidade e focalizado no interior da organização. Centra-se na eficiência das operações, avalia o resultado dos projectos e integra as diferentes perspectivas e necessidades.

O supervisor está circunscrito pela estabilidade focalizado no exterior da organização. Está centrado nos resultados, resolve os problemas e influencia as decisões mais baixas.

11. Liderança e gestão de equipas

A liderança está intimamente relacionada com as competências de comunicação e transmissão de ideias. As entidades, para alcançarem objectivos, necessitam de uma organização própria que pressupõe trabalho conjunto e concertado. Há que gerar acordos, gerir expectativas, criar linguagens comuns e encontrar soluções para os problemas. Neste contexto, o líder será o elemento com capacidade para influenciar os outros para que se envolvam voluntariamente em tarefas para a concretização de objectivos comuns. Neste sentido, o fundamental da liderança baseia-se no direccionamento do grupo para metas específicas.

Investigadores da Universidade de Ohio identificaram duas categorias de comportamento que combinadas se constituem como o cerne da boa liderança: a iniciação de estrutura (definição de objectivos e execução de tarefas) e consideração (confiança mútua, ajuda, relações amistosas). A equipa da Universidade de Michigan traduziu em orientação para as tarefas e orientação para as pessoas.

Na revisão de literatura sobre esta temática, diversos autores sugerem que os líderes que lançarem as suas organizações para patamares de superior desempenho são os que combinem elevada determinação com humildade. A estas acrescentam-se, actuação exemplar, a consistência entre palavras e actos, a lealdade, a confiança, a integridade e o desejo de aprendizagem contínua.

12. Liderança nas organizações sociais

De acordo com Peter Drucker (2001), os líderes das organizações sociais devem vê-las como geradoras de recursos, como elo numa cadeia mais vasta e num contexto ambiental com oportunidades e ameaças. A actual sociedade do conhecimento é, também, uma sociedade das organizações e a função de cada organização, na óptica deste autor, seja empresarial ou não, será a integração de conhecimentos especializados numa tarefa comum.

De um modo geral, as instituições sem fins lucrativos têm como estratégia o desempenho da sua missão, focalizando a organização na acção. Nesta consonância, uma missão bem definida olha para fora da organização, procurando novos utentes ou associados, mas também, medidas de sucesso. Por outro lado, e por esta via, fomentará ideias inovadoras em ajudar os outros a entender porque elas precisam de ser implementadas.

Estas associações valorizam os seus voluntários, elaborando planos de carreira e definindo oportunidades para a sua progressão. Estão, assim, a criar novos elos com a comunidade, promovendo a cidadania activa. Podemos, assim constatar um estágio de surgimento de associações integradas em movimentos de luta pelos direitos da liberdade e igualdade, que veio sustentar-se em mutualidades, cooperativas de produção e consumo, sindicatos, colectividades de cultura e recreio, para uma fase de criação de associações que valorizaram as actividades de ensino e recreativas em detrimento das actividades de educação cívica.

Podemos, visualizar, nos tempos actuais associações de um tipo novo, que se suportam numa perspectiva emancipatória que pode vir a ter reflexos na animação da vida comunitária e na própria essência das organizações (a sua missão e estrutura).

Estas associações pretendem experimentar novas estratégias de desenvolvimento pessoal e local, com preocupações de uma racionalidade baseada num trabalho de parceria e rede.

Capítulo IV – Panorama internacional e nacional

Ao nível internacional, foram diversos os acontecimentos que marcaram a política social em relação às pessoas idosas a partir do momento em que se vislumbraram as primeiras tendências de envelhecimento da população.

A primeira ocorrência de relevo relaciona-se com a realização da *I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento*, promovida, em 1982, pela *Organização das Nações Unidas*. Quase uma década depois, em 1991, a Assembleia das Nações Unidas a favor dos idosos, emitiu os princípios gerais básicos da política social dirigida a esta faixa etária. Destes, destacam-se três fundamentais:

- Promover a realização pessoal, através de actividades, entre as quais a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida;
- Promover a preparação para a reforma;
- Desenvolver o papel activo dos idosos na sociedade.

Em 2002, da *II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento*, realizada em Madrid, resultou o lançamento de um *Plano Internacional de Acção para o Envelhecimento*, que assenta em três pilares fundamentais: Os idosos e o desenvolvimento; A promoção da saúde e do bem-estar na velhice; e, A criação de ambientes facilitadores do envelhecimento.

Da Declaração Política desta Assembleia (*Naciones Unidas, 2002:3*) destacam-se dois aspectos inovadores nesta matéria:

- O apelo para a inclusão da temática do envelhecimento nas políticas de desenvolvimento, nas estratégias para a erradicação da pobreza e na procura da promoção da participação activa deste grupo na economia global, como forma de combate à marginalização característica da população idosa;
- O reconhecimento da necessidade de participação das pessoas idosas na vida económica, política, social e cultural das sociedades em que estão inseridas, nomeadamente, através da oportunidade de manterem uma actividade produtiva durante o tempo que se sintam aptas, continuando a poder aceder a programas de formação e educação.

Já na *III Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento (2007)*, para além de ter sido reforçada a necessidade de: Criar uma imagem positiva do idoso; Promover a participação política dos mais velhos; Promover a educação permanente; Promover o livre acesso às tecnologias de informação, à participação social e ao voluntariado; Foram, ainda, referidos os maus-tratos e o abandono dos mais velhos, salientando a necessidade de prever uma protecção especial para estes casos.

No contexto europeu destacam-se, também, alguns factos importantes. Em primeiro lugar, a promulgação, em 1992, da “*Carta Europeia dos Idosos*” que define como direitos específicos desta faixa etária³. A esta seguiu-se, em 1993, a celebração do “*Ano Europeu dos Idosos*” e a posterior publicação, em 1995, do “*Livro Verde dos Idosos*”, onde se expõem numerosas questões relacionadas com o futuro das políticas sociais e com o papel económico e social das pessoas idosas.

Finalmente, foi elaborado no espaço europeu o denominado “*Programa de Acção para o biénio 1998-2000*”, enquadrado em três direcções: duas de cariz sócio-laboral (trabalho, especialização, mobilidade e mudança no mundo laboral) e uma relativa às pessoas idosas. Deste deriva a actual “*Estratégia de Lisboa*”, através da qual a União Europeia (UE) assumiu o compromisso de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social. Deste modo, a UE procura dar uma resposta efectiva à coesão social, no modelo de crescimento que lhe serve de suporte e no combate aos factores geradores de exclusão favorecendo a qualificação, o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, a criação de novos empregos e a melhoria das condições de desenvolvimento profissional, e estimulando a criatividade e a inovação, nomeadamente, na resposta a problemas sociais. Neste quadro, inscrevem-se a promoção do *envelhecimento activo*, nomeadamente, como elemento decisivo para promover a sustentabilidade dos sistemas de protecção social.

No contexto nacional, importa destacar os princípios básicos respeitantes aos direitos e deveres das pessoas idosas:

“1º As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

2º A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da comunidade.”⁴

A este nível foram desenvolvidas políticas sociais, destinadas a pessoas idosas, operacionalizadas, sobretudo, através de protocolos estabelecidos com as Instituições Particulares de Solidariedade Social. No entanto, foram recentemente desenvolvidas medidas de política social para a terceira idade, explanadas seguidamente, que não visando modificar por completo este modelo o complementam, complexificando os cuidados oferecidos a esta faixa etária.

³ A saber: o direito de acesso a rendimentos mínimos garantidos; o direito a escolher o local de residência e o dever, por parte da sociedade, de garantir os serviços sociais necessários para o exercício desse direito; o direito à saúde mental e física, a medidas de reabilitação, de prevenção e protecção legal em caso de tratamento; o direito a um modo de vida adequado e a um sistema de transportes públicos adaptados às suas necessidades; o direito a um meio ambiente que lhes assegure a saúde e a segurança; o direito ao lazer, ao acesso à cultura, à formação e à prática de actividade física; o direito à informação; e, o direito à participação cívica e a uma cidadania responsável.

⁴ Artigo 72º, n.º1 e n.º 2, da *Constituição da República Portuguesa*.

No contexto do Programa do actual Governo⁵, é referenciado o envelhecimento activo como o caminho para se alcançar mais emprego e mais produtividade e são apontadas duas orientações políticas: dotar o sistema de segurança social de maior sustentabilidade e garantir o direito ao trabalho para todos os trabalhadores, incentivando o prolongamento da vida activa.⁶

Assim, no âmbito das principais tendências e com o intuito de fazer face aos desafios colocados ao país, a *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social*, para o período 2008-2010, assenta em dois eixos de intervenção e seis objectivos estratégicos:

Eixo 1 – Fazer face ao impacto das alterações demográficas: Apoiar a natalidade e a infância; Apoiar a conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar; e, Promover o envelhecimento activo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência.

Eixo 2 – Promoção da inclusão / redução das desigualdades: Promover a inclusão social activa; Melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis; e, Favorecer a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente, pessoas com deficiências ou incapacidades, imigrantes e minorias étnicas e pessoas sem-abrigo.

Com o objectivo de promover o envelhecimento activo e prevenir/ apoiar a dependência, a *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social*, preconiza as seguintes medidas de política dirigidas a pessoas idosas e em situação de dependência:

Tabela 3. Medidas dirigidas aos Idosos

		Medidas
Prestações Sociais		Complemento Solidário para Idosos
Respostas Sociais	Serviços	Serviço de Apoio Domiciliário Apoio Domiciliário Integrado Acolhimento Familiar
	Equipamentos	Lar de idosos Residência Centro de Dia/ Centro de Convívio Centro de Noite Unidade de Apoio Integrado
Programas e Medidas	Transversais	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) Comparticipação directa às famílias Linha Nacional de Emergência Social (LNES) Rede Social Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE) Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais
	Específicas	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI) Programa ReCriar o Futuro Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)

Fonte: Adaptado de *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social – Portugal 2008-2010*: pp. 40-42.

⁵ Disponível em: <http://portugal.gov.pt>

⁶ “Estratégia Nacional para o Envelhecimento Activo” preconizada pelo Plano Nacional de Emprego (2005-2008).

Em estreita articulação com a estratégia de desenvolvimento sustentável da União Europeia, a *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social*, inclui, ainda, várias medidas de política que contribuirão para a consecução de objectivos de crescimento e emprego, e na qual se destacam quatro áreas de intervenção:

- O envelhecimento activo;
- A modernização do regime de pensões;
- A promoção da inclusão activa;
- A flexisegurança.

Ancorado nesta Estratégia Nacional encontra-se o *Plano Nacional de Acção para a Inclusão* (PNAI), que se constitui como um instrumento de planeamento e de coordenação estratégica e operacional de políticas que permitam prevenir e combater as situações de pobreza e de exclusão social, e vem dar resposta ao compromisso assumido ao nível da União Europeia que visa produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social, garantindo:

- O acesso universal aos direitos, recursos e serviços necessários à participação na sociedade, prevenindo e combatendo a exclusão e lutando contra todas as formas de discriminação a ela conducentes;
- A inclusão social activa de todos os cidadãos, promovendo a participação no mercado de trabalho e combatendo a pobreza e a exclusão;
- Que as políticas de inclusão social sejam bem coordenadas, contando com o envolvimento de todos os níveis do governo e agentes pertinentes, incluindo as pessoas que vivem na pobreza, sejam eficientes e integradas em todas as políticas públicas relevantes.

O PNAI para o período 2006-2008 assumiu como grande finalidade a inclusão de todos os cidadãos e a igualdade de oportunidades para a participação numa sociedade com melhor qualidade e mais coesão social.

Dada a natureza e o perfil dos problemas da pobreza e exclusão social em Portugal, considerou-se pertinente desenvolver uma estratégia mais focalizada, capaz de combater e reverter situações de pobreza persistente e prevenir a reprodução de desigualdades e de situações de exclusão social, que atingem alguns grupos sociais e territórios específicos. Tratou-se de uma estratégia com um carácter multidimensional e sistémico, orientada, muito em particular, em torno de três prioridades políticas de intervenção:

- Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos sociais de cidadania;
- Corrigir as desvantagens na educação, formação e qualificação;

- Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

O novo PNAI, que vigorar entre 2008 e 2010, mantém como prioridade o combate à pobreza e à exclusão social, com especial incidência nas crianças e nos idosos. Nesse sentido, em relação aos idosos, prevê a criação, até 2010, de um total de 1.864 vagas em equipamentos para idosos e a requalificação de outros 300. Prevê, ainda, melhorar as condições básicas de habitabilidade e acessibilidade dos idosos, efectuando duas mil intervenções até ao final da sua vigência.

Por outro lado, em cumprimento com o Programa do Governo, têm vindo a ser implementadas e desenvolvidas ferramentas de organização e planeamento, que pretendem conferir coerência e enquadramento às medidas a implementar, é o exemplo, no caso da saúde, do *Programa Nacional de Saúde para a Pessoa Idosa*.

A saúde é o resultado das experiências passadas em termos de estilos de vida, de exposição aos ambientes onde se vive e dos cuidados de saúde que se recebem, sendo a qualidade de vida nas pessoas idosas, largamente influenciada pela capacidade em manter a autonomia e a independência. A promoção da saúde e os cuidados de prevenção, dirigidos às pessoas idosas, aumentam a longevidade e melhoram a saúde e a qualidade de vida, ajudando deste modo a racionalizar os recursos da sociedade.

Foram estas premissas que serviram de base ao *Programa Nacional de Saúde para a Pessoa Idosa*, que pretende contribuir para a generalização e prática do conceito de *envelhecimento activo*, nas pessoas com 65 ou mais anos, assim como actuar sobre os factores condutores à perda de autonomia e de independência.

Este programa assenta sobre três pilares, que se consubstanciam em três grandes estratégias de intervenção: Promover o *envelhecimento activo*; Adequar os cuidados de saúde às necessidades específicas das pessoas idosas; e, Promover o desenvolvimento de ambientes capacitadores de autonomia e de independência das pessoas idosas.

Salienta-se, ainda, o facto do *Programa Nacional de Saúde para a Pessoa Idosa*, com um horizonte temporal até 2010, prever a operacionalização ao nível regional e local, através das Administrações Regionais de Saúde. Estas deverão definir os respectivos planos de acção e fomentar as parcerias, nomeadamente, com os responsáveis autárquicos e parceiros sociais, fomentando, deste modo, o eficaz aproveitamento dos recursos disponíveis.

Capítulo V. Panorama local

13. Caracterização sócio-demográfica do Concelho de Oeiras

Nos Censos de 2001, o Concelho de Oeiras contabilizou 162.128 residentes, reflectindo um crescimento de 7,1% face a 1991. Em termos demográficos, no Concelho de Oeiras é possível discernir três períodos distintos desde a década de sessenta:

- Até 1970, um crescimento populacional muito acentuado, tendo quase duplicado o total de residentes (180.215, até hoje o contingente mais elevado de indivíduos a residir no Concelho);
- O período compreendido entre 1970 e 1981, em que Oeiras decresceu em cerca de trinta mil habitantes, na sequência da constituição do Concelho da Amadora, que passou a abranger áreas anteriormente afectas ao Concelho de Oeiras;
- A partir de 1981 até 2001, tem-se verificado uma evolução positiva (mais 1,7% entre 1981 e 1991 e mais 7,1% entre 1991 e 2001), indiciando um reforço do poder de atracção do Concelho no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

O quadro seguinte mostra-nos a evolução da população residente no Concelho de Oeiras, nos concelhos limítrofes, na Grande Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa (1960-2001):

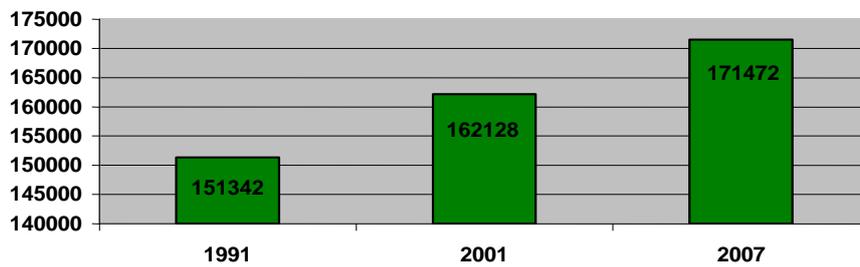
Tabela 4. Evolução da população residente no Concelho de Oeiras, nos concelhos limítrofes, na Grande Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa (1960-2001)

	1960	1970	1981	1991	2001	1991-2001 (var.)
Área Metropolitana De Lisboa	1.523.125	1.781.360	2.502.044	2.520.708	2.661.850	5.6%
Grande Lisboa	--	--	--	1.880.215	1.947.261	3.6%
Concelho de Lisboa	801.155	760.150	807.937	663.394	564.657	-14.9%
Concelho de Oeiras	94.255	180.215	149.328	151.342	162.128	7.1%
Concelho de Cascais	59.617	92.360	141.498	153.294	170.683	11.3%
Concelho de Sintra	79.964	124.400	226.428	260.951	363.749	38.4%
Concelho da Amadora	--	--	--	181.774	175.872	-3.2%

Fonte: GDM/CMO (2008); INE, Censos (1960, 1970, 1981, 1991, 2001).

Os dados referentes a 2007 (*Estimativas Provisórias de População Residente, 2007, INE*) antevêm uma tendência de crescimento populacional, como o gráfico a seguir, onde se encontra espelhadas as Estatísticas Populacionais (1991, 2001 e 2007), ilustra:

Figura 2. Evolução da população residente no Concelho de Oeiras (1991, 2001 e 2007)



Fonte: INE, Censos (1991 e 2001); INE, *Estimativas Provisórias de População Residente (2007)*.

Grupos Etários

Durante o último período intercensitário registou-se, no Concelho Oeiras, um forte decréscimo populacional nos grupos etários mais jovens, com especial destaque para os que têm entre 0 e 14 anos⁷. O grupo etário dos 15 aos 24 anos apresenta uma diminuição de 10,5%. Em sentido contrário, nota-se um aumento significativo das faixas etárias mais altas, nomeadamente, na população com 65 ou mais anos, que apresenta uma variação positiva de 52,6%⁸.

Na comparação com os concelhos da Grande Lisboa, é de sublinhar que Oeiras é o segundo concelho (a seguir a Lisboa) com menor percentagem de indivíduos com menos de 15 anos e o terceiro com maior peso relativo no grupo etário mais envelhecido (mais de 64 anos). Os quadros seguintes espelham a população residente no Concelho de Oeiras, no primeiro caso segundo os grandes grupos etários (1991-2001), e no segundo incidindo nos indivíduos com 65 e mais anos, distribuídos por freguesia.

Tabela 5. Grupos etários no Concelho de Oeiras (1991, 2001 e 2007)

Grupos Etários	0-14		15-24		25-64		65 ou +		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1991	27.728	18,3%	24.932	16,5%	82.855	54,7%	15.827	10,5%	151.342
2001	22.685	14,0%	22.312	13,8%	92.978	57,3%	24.153	14,9%	162.128
2007	26.101	15,2%	16.724	9,8%	98.946	57,7%	29.701	17,3%	171.472

Fonte: INE, Censos (1991 e 2001), INE, *Estimativas Anuais da População Residente (2007)*.

⁷ Uma evolução negativa de menos 18,2%, correspondendo a 5.043 indivíduos.

⁸ Em 1991 eram 15.827 e, em 2001, 24.153.

Tabela 6. Residentes no Concelho de Oeiras com 65 ou mais anos (2001), por freguesia

Freguesia	Total de Residentes	% de Residentes com 65 anos ou mais	Residentes			
			65 – 74 anos	75 – 84 anos	85 – 94 anos	95 anos ou mais
Algés	19.542	20,98	2.452	1.286	347	16
Barcarena	11.847	11,34	790	405	141	7
Carnaxide	21.354	9,71	1.306	603	156	8
Cruz Quebrada / Dafundo	6.591	21,21	826	458	107	7
Linda-a-Velha	21.952	14,07	1.901	892	280	16
Oeiras e São Julião da Barra	34.851	16,38	3.353	1.783	538	35
Paço de Arcos e Caxias ⁹	23.496	14,76	1.974	1.177	301	16
Porto Salvo	13.724	12,07	1.106	450	95	5
Queijas	8.771	15,00	813	362	134	7
Totais	162.128	14,89	14.521	7.416	2.099	117

Fonte: <http://www.ine.pt> População Residente por Local de Residência, Sexo e Grupo Etário – Decenal, (Censos 2001).

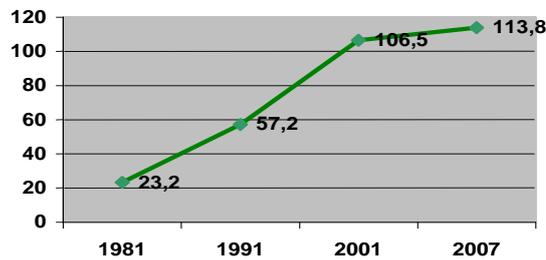
Índice de Envelhecimento¹⁰

Seguindo as tendências verificadas na maioria dos concelhos da Grande Lisboa, constata-se um acentuado fenómeno de envelhecimento da população residente no Concelho de Oeiras. Tomando como referência o índice de envelhecimento, verifica-se que, em 1981, o Concelho de Oeiras tinha uma população jovem e em 2001, apresenta uma condição global de população muito envelhecida. No conjunto dos oito concelhos da Grande Lisboa (com um índice de 107,3), Oeiras é, a seguir ao Concelho de Lisboa (203,4), o segundo concelho com o maior índice de envelhecimento (113,8). De acordo com estimativas do INE (2007), esta situação tende a agravar-se. Isto é, enquanto em 1981, por cada 100 jovens existiam cerca de 23 idosos, em 2001, existiam 107. As estimativas para 2007 apontam para a existência de 114 idosos por cada 100 jovens. O gráfico seguinte ilustra os Índices de Envelhecimento no Concelho de Oeiras entre 1981 e 2007:

⁹ Em 2001, quando se realizaram os últimos Censos, Caxias ainda não era freguesia, mas sim uma localidade da freguesia de Paço de Arcos, pelo que alguns dos dados ainda se encontram agregados.

¹⁰ Corresponde ao coeficiente, medido em percentagem, entre a população idosa (65 anos ou mais) e a população em idade activa (dos 15 anos 64 anos).

Figura 3. Índice de Envelhecimento no Concelho de Oeiras (1981, 1991, 2001 e 2007)



Fonte: INE, Censos (1981, 1991, 2001);
INE, *Estimativas Provisórias de População Residente* (2007).

O Concelho de Oeiras regista nos Censos de 2001, um universo de 24.153 munícipes com 65 ou mais anos de idade, tendo-se verificado, na última década, um acréscimo na ordem dos 52,6%. Este grupo etário representa 14,9% da população do Concelho, sendo de referir que o grupo dos mais idosos (75-90 anos) equivale já a quase 6% da população concelhia.

Importa, ainda, referir, que 19,8% dos indivíduos deste grupo etário vivem em situação de solidão e/ou de isolamento social, sendo que, de acordo com a Comissão Europeia, estima-se que, cerca de 8% dos idosos se encontram em situação de dependência o que equivale no Concelho a considerar que cerca de 2.000 munícipes idosos necessitam de apoios especiais que se traduzem em Serviço de Apoio Domiciliário, Lares, Residências Protegidas e em equipamentos e serviços especializados no âmbito da saúde, como sejam, as Unidades de Cuidados Temporários e de Cuidados Paliativos e Estruturas e Cuidados Continuados.

População Activa

No quadro seguinte encontra-se explanada a caracterização da população activa e não activa do Concelho, por idade e por género, de acordo com dados do Censos de 2001:

Tabela 7. População activa e não activa, com mais de 15 anos, no Concelho de Oeiras (2001)

Idade e Género	15 – 60 anos		60 ou + anos		Total
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
Com Actividade	41.175	41.363	2.665	1.964	87.167
	82.538		4.629		
Sem Actividade	10.637	14.837	10.663	16.140	52.276
	25.273		26.803		

Fonte: Adaptado de INE (2001), Censos.

Analisando a população perante a actividade económica, com base nos Censos 2001, constata-se que aproximadamente 63% do total de população com mais de 15 anos a residir no Concelho tem uma actividade económica. Desagregando a população que desempenha uma actividade económica, verifica-se que 94,6% tem idades compreendidas entre os 15 e os 60 anos (49,8% homens e 50,2% mulheres) e que os restantes 5,4% têm mais de 60 anos (57,5% homens e 42,5% mulheres). Esta desagregação por género revela um grande equilíbrio na estrutura por sexos, nomeadamente, no primeiro grupo etário.

Relativamente à população que não exerce qualquer actividade económica (37% do total da população com 15 ou mais anos), 48,7% estão no grupo etário dos 15 aos 60 anos (existindo 42,8% homens e 57,2% mulheres) e 51,3% têm mais de 60 anos (39,7% homens e 60,3% mulheres). Este equilíbrio de valores, no que concerne às idades, indica a existência de uma percentagem significativa de indivíduos, ainda em idade activa, sem qualquer actividade económica (48,7%). Ao contrário do que se passava na população com actividade económica, neste grupo verifica-se uma maior predominância por parte do sexo feminino.

Actualmente, no Concelho de Oeiras, verifica-se que o grupo dos "activos" que suportam, quer o peso dos seus ascendentes idosos, quer o encargo dos seus descendentes, é reduzido. Comparativamente aos concelhos vizinhos e à Grande Lisboa, constata-se que, no Concelho de Oeiras, a proporção de mulheres com actividade económica (com idade entre os 15 e os 60 anos) apresenta valores mais elevados. Por outro lado, observando a população sem actividade económica (também na mesma faixa etária), verifica-se que a percentagem de mulheres, quer em Oeiras, quer em Lisboa, assume valores inferiores à tendência encontrada para a Grande Lisboa.

Relativamente aos 52.276 indivíduos residentes, com mais de 15 anos, que não possuem qualquer actividade económica, observa-se que existe uma preponderância (54%) de reformados, aposentados ou na reserva (28.205, dos quais 44,2% são homens e 55,8% são mulheres), seguindo-se os 12.448 (23,8%) estudantes. Ressalvem-se, ainda, os 10% de domésticos, por se apresentarem como uma população esmagadoramente feminina.

População Pensionista

A tendência de envelhecimento da população e o conseqüente aumento do número de pensionistas, por um lado, e o valor médio das pensões, por outro, conduzem à caracterização das pessoas mais idosas como um grupo social vulnerável. Não obstante o grande esforço das políticas públicas em aumentar os níveis de pensão¹¹ estas continuam e pesar fortemente nas percentagens de pobreza (CCDRLVT, 2007). A Região de Lisboa apresenta um valor médio de pensões superior aos das outras regiões do país e um número de pensionistas ligeiramente inferior ao registado no resto do país.

¹¹ Constatando-se que, entre 1999 e 2003 o nível médio subiu 35%

No quadro seguinte encontra-se expresso o número total de pensionistas activos residentes no Concelho de Oeiras, discriminado por Regime de Segurança Social, e o valor das pensões pagas no ano de 2008:

Tabela 8. Número total de pensionistas activos residentes no Concelho de Oeiras, por Regime de Segurança Social, e valor das pensões pagas (2008)

Regime da Segurança Social	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		N.º Total de Pensionistas	Montante Total pago (€)
	N.º de Pensionistas	Valores de pensões pagas (€)	N.º de Pensionistas	Valores de pensões pagas (€)	N.º de Pensionistas	Valores de pensões pagas (€)		
Regime Geral ¹²	2.524	14.930.958,25	23.221	195.612.573,87	7.594	28.318.546,16	33.339	238.862.078,28
Regime Especial de Segurança Social das Actividades Agrícolas ¹³	4	14.341,21	170	622.582,04	81	173.315,80	255	810.239,05
Não Contributivo e Equiparado ¹⁴	373	1.344.201,38	493	1.562.145,24	10	30.897,52	876	2.937.244,14
Total	2.901	16.289.500,84	23.884	197.797.301,15	7.685	28.522.759,48	34.470	242.609.561,47

Fonte: Instituto de Segurança Social, IP, Centro Nacional de Pensões, Dezembro de 2008.

Se tivermos por base as estimativas da população efectuadas pelo INE, para 2007, que atribuíam a Oeiras, 171.472 residentes, podemos afirmar que cerca de 20% da população do Concelho, correspondendo a 34.294 indivíduos, auferem uma pensão de velhice, sobrevivência ou invalidez. Destes, cerca de 70% auferem uma pensão por velhice, 22% recebem pensão de sobrevivência e os restantes 8% por invalidez.

No atinente aos montantes dispendidos, 82% referem-se a pensões de velhice, a 12% a pensões de sobrevivência e 6% a pensões de invalidez.

Para estimar os valores médios das pensões pagas, procedeu-se à divisão entre o valor total pago por regime (invalidez, velhice ou sobrevivência) pelo número total de pensionistas desse mesmo regime e, posteriormente, dividiu-se por catorze meses. Desta operação obteve-se o seguinte quadro, onde se encontram expressos os valores médios das pensões auferidas no Concelho de Oeiras:

¹² Abrange Trabalhadores, por conta de outrem e Independentes.

¹³ Integra os Trabalhadores por conta de outrem ao serviço das explorações agrícolas.

¹⁴ Integra a Pensão Social e o Regime Transitório dos Trabalhadores Agrícolas.

Tabela 9. Valores médios das pensões pagas no Concelho de Oeiras, por regime e tipo de pensão (2008)

Regime da Segurança Social	Valores de pensões pagas (€)	N.º Pensionistas	Valor Médio (€)
Regime Contributivo			
Invalidez	14.945.299,46	2.528	422,30
Velhice	196.235.156,00	23.391	599,20
Sobrevivência	28.491.861,96	7.675	265,10
Regime Não Contributivo			
Invalidez	1.344.201,38	373	257,40
Velhice	1.562.145,24	393	226,30
Sobrevivência	30.897,52	10	220,70

Fonte: Adaptado de Instituto de Segurança Social, IP, Centro Nacional de Pensões, Dezembro de 2008.

De realçar que 2,5% dos pensionistas e 1,2% do valor pago se refere ao regime não contributivo. A exiguidade destes montantes, ressalvando que se tratam de valores médios, conduz a que os idosos pensionistas se constituam um dos grupos sociais particularmente vulneráveis a situações de pobreza.

População Futura

Em 2004 o INE procedeu à projecção da população residente no ano de 2050 (Portugal e NUTS II¹⁵) que seguidamente resumiremos. No entanto, parece-nos relevante, apresentar duas ressalvas. Por um lado, esta estimativa é efectuada por regiões, estando o Concelho de Oeiras integrado na zona de Lisboa e Vale do Tejo, poderemos apenas aferir estas conjecturas no seu conjunto e no contexto alargado da região em que está inserido e, em alguns casos, do país na sua totalidade. Por outro lado, estas baseiam-se em pressupostos de evolução aceites para cada componente demográfica, consideradas hipóteses para a fecundidade, as migrações e mortalidade. Entre as diferentes combinações possíveis definiram-se três cenários (baixo/pessimista, base e alto/optimista).

Para qualquer dos cenários analisados, os resultados obtidos indiciam uma forte probabilidade da população residente no país diminuir no decorrer dos próximos cinquenta anos. No caso concreto de Lisboa e Vale do Tejo, contrariando a tendência nacional, antevê-se (apenas no cenário elevado) um aumento populacional, devido, genericamente, a um acréscimo nos níveis de fecundidade e a saldos migratórios positivos.

No que concerne aos principais grupos etários, mantém-se a tendência de uma provável redução da população com menos de 65 anos de idade e um acréscimo da população com 65 ou mais anos, sendo assim previsível um aumento do índice de envelhecimento até 2050.

¹⁵ Nomenclatura de Unidades Territoriais.

Efectivamente, a estimativa aponta para uma redução dos efectivos populacionais mais jovens (dos 0 aos 14 anos), em qualquer dos cenários, com excepção de Lisboa e Vale do Tejo no cenário elevado e do Algarve nos cenários base e elevado.

Também na população em idade activa (dos 15 aos 64 anos), qualquer dos cenários aponta para um decréscimo desta faixa. Tal redução é expectável em todas as regiões, ainda que de forma diferenciada.

Como resultado destas mudanças na estrutura etária, o índice de envelhecimento poderá mais do que duplicar (num cenário base) até 2050.

14. Orientações municipais

A necessidade de organizar a Acção Social nas autarquias surgiu, de uma forma mais concreta, a partir do 25 de Abril de 1974, não só por se ter iniciado o processo de democratização da sociedade portuguesa, em que os municípios passaram a ter um papel mais amplo na organização do Estado, mas também pela necessidade de enquadrar tecnicamente os movimentos de cidadãos então criados, em que se destacam as associações populares e as associações de moradores. As necessidades que então emergiram exigiram dos poderes instituídos, nomeadamente do Poder Local, novas formas de atenção e de compromisso para com os cidadãos.

Em 1984, com a aprovação da Lei de Bases da Segurança Social¹⁶, a Acção Social nas edilidades passa a desenvolver um trabalho mais específico, mais alargado e especializado de intervenção, de acordo com os objectivos e o campo de acção definidos por esta Lei e abrangendo áreas como a prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização, a integração comunitária, a protecção dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente, os idosos e a definição, execução e acompanhamento de projectos de equipamentos sociais.

No quadro das competências e atribuições das autarquias locais, estabelecido nas Leis n.º 159/99 e n.º 169/99 de 14 e 18 de Setembro, respectivamente, são definidas competências que, sem prejuízo da relação com outras áreas de intervenção municipal, estão directamente relacionadas com o bem-estar social e com a qualidade de vida dos munícipes. Destacam-se, por exemplo, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, as seguintes competências¹⁷:

- a) *Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;*
- b) *Apoiar ou participar, pelos meios adequados, o apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;*
- c) *Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal.*

Na parte referente à intervenção municipal mais directamente relacionada com o bem-estar social, a Lei n.º 159/99 inclui artigos relacionados com competências municipais no âmbito da Acção Social¹⁸ que consignam:

¹⁶ Lei n.º 28/84 de 14 de Agosto.

¹⁷ Artigo 64.º n.º 4 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.

¹⁸ Artigos 22.º, 23.º e 28.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

1. Os órgãos municipais podem assegurar a gestão de equipamentos e realizar investimentos na construção ou no apoio à construção de creches, jardins-de-infância, lares ou centros de dia para idosos e centros para pessoas com deficiência;
2. Os municípios integram os conselhos locais de acção social¹⁹ e são obrigatoriamente ouvidos relativamente aos investimentos públicos e programas de acção a desenvolver no âmbito concelhio;
3. Compete ainda aos municípios a participação, em cooperação com instituições de solidariedade social e em parceria com a administração central, em programas e projectos de acção social de âmbito municipal, designadamente nos domínios de combate à pobreza e à exclusão social²⁰.

Assim, perante o contexto em que presentemente nos situamos, concretamente no que se refere à área das pessoas idosas, as prioridades de actuação dos municípios devem orientar-se no sentido da:

- Melhoria das taxas de cobertura em equipamentos, de uma forma mais ampla e generalizada;
- Aposta na diversificação da tipologia de equipamentos para responder às novas necessidades no campo da Saúde e da Acção Social, sobretudo as que decorrem do envelhecimento das sociedades;
- Melhoria das acessibilidades, quer no espaço público quer no espaço habitacional;
- Requalificação do espaço público, de forma a torná-lo espaço de estabelecimento de inter-relações e de usufruto privilegiado de todos;
- Construção de habitação (de forma indirecta) a custos controlados, de modo a permitir e incentivar a fixação de jovens e contrariar a tendência de envelhecimento.

O Município de Oeiras constituiu-se nos últimos vinte anos como referência no panorama das políticas públicas locais que promovem a qualidade de vida da pessoa idosa, apoiando não só as actividades e projectos da rede solidária social com respostas para os idosos, mas também implementando projectos próprios que correspondem às necessidades reais diagnosticadas para esta faixa etária, pretendendo deste modo, por um lado, tornar eficazes as respostas sociais para os idosos dependentes e, por outro, apostar no *envelhecimento activo* dos não dependentes.

De acordo com o artigo 80º do *Regulamento Orgânico da CMO*, a Divisão de Acção Social, Saúde e Juventude (DASSJ) tem por missão executar as políticas e programas municipais nas áreas que lhe estão adstritas, nomeadamente a área dos idosos. Neste sentido, compete-lhe:

Nas áreas da intervenção social, da gestão de equipamentos sociais e da promoção da saúde:

¹⁹ A CMO coordena o Conselho Local de Acção Social de Oeiras (Resolução do Conselho de Ministros, n.º 197/97, de 18 de Novembro, Pontos 11 e 21 e, Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de Fevereiro, Artigo 3.º).

²⁰ A CMO tem responsabilidade no funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro).

- “a) Promover, articular e qualificar os recursos sociais para o desenvolvimento social do Concelho, dinamizando a Rede Social;*
- b) Coordenar a intervenção social concelhia e garantir a sustentabilidade das comissões sociais de freguesia;*
- c) Apoiar programas concelhios no âmbito dos cuidados de proximidade, nomeadamente, cuidados de saúde primários e cuidados continuados a idosos e dependentes;*
- (...) g) Desenvolver e apoiar projectos que induzam o cidadão à prática de uma actividade física regular, numa perspectiva de melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida, com especial incidência em segmentos alvo especiais, nomeadamente os idosos, (...);*
- h) Propor os termos e as modalidades de cooperação a desenvolver com outras entidades e organismos, zelando pelo cumprimento dos protocolos de colaboração ou cedência de instalações estabelecidas no âmbito social;*
- i) Fomentar parcerias com as instituições particulares de solidariedade social e outros agentes sociais garantindo o apoio logístico e financeiro;*
- (...) p) Programar e desenvolver projectos de intervenção social visando os grupos mais carenciados, tais como os idosos (...);*
- q) (...) realização e actualização do levantamento dos equipamentos sociais existentes, aferindo das necessidades e priorizando a actuação, visando a criação de uma rede de equipamentos sociais integrada;*
- r) Assegurar o funcionamento dos equipamentos sociais municipais de apoio à comunidade;(...)”*

Deste modo, no Plano Estratégico da CMO, os objectivos estratégicos e operacionais e as acções/projectos destinados às pessoas idosas, encontram-se elencados da seguinte forma:

Tabela 10. Câmara Municipal de Oeiras – Objectivos Estratégicos, Operacionais e Acções/ Projectos dirigidos à população idosa (2009)

Objectivos Estratégicos	Objectivos Operacionais	Acções / Projectos
Reforçar as redes de cooperação activa entre os vários agentes e promover a coesão social integrada	Desenvolver e/ou reforçar respostas sociais de apoio à família	Programa de Actividade Física 50 +; Programa "À Descoberta de Outros Concelhos"; Turismo Sénior; "Oeiras Está Lá"; Projecto "Bairro Limpo"; Encontros de Outubro; Cartão do Idoso 65 +; Revista Real Idade; NetSénior; Programa "Idosos em Segurança"; Plano Gerontológico do Município de Oeiras.
		Serviço de Tele-Assistência; Serviço de Transporte Adaptado; Projecto "Oeiras sem Barreiras"; Atendimento social e intervenção em situações de Emergência Social; Serviço "Oeiras Está Lá"; Projecto "Barrigas de Amor".

Fonte: Plano Estratégico Municipal (2009).

Na prossecução destas intenções, no Concelho de Oeiras, o trabalho em prol dos idosos tem resultado da concertação entre a Autarquia, Instituições Particulares de Solidariedade Social, associações e comunidade em geral, sendo reconhecido pela qualidade e abrangência das respostas criadas.

Parte II. Metodologia

1. Contextualização

A presente pesquisa teve como objectivo aferir a relevância do papel das organizações reguladas por idosos, a valorização das suas capacidades na criação e desenvolvimento do capital social e como promotoras de uma mudança social operada localmente, avaliando, em simultâneo, de que modo o balanço destes três eixos – Organização, seus dirigentes e seus sócios – será relevante na definição de políticas sociais locais nesta área.

Deste modo, e tendo em conta o objecto de estudo, a recolha de dados suportou-se nas seguintes técnicas:

- *Entrevistas qualitativas*, realizadas aos Presidentes das Direcções, mediante a aplicação de um guião (minuta em anexo), com o objectivo de obter informação acerca da estrutura organizativa da entidade (características da organização) e de aspectos relacionados com o cargo que exerce (motivação para constituição ou ingresso na organização, efeitos e impactos do cargo assumido e dados de caracterização pessoal);
- *Inquéritos por questionário* aos sócios (minuta em anexo), com o objectivo de avaliar o impacto da integração na organização nas suas vidas e no seu processo de envelhecimento.

Foi, ainda, utilizada a técnica de *observação directa não participante* para sistematização de situações ligadas aos fenómenos em estudo, concretamente, os relacionados com as características físicas das instalações onde funcionam as organizações, tendo para tal sido construída uma grelha de análise.

Por outro lado, uma vez efectuada uma abordagem exploratória do tema, e antes de aplicarmos os métodos de entrevista e inquérito por questionário, efectuámos uma pesquisa bibliográfica e documental sobre as temáticas inerentes à realização deste documento. Para tal recorremos a diversas bibliotecas, nomeadamente, à Biblioteca Municipal de Oeiras, à Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e, como é óbvio, a artigos científicos disponibilizados através de diversos motores de busca (ex: Google Académico).

Para além de diversas obras relevantes para esta temática, que permitiram proceder ao enquadramento científico dos conceitos abordados, foram analisados documentos inerentes ao funcionamento das organizações em estudo e considerados de análise necessária: planos de actividades, relatórios e contas.

2. Objectivos e universo da pesquisa

O presente estudo pretendeu responder à seguinte pergunta de partida: **De que forma as Organizações Sociais, criadas e geridas por pessoas idosas, são geradoras de capital social e contribuem para o envelhecimento activo dos seus membros num território?**

2.1. Objectivos da pesquisa

Nesta consonância, os seus objectivos foram os seguintes:

Objectivo geral – analisar as organizações sociais formadas e geridas por pessoas idosas e o capital social resultante do trabalho que nelas desenvolvem em prol do envelhecimento activo.

Objectivos específicos – estudar as particularidades históricas e especificidades estruturais de organizações sociais que prestam apoio às pessoas idosas, integrando a análise da trajectória pessoal dos seus líderes na medida em se constituam como impulsionadores de acções e projectos.

2.2. Universo da pesquisa

As entidades-alvo do estudo são as do sector privado sem fins lucrativos, que desenvolvem actividades que não distribuem lucros aos seus membros e assentam na importância da participação de voluntários, visando preencher lacunas originadas pela evolução das comunidades humanas, que não foram respondidas pelo funcionamento do Mercado e do próprio Estado.

O universo de pesquisa é, assim, constituído por entidades do sector privado sem fins lucrativos do Concelho de Oeiras.

Estas organizações da sociedade civil, criadas por iniciativa dos cidadãos, assumem diversas formas, destacando-se neste estudo: **Associações** com diversos fins sociais e culturais, **Cooperativas** que se baseiam na cooperação e auto-ajuda entre os seus membros e as **Instituições Particulares de Solidariedade Social** (IPSS), que objectivam a materialização organizada dos valores de solidariedade e justiça entre indivíduos. Actualmente, a acção deste conjunto diversificado de organizações junto das pessoas idosas adquire uma maior abrangência, com a intervenção em áreas também relevantes na promoção da sua qualidade de vida (cultura, desporto ou tempos livres).

Neste sentido, o alargamento das concepções de envelhecimento, ancoradas nas diversas teorias do envelhecimento, acabam por transportar uma carga ideológica, a partir da forma como entendem a velhice, dando origem a propostas de intervenção particulares, que vão condicionar as características das organizações.

Palazón (1995:83), citado por Osório e Pinto (2007:230), refere três formas diferentes de encarar o trabalho junto da população idosa:

- 1- Acção compensatória em relação às carências vividas pelos idosos;
- 2- Idosos vistos como um colectivo com identidade própria, sendo a resposta dada pela animação sócio-cultural;
- 3- Idosos vistos como um colectivo que partilha protagonismo e emancipação social, resposta dada através do desenvolvimento comunitário.

No quadro seguinte encontra-se explanado o número de entidades formais, da rede solidária e privada, a operar no Concelho, por freguesia de implantação, que dirigem a sua acção a este segmento demográfico:

Tabela 11. Rede de Equipamentos Sociais do Concelho de Oeiras, vocacionados para a População Idosa, por Freguesia

Freguesias	Respostas Formais		Outras respostas	Total
	Rede Solidária	Rede Privada		
Algés	6	4	1	11
Barcarena	5	4	0	9
Carnaxide	3	2	0	5
Caxias	2	0	0	2
Cruz Quebrada/ Dafundo	1	1	0	2
Linda-a-Velha	2	6	1	9
Oeiras	5	7	3	15
Paço de Arcos	2	6	1	9
Porto Salvo	3	5	0	8
Queijas	4	1	0	5
Total	33	36	6	75

Fonte: Adaptado de CMO (2008), *Carta Social do Concelho de Oeiras – Relatório Preliminar*.

Deste quadro, que caracteriza o universo de pesquisa acima mencionado, assinala-se que a **amostra seleccionada** para o estudo é de 6 entidades, geridas por pessoas idosas e dirigidas a este mesmo grupo etário que, relativamente ao total de entidades vocacionadas para a população idosa, representa **8%**.

A selecção desta amostra prende-se com a motivação para explorar uma das abordagens à intervenção com pessoas idosas, enunciadas por Palazón (1995: 83, citado por Osório e Pinto, 2007: 230), em que os idosos são vistos como um colectivo que partilha protagonismo no desenvolvimento comunitário e na emancipação social.

Este grupo restrito está explanado no quadro seguinte, que categorizámos de forma a garantir a confidencialidade dos dados fornecidos:

Tabela 12. Organizações Sociais do Concelho de Oeiras, objecto de estudo, por categoria

Área de Actuação	Características	Organizações do Concelho
ACTIVIDADES DE LAZER E CONVÍVIO (Categoria A)	São iniciativas da sociedade civil, especialmente vocacionadas para as actividades de ocupação de tempos livres e convívio. Podem ser consideradas como uma forma genuína de participação, pois a sua constituição, a definição dos seus objectivos e os seus mecanismos de funcionamento dependem da capacidade de iniciativa dos seus membros. São os próprios idosos que promovem a sua criação e asseguram o seu funcionamento. Trata-se de oferta interna de e para os próprios. A sua utilização implica o pagamento de uma quota.	Entidade A1 Entidade A2
ENSINO E CONHECIMENTO (Categoria B)	De acordo com Lima (2001: 97), as universidades da terceira idade “ <i>surgiram voltadas para a promoção da sociabilidade através do lazer</i> ”. Em Portugal, o modelo que prolifera é a ocupação dos tempos livres através de actividades de lazer, com os principais enfoques na actualização dos conhecimentos, promoção da sociabilidade, redefinição das representações da velhice, redução do isolamento e facilitação da integração social. São desenvolvidas actividades de lazer e recreação, pedagógicas/didácticas e sócio-educativas e culturais (incentivo à criatividade e produção cultural). O modelo seguido assenta numa proposta pedagógica que procura desenvolver a educação permanente. Este conceito pressupõe o efeito duplo de promover a actualização de conhecimentos e o exercício da cidadania. A especificidade destas estruturas pode assim ser evidenciada por permitir a visibilidade do saber e disciplinas que orientam para uma vida saudável. As universidades sénior baseiam-se no modelo universitário. Os elementos da direcção e os professores são seleccionados entre os próprios membros. Existe um envolvimento dos alunos no planeamento e implementação dos programas. As actividades são desenvolvidas sob a forma de cursos, seminários, <i>workshops</i> , conferências e visitas. Os objectivos são os do aumento do conhecimento dos seus associados. Os seus destinatários são, em geral, idosos com um nível cultural e económico elevado.	Entidade B1 Entidade B2 Entidade B3
VOLUNTARIADO/ APOIO PSICOSSOCIAL (Categoria C)	Assentam no trabalho de voluntários, o seu surgimento advém do acelerado processo de envelhecimento populacional e da percepção de que a população idosa se encontra cada vez mais isolada. Têm como principais objectivos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ promover iniciativas que visam apoiar pessoas em situação de solidão e/ou dependência, preferencialmente as mais idosas; ▪ promover junto de entidades responsáveis iniciativas tendentes à sua sensibilização para a necessidade de melhoria da qualidade de vida das pessoas; ▪ dinamizar o desenvolvimento de acções de solidariedade e cooperação em articulação com pessoas voluntárias que possam oferecer o seu tempo e o seu saber. 	Entidade C1

3. Processo de amostragem e dimensão da amostra

Para delimitação da **amostra**, optou-se por, dentro de cada tipologia, seleccionar apenas uma entidade utilizando para tal o critério da antiguidade.

Deste modo, as organizações seleccionadas, para aplicação do inquérito por questionário aos seus sócios, foram as seguintes:

Tabela 13. Tipologia das entidades do universo e selecção da amostra

Tipologia	Entidade seleccionada
Actividades de Lazer e Convívio	Entidade A1
Ensino e Conhecimento	Entidade B1
Voluntariado/ Apoio Psicossocial	Entidade C1

Por outro lado, o número de inquéritos a aplicar foi determinado de acordo com o número de sócios em cada uma das organizações seleccionadas e aferido através de uma amostragem por conveniência, construída do seguinte modo: quando o número de associados é superior a 100, aplicam-se 100 questionários, quando isso não se verifica, aplicam-se questionários à totalidade dos associados. Assim, foram administrados os seguintes questionários:

Tabela 14. Entidades seleccionadas, número de associados e de questionários aplicados

Entidade	N.º de associados	N.º de Questionários
A1	600	100
B1	548	100
C1	75	75
		275

4. Construção do instrumento de recolha de dados

Optou-se por elaboração de um questionário, destinado a preenchimento autónomo pelos inquiridos, não contando com a presença de entrevistador. Aplicaram-se versões pré-teste a um pequeno grupo de utentes da entidade B1, revelando e permitindo a resolução de insuficiências e ambiguidades.

Assim, optámos por retirar do questionário questões abertas e clarificar outras. E, após elaborar o pré-teste a este segundo questionário, este afigurou-se bastante satisfatório.

5. Análise e tratamento dos dados

O tratamento dos dados foi orientado em conformidade com os objectivos definidos e com as características das diferentes técnicas de investigação utilizadas. Assim, no tratamento dos elementos recolhidos através das entrevistas e da pesquisa documental foram utilizadas grelhas de análise que permitiram sistematizar a informação e para o tratamento das perguntas fechadas do inquérito a estatística descritiva e inferencial recorrendo ao software SPSS versão 17.0.

6. Mapas Conceptuais

Ao longo do presente documento e no sentido de evitar ambiguidades na definição dos conceitos abordados, procurou-se partir dos quadro conceptuais de autores de referência nas temáticas relevantes, dissecando os elementos que os constituem de modo a apresentar uma análise o mais aprofundada possível de tais conceitos.

Partindo do pressuposto de que os conceitos são elementos fundamentais no processo de construção do conhecimento, não sendo meramente uma forma de perceber, mas sim de conceber (Grawitz, 2001: 385), foram construídos mapas conceptuais de análise que tiveram por objectivo representar relações significativas entre conceitos na forma de proposições (Novak e Gowin, 1999: 31).

Convém, todavia, reforçar que os mapas conceptuais, apesar de permitirem sintetizar a exploração teórica efectuada e estabelecer relações e hierarquias entre os diversos conceitos, não devem, pelo seu carácter instrumental, ser considerados como a representação acabada da teorização em determinada área (Carmo e Ferreira, 2008: 55), sendo influenciados pela subjectividade de cada

investigador e sendo susceptível de evolução de acordo com o aprofundamento do campo teórico em questão.

De acordo com o descrito em partes prévias, serão centrais na pesquisa os conceitos de **associativismo**, **capital social**, **liderança** e **envelhecimento activo**, conforme descrito no modelo a seguir apresentado:

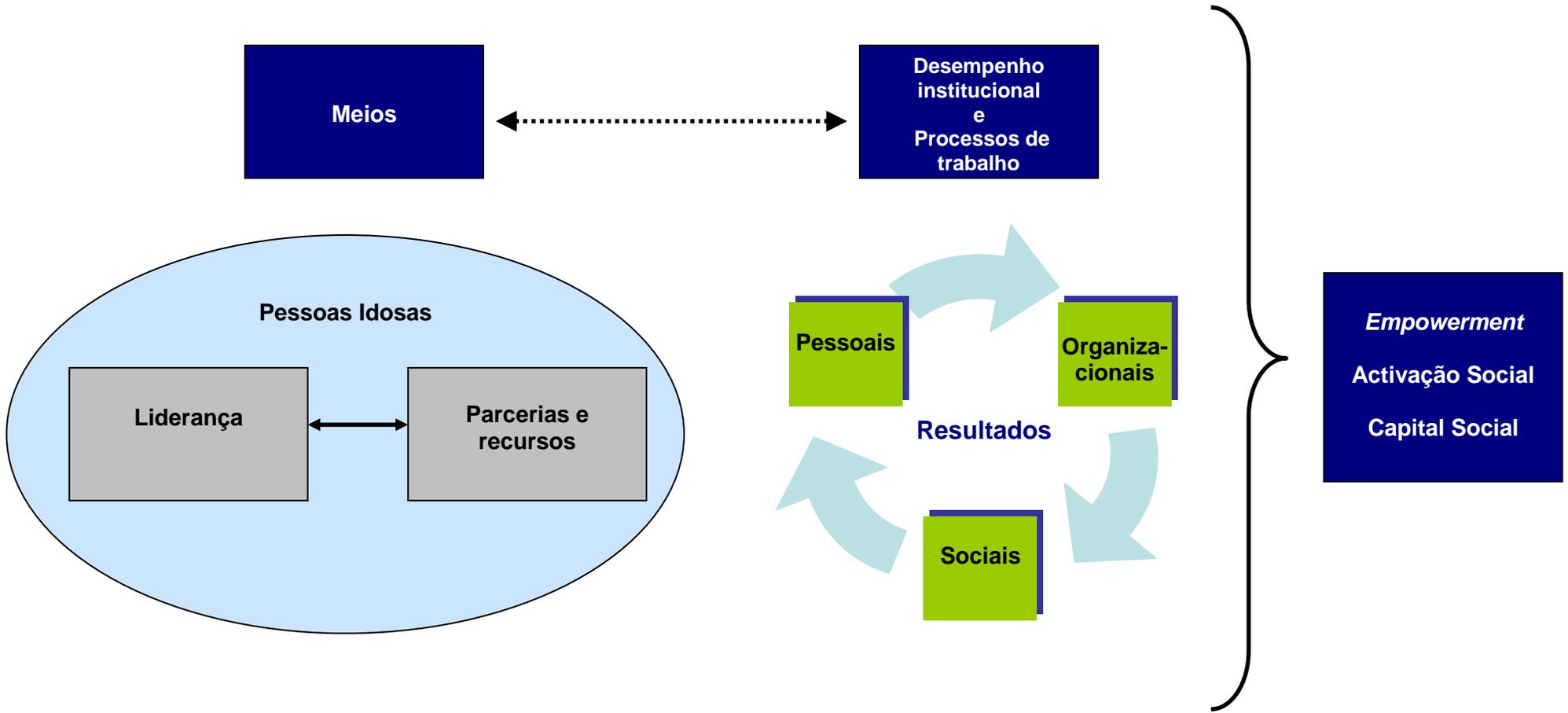
Figura 4. Modelo Conceptual



Tendo em conta as componentes do fenómeno de envelhecimento (biológico, social e psicológico), este é entendido como o resultado de um conjunto de determinantes que inclui a base filogenética, hereditariedade, o meio físico e social nos quais estas predisposições se exprimem e, ainda, o efeito do pensamento e livre arbítrio exercidos na pessoa humana.

Posto isto, qualquer reflexão acerca do processo de envelhecimento não é exaustiva se não considerar o impacto das condições sócio-culturais e ambientais na velhice, bem como as consequências sociais desse processo e as acções sociais que podem otimizar o processo de envelhecimento, operando da seguinte forma:

Figura 5. Modelo de análise adoptado



No âmbito deste estudo julgamos relevante para a análise do impacto das organizações sociais junto dos seus destinatários, organização interna e território em que se inserem, considerar variáveis ligadas aos meios utilizados e resultados obtidos.

Como meios considerámos o tipo de liderança, as características dos destinatários (pessoas idosas) e as parcerias e recursos com que contam, condicionados pelos normativos legais que enquadram a sua acção e disponibilidade de financiamentos.

A forma como estão estruturadas estas organizações e o modelo de funcionamento que as suporta condicionam a forma como são utilizados os meios já referidos, bem como os resultados atingidos. Estes resultados deverão ser analisados em três dimensões: pessoal (micro), organizacional (meso) e social (macro). Destes resultados, e de acordo com o enfoque do estudo, realçamos as questões do *empowerment*, da activação social e do capital social.

Em suma, parece-nos fundamental entender as organizações sociais não como estruturas estanques, mas como sistemas que estabelecem interfaces com o ambiente externo. Respondendo às ameaças e oportunidades que este comporta, através de uma configuração específica interna, produzem resultados, bens e serviços que irão ser elementos transformacionais junto do ambiente externo, funcionando como estruturas dinamizadoras da realidade social.

Parte III. O Caso do Concelho de Oeiras

Capítulo I. Caracterização das Organizações

O terceiro sector é constituído por organizações da sociedade civil, com a finalidade de darem continuidade às práticas tradicionalmente conhecidas como de “caridade” assentes na participação voluntária dos cidadãos e não prosseguindo fins lucrativos. Optou-se, na presente pesquisa, por estudar as organizações sociais existentes no Concelho de Oeiras que, além de pertencerem a este grupo, tivessem a particularidade de serem geridas por pessoas idosas e direccionarem a sua intervenção para uma população com uma faixa etária similar.

Em consonância com o modelo pelo qual optámos, no qual os idosos são vistos como um colectivo que partilha protagonismo no desenvolvimento comunitário e na emancipação social, a recolha de dados inicial incidu nas seis organizações sociais deste cariz, existentes no Concelho, que prosseguem esta vocação.

Como já foi referido, foi aplicada aos presidentes destas entidades uma entrevista na qual foram aprofundados, além das características pessoais dos dirigentes entrevistados (analisadas posteriormente), elementos referentes à especificidade destas instituições, como sendo, a sua missão, objectivos, constituição, forma organizativa e percurso, entre outros aspectos, e a estes dados foi aplicada posteriormente uma matriz de análise. Foi, em simultâneo, aplicada uma grelha de caracterização física das instalações onde funcionam estas entidades.

A aplicação dos instrumentos supracitados permitiu-nos chegar a uma descrição das instituições que compõem o universo do nosso estudo, e que seguidamente se apresenta espartilhada na matriz tipológica adoptada, que as classifica, de acordo com a sua vocação, em:

1.1: Actividades de lazer e convívio,

1.2: Ensino e conhecimento,

1.3: Voluntariado/ apoio psicossocial.

De uma forma muito sintética, estas seis instituições constituem-se como associações sem fins lucrativos, e têm um sistema de renovação de mandatos que varia entre os três e os quatro anos. Por outro lado, o seu âmbito de actuação geográfica varia entre a freguesia onde está implantada e o Concelho em geral, sendo que as situadas nas freguesias limítrofes (com é o caso das entidades A1, B1 e B2) atendem, igualmente, municípios de concelhos vizinhos. O conhecimento da existência destas entidades é, em regra, passado “de boca em boca”, e os sócios são admitidos mediante o pagamento de uma quota. No que se refere ao funcionamento, todas elas o fazem em horário alargado, de segunda a sexta-feira (e em alguns casos aos fins de semana).

1. Actividades de Lazer e Convívio

Existem duas entidades no Concelho de Oeiras, como já foi mencionado, que prosseguem esta vocação. Estas organizações têm como missão “defender e representar os interesses de reformados, pensionistas e idosos do Concelho”, reforçando, em simultâneo, o espírito de solidariedade e surgiram ambas em 1988.

A média de idades é elevada, especialmente na entidade A2, e os motivos de agregação dos sócios relacionam-se com a ocupação de tempos livres, através do desenvolvimento de actividades de lazer e convívio, inserindo-se, as iniciativas desenvolvidas, nas áreas social e de cidadania.

Estas entidades não dispõem de certificação²¹, nem de mecanismos sistemáticos de avaliação da qualidade dos produtos que oferecem. É contudo indicado pela entidade A1 que a qualidade dos seus serviços é aferida nas reuniões da assembleia-geral.

No que concerne a medidas que permitam a integração de indivíduos com dificuldades económicas ou portadores de deficiência, ambas denotam essa preocupação que, contudo, não se concretiza num sistema organizado; apenas as instalações da entidade A1 se encontram preparadas para receber indivíduos com mobilidade reduzida.

No que se refere à promoção da participação dos sócios, ambas afirmam dispor de mecanismos, apesar de serem unânimes em afirmar que os sócios participam pouco e não se envolvem nas decisões da associação. Por outro lado, estas participam pouco em actividades promovidas pela comunidade e apesar de ambas se encontrarem representadas nas Comissões Sociais das respectivas Freguesias, nenhuma delas tem protocolos estabelecidos e o financiamento das suas actividades depende quase em exclusivo das quotas pagas pelo sócios e das comparticipações atribuídas pela edilidade.

A comunicação com os sócios é efectuada através de reunião mensal (A2) ou de informação em *placards*, correio ou telefone (A1), não dispondo nenhuma das entidades de recurso às novas tecnologias.

Em termos sintéticos, apresentam-se seguidamente as características mais relevantes em termos das instalações físicas onde funcionam estas instituições:

- **Entidade A1** tem sede numa zona central da freguesia de Barcarena, com uma envolvência que contempla lojas de comércio tradicional, mercado, colectividades e outros serviços;
- Trata-se de um equipamento pré-fabricado, propriedade municipal, devidamente identificado como Centro de Convívio, delimitado com vedação e usufruindo de uma zona ajardinada²². Em bom estado de conservação, as instalações beneficiam de acessos adaptados, e

²¹ Esta certificação refere-se à Gestão da Qualidade e, concretamente, à ISO 9001, com aplicação neste tipo de organizações.

²² Base de apoio de construção – 128,95 m²; área exterior – 20 m²; área do pré-fabricado – 10,9 m² por 11,5 m².

contemplam: uma sala de convívio de dimensões razoáveis, dois gabinetes menores, dois WC's adaptados e uma copa.

- **Entidade A2** encontra-se localizada num piso térreo de um prédio privado no centro de Algés, sendo deficientes as condições de acessibilidade internas. Possui um espaço de recepção à entrada com dimensões reduzidas, uma sala ampla com divisória para biblioteca e casa de banho. Tanto o acesso ao primeiro espaço, como comunicação entre este e restantes instalações, encontram-se limitados por escadas.

2. Ensino e Conhecimento

Existem em Oeiras três Universidades Sénior. A missão destas entidades relaciona-se com a integração social e comunitária e a promoção do bem-estar, em especial das pessoas em inactividade profissional, através de acções de solidariedade, promoção da saúde, apoio bio-psicossocial, formação e convívio. Desenvolvem actividades nas seguintes áreas: dinâmica ocupacional (trabalhos manuais, grupos corais, teatro); social e de cidadania (festas, excursões, bailes e voluntariado); desenvolvimento físico-psíquico (aulas de ginástica e estimulação cognitiva); formativa-cultural (cursos e conferências); extensão cultural (cursos de alfabetização e palestras).

Como factores de agregação, consideram o gosto de conviver e aprender, e o facto de estarem sós e desocupados, unindo-os o interesse pela cultura e o gosto pelo convívio.

Como forma de avaliação dos resultados obtidos são mencionados inquéritos de satisfação, reuniões do Conselho Directivo e consequentes relatórios elaborados. A entidade B3, sendo de constituição recente (2008), afirma que não foi ainda feita uma avaliação global das actividades, utilizando, no entanto, uma grelha própria para a avaliação das actividades pontuais.

Nenhuma das Universidades dispõe de certificação²³. À excepção da entidade B2, o apoio social existe no acesso aos serviços por dificuldades financeiras, nomeadamente, através da atribuição de bolsas. Todas mencionam prever o atendimento de utentes com mobilidade condicionada e outras pessoas que necessitem de apoio diferenciado.

No que se refere à existência de mecanismos específicos para promover a participação, todas referem recorrer a caixas de sugestões destinadas a comunicação directa e escrita, disponíveis em espaços colectivos (salas de reunião de assembleia-geral, aulas, etc.).

Todas as entidades referem participar em actividades da Junta, da C.M.O., Instituições locais, Paróquia, Escolas Secundárias ou outras. As entidades B1 e B2 pertencem a redes de partilha de soluções e práticas inovadoras e a B3 encontra-se já a trabalhar nesse sentido. Por outro lado, nenhuma das Universidades Sénior menciona dispor de mecanismos de auscultação das necessidades locais.

Como fontes de financiamento são referidas as comparticipações da C.M.O., as quotas dos utentes e o pagamento, pelos mesmos, da frequência nas aulas ministradas. Não é, por nenhuma das entidades, referido o desenvolvimento de mecanismos tendentes à diversificação do financiamento obtido.

À excepção da entidade B2, as Universidades Sénior recorrem às novas tecnologias para comunicar com os seus associados, sem as tornar o método dominante.

²³ Esta certificação refere-se à Gestão da Qualidade e, concretamente, à ISO 9001, com aplicação neste tipo de organizações.

Em termos sumários, as características das instalações físicas onde funcionam as três universidades sénior do Concelho, são as seguintes:

- **Entidade B1:** está localizada na zona histórica de Oeiras, com uma envolvência que integra comércio local e serviços. Encontra-se instalada num prédio antigo, propriedade municipal, com dois pisos, sótão, cave, jardim e pavilhão exterior. O equipamento está devidamente identificado e, de uma forma geral, apresenta-se num bom estado de conservação interior e exterior. Adaptado aos fins que prossegue, apresenta contudo diversas limitações, nomeadamente, em termos de acessibilidade. Utiliza espaços da comunidade, nomeadamente, o pavilhão da Junta de Freguesia de Oeiras e as instalações dos Bombeiros.
- **Entidade B2:** sedeada em instalações que integram um edifício municipal, em Algés, onde são desenvolvidas algumas actividades (Computadores, Línguas, Psicologia e outras disciplinas), a entidade recorre a espaços na Igreja do Cristo Rei de Algés (Tuna, Coro, Jograis e Cavaquinhos), no Palácio dos Aciprestes (espectáculos mensais de jograis), na Igreja de Linda-a-Velha (Técnicas de Pintura, Teatro e Jograis) e no Sport Algés e Dafundo (Danças de Salão e Ginástica).
- **Entidade B3:** sedeada num espaço alugado em Linda-a-Velha, utiliza, ainda, loja cedida pela Autarquia no Mercado Municipal da mesma localidade.

3. Voluntariado/ Apoio Psicossocial

A entidade C1 é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede em Lisboa. Conta já com várias delegações, estando uma delas, criada em 2003, em funcionamento no Concelho de Oeiras. O seu surgimento está associado ao acelerado processo de envelhecimento populacional registado na cidade de Lisboa e à percepção de que o crescente isolamento da população idosa constitui um factor de exclusão social. Esta entidade, única em Oeiras a prosseguir a vocação de Voluntariado e Apoio Psicossocial, visa pessoas idosas em situação de solidão e ou dependência, promover junto de entidades responsáveis iniciativas tendentes à sensibilização para a necessidade de melhoria da qualidade de vida das pessoas, e dinamizar acções de solidariedade e cooperação em articulação com pessoas voluntárias que possam oferecer o seu tempo e o seu saber.

As actividades desta instituição são de cariz social e de cidadania, com actividades na área formativa-cultural.

No concernente à avaliação dos resultados alcançados, apesar de não disporem de certificação²⁴, dispõem de um sistema de avaliação trimestral do trabalho de cada voluntário e acompanhamento na reunião mensal. Nas avaliações trimestrais são apresentadas propostas de correcção, que vão tendo reflexo na qualidade da Rede Social. Não dispõem de medidas específicas para integração de indivíduos com dificuldades económicas ou com deficiência.

No que se refere à promoção da participação, os voluntários são incentivados a integrar a gestão através das reuniões mensais. Presta-se formação inicial, e criam-se dinâmicas de trabalho em grupo, com encontros regulares e específicos para discussão de situações difíceis e suporte emocional e operativo aos voluntários. Realizam-se formações contínuas, trimestrais, para assegurar o seu compromisso cívico. A comunicação é feita on-line, complementada por registos em papel (actas de reuniões, avisos, etc.).

No que concerne à promoção da proximidade entre a entidade e a comunidade local, é referida a participação em iniciativas locais (Mostras Sociais, Feiras e Jornadas), sendo realçada a importância dos conhecimentos que cada voluntário traz para o trabalho do colectivo. Por outro lado, promovem um constante envolvimento em projectos sociais de interesse comunitário, tendo mesmo algumas respostas já ultrapassado o âmbito inicial da associação. A associação promove o trabalho de parceria com outras entidades. A cooperação é feita na área da permuta de serviços, formação em voluntariado e apoio domiciliário.

A associação tem estado presente em iniciativas de divulgação em Igrejas e Centros Comerciais para angariar mais voluntários.

Os recursos financeiros da delegação de Oeiras da entidade C1 advêm, sobretudo, do pagamento de quotas anuais dos seus associados, das participações da Câmara Municipal e das Juntas das

²⁴ Esta certificação refere-se à Gestão da Qualidade e, concretamente, à ISO 9001, com aplicação neste tipo de organizações.

Freguesias de Oeiras e Paço de Arcos. Acrescem donativos e resultados de um conjunto de acções que vão desenvolvendo com vista à angariação de fundos, como por exemplo, a realização de eventos lúdico-culturais e a edição/venda de livros.

Quanto a características físicas de instalação, a entidade C1 ocupa uma sala com cerca de 15m². Integrada num equipamento municipal pré-existente, usufrui dos espaços comuns: sala multiusos, WC's adaptados, espaço internet e zona envolvente. Este espaço, contudo, representa para a entidade algumas limitações: além da escassa dimensão, não se encontra devidamente identificado carecendo de espaço para armazenamento de ajudas técnicas.

Capítulo II. Trajectória e visão dos líderes

Para o desenvolvimento desta tese, surgiu a necessidade de aclarar algumas questões relacionadas com os líderes destas organizações; nomeadamente, saber quais foram as suas motivações pessoais para chegarem a ocupar a posição de topo dentro das organizações, como foi estruturada essa trajectória, qual o retorno obtido pelo desempenho da função, quais as vantagens e benefícios para a comunidade, a motivação para desempenho do cargo, como se tem mantido ao longo do tempo e qual a sua visão sobre o futuro da organização.

Assim, é interessante analisar se o activismo se revela como um processo que se vai construindo ao longo da vida ou uma propensão individual inata.

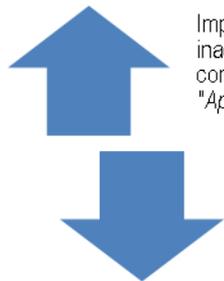
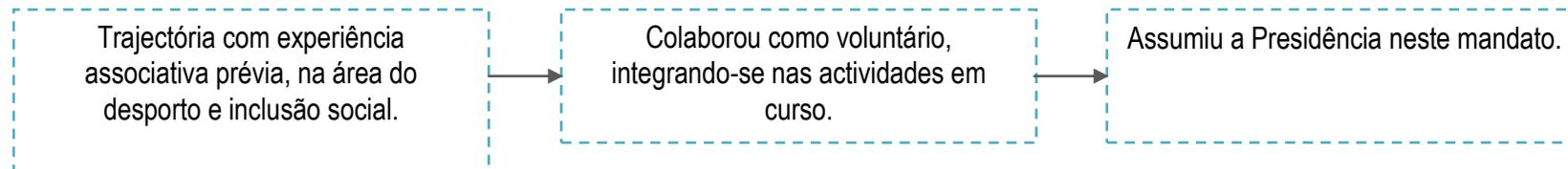
A análise dos dados veio confirmar o seu carácter multidimensional e a interdependência entre aspectos de natureza mais pessoal, inerentes a traços de personalidade e motivações de cada presidente, e as oportunidades ocasionadas pelos seus contextos de vida. Constata-se, assim, uma influência recíproca entre factores individuais (sexo, idade, características pessoais e traços psicológicos, estrutura familiar, experiências associativas anteriores, motivações ou modos de envolvimento) e factores estruturais.

De salientar, nos factores individuais, o papel desempenhado pelas qualidades pessoais relacionadas com a auto-confiança, capacidade de iniciativa, vontade de interagir socialmente, a consciência sobre problemas sociais e a valorização do activismo cívico como elemento da sua identidade e projecto significativo nas suas vidas.

Analisando a trajectória de cada um dos dirigentes associativos estudados, passamos a enunciar os seus traços comuns e singularidades, no que respeita a perfil pessoal, história associativa, experiências significativas, impacto da participação associativa na sua vida e balanço.

Nas páginas seguintes encontra-se explanada a trajectória dos líderes entrevistados, bem como a visão de futuro que têm para as suas organizações, sendo elencados alguns aspectos específicos.

Figura 6. Trajectória do Líder da Entidade A1



Impactos positivos: Ocupação dos tempos livres na situação de inactividade profissional. Alargou a sua rede de conhecimentos; conheceu pessoalmente os presidentes das diversas entidades locais. *"Aprendeu muito, nomeadamente a ouvir os mais velhos".*

Impactos negativos: os sócios participam pouco, formulam muitas críticas e apresentam poucas ideias construtivas.

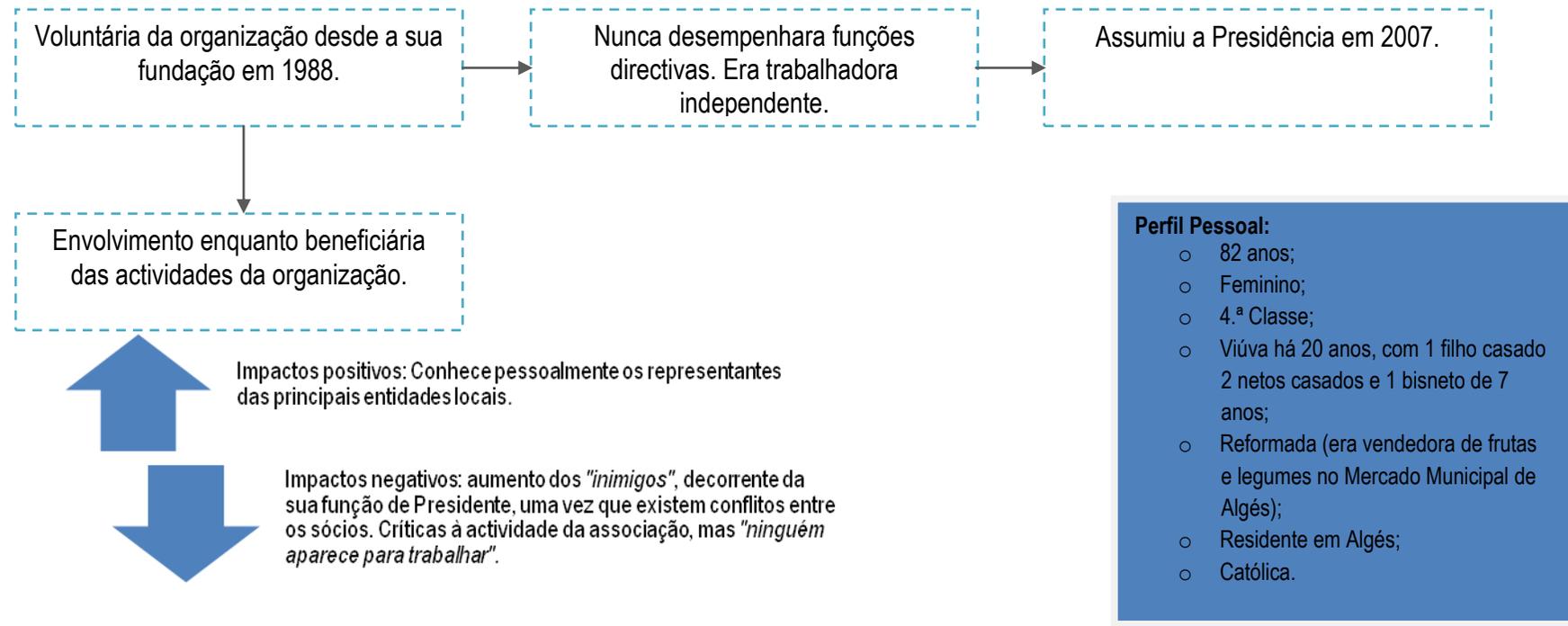
Perfil Pessoal:

- 64 anos;
- Masculino;
- Casado, com 2 filhos e três netos, com quem mantém a mesma proximidade que antes de participar na entidade;
- Reside em Agualva, no Cacém;
- 4.ª Classe;
- Começou a trabalhar aos 13 anos, numa mercearia. Aos 23 anos ingressou na TAP, como Fiel de Armazém, onde trabalhou 34 anos. Aos 57 anos foi demitido e aos 59 anos reformou-se;
- Católico não praticante;
- Simpatizante do PS.

Visão/ Ideias de futuro: Prevê um aumento do número de associados nas mesmas instalações e sem grande rotatividade nos corpos sociais.

Observações: Líder de Sobrevivência/ transitório. Mantém a gestão da organização até nova proposta para a presidência. Pretende assumir a sua função apenas até aos 65 anos. Não tem ambições para o futuro. Aceitou a função por razões pessoais, para se manter ocupado até à idade legal da reforma. Apoia-se na Presidência anterior como forma de superar as dificuldades.

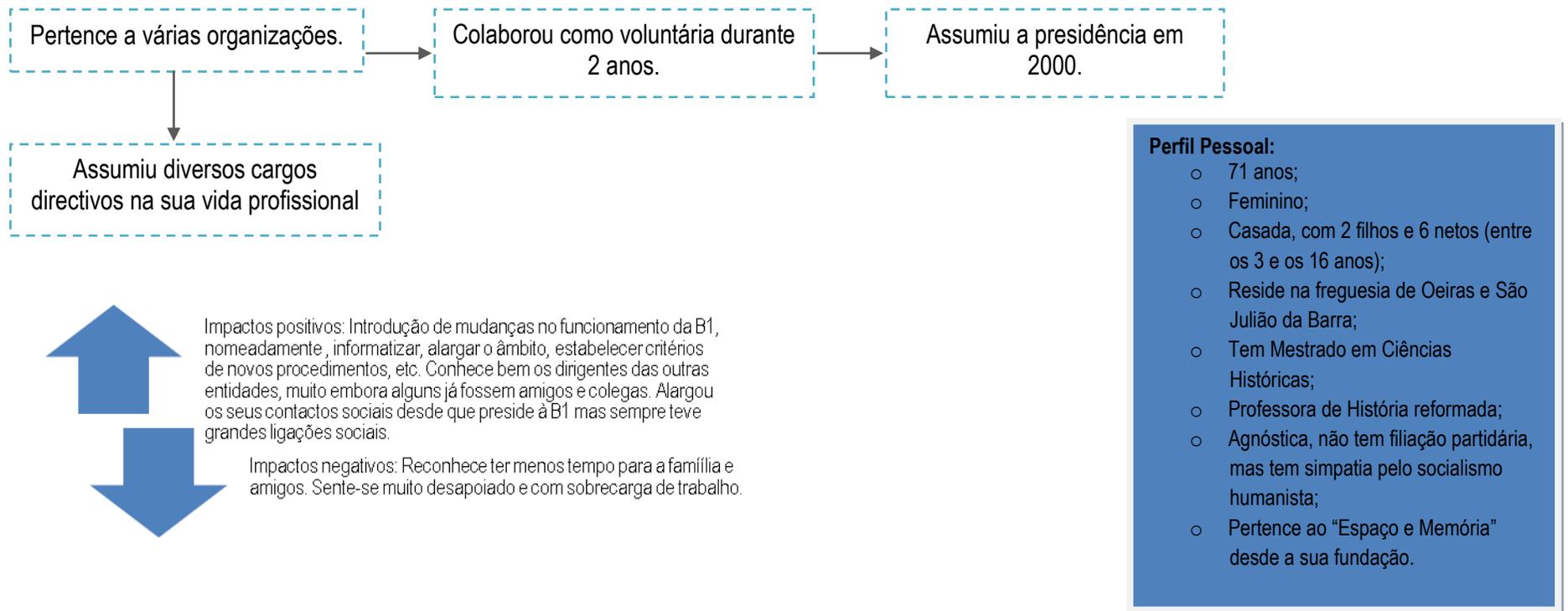
Figura 7. Trajectória do líder da Entidade A2



Visão/ Ideias de futuro: Novas instalações e novas actividades.

Observações: Líder de Sobrevivência. Mantém a gestão da organização até encontrar alguém que assuma a presidência.

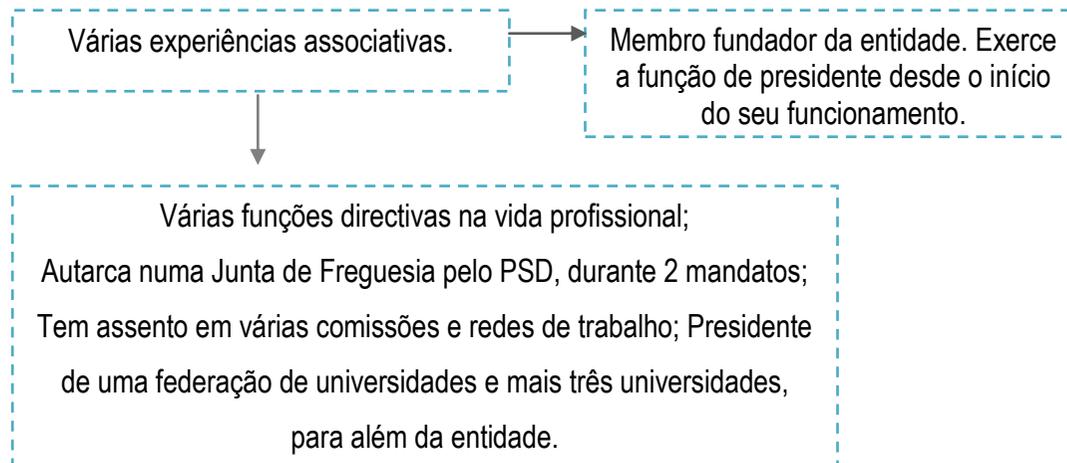
Figura 8. Trajectória do Líder da Entidade B1



Visão/ Ideias de futuro: Tem na visão de futuro para a entidade, a ampliação de instalações na Vila para se manterem no Centro Histórico, considerando a importância deste equipamento na revitalização da zona (mais espaço para um cineclubes, um anfiteatro, bar e zona de convívio, prevendo abranger mais 100 utentes).

Observações: Pertencem às várias redes de trabalho temático. Têm aumentado o número de voluntários e de disciplinas; têm diversas medidas de apoio social para os sócios e para a comunidade local. Constituem um espaço virado para o exterior: recebem e ganham como o ambiente externo, participando em vários eventos da comunidade. Obtêm visibilidade e reconhecimento por parte dos outros parceiros.

Figura 9. Trajectória do líder da Entidade B2



Perfil Pessoal:

- 54 anos;
- Feminino;
- Casada com 2 filhos e 1 neto com 7 anos;
- Licenciada em Filologia Românica pela Universidade Clássica, tem Pós-graduação em Literaturas Comparadas, Português e Francês, pela Universidade Nova de Lisboa;
- Com filiação partidária;
- Cristã.



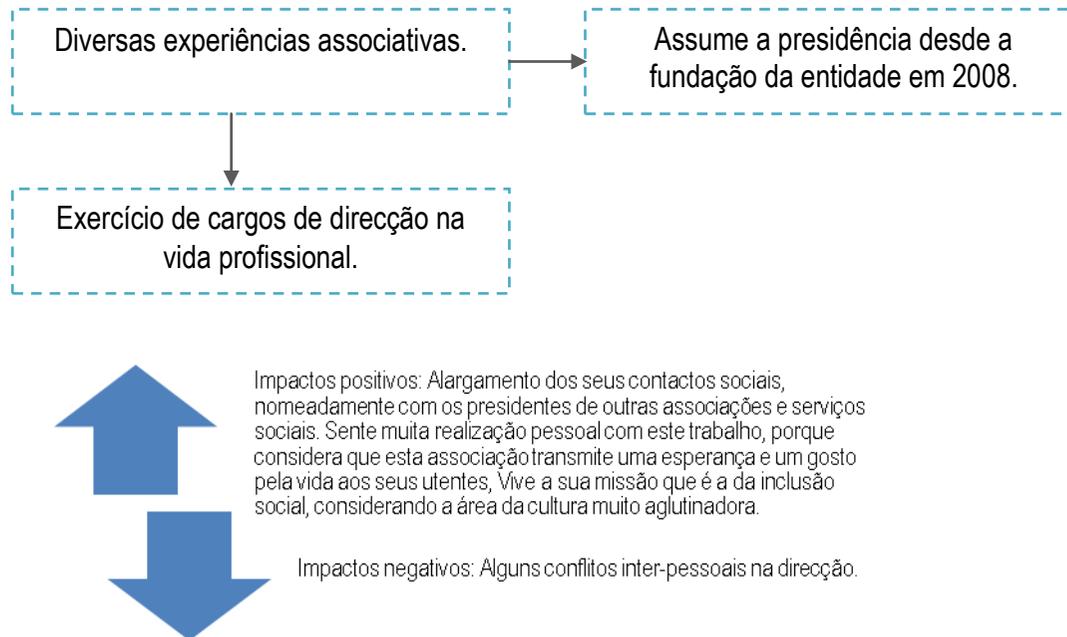
Impactos positivos: Colaborar com o preenchimento do vazio e da solidão de muitos idosos quando se verifica a ruptura com o mundo do trabalho. Considera a B2 como espaço de excelência para a inclusão social, "*ganham-se protagonismos que não existiam, concretizam-se sonhos*". A integração num modelo democrático onde não há discriminação cultural ou económica. A motivação reside na possibilidade de evangelizar através deste trabalho; elevar a pessoa humana.

Impactos negativos: Sente-se cansada com a função da presidência e com os problemas ocasionados pela falta de espaço para as actividades da B2, o que resulta em desmotivação para os professores e alunos.

Visão/ Ideias de futuro: Desenvolvimento da área teológica (reflexões/espiritualidade). Prevê a ampliação das actuais instalações ou a criação de novos pólos com partilha de espaços com outras entidades. Instalação de uma capela no novo espaço, para permitir o funcionamento de grupos de oração. Prevê a edição de um boletim informativo e o incremento de um pólo em Lisboa. Gostaria de editar uma obra dos alunos na área da poesia. Não aspira a aumentar o número de utentes, prefere a disponibilização das suas instalações, com qualidade e próximas dos utentes.

Observações: Estabelecem algumas parcerias locais e pertencem a diversas redes de trabalho.

Figura 10. Trajectória do líder da Entidade B3



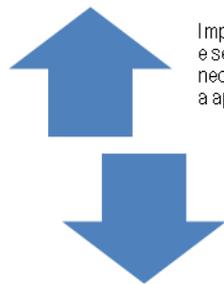
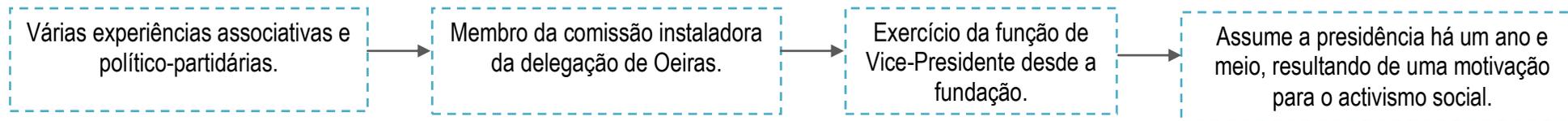
Perfil Pessoal:

- 66 anos;
- Feminino;
- Viúva há 17 anos tem 2 filhos solteiros;
- Reside com a mãe, de 98 anos;
- Reformada, com licenciatura em História, fez muita formação em áreas pedagógicas;
- Reside em Algés;
- Católica;
- Não tem filiação partidária.

Visão/ Ideias de futuro: Novas instalações, mais adequadas, mais sócios, multiplicação de actividades ajustadas às necessidades de futuro. Construção de uma residência.

Observações: Associação virada para o exterior, participação relevante em actividades locais; desenvolvimento da área de responsabilidade social.

Figura 11. Trajectória do líder da Entidade C1



Impactos positivos: Conhece pessoalmente os presidentes das várias entidades e serviços locais. Considera que, sendo uma área de trabalho difícil pois é necessário compreender, ser humilde, contrariar preconceitos, é uma área que a apaixona e reconhece o importante papel da associação ao nível psicológico.

Impactos negativos: Pouca disponibilidade de tempo para a sua valorização pessoal; grande desgaste emocional; decepção vivenciada pela pouca responsabilidade que muitos voluntários demonstram.

Perfil Pessoal:

68 anos;

Feminino;

Divorciada, com 1 filho;

Tem bacharelato em Química e especializações em psicooncologia, resolução de conflitos e utilização de terapias (música e arte); Tem efectuado cursos e formações à medida das funções que tem ocupado. Fez um curso de Maqueira na CVP, necessário às funções que desenvolvia nos Bombeiros; Tirou, ainda, o Curso de Psicologia na Universidade da 3.ª Idade e Universidade de Psicologia e Ciências da Educação;

Foi assistente de investigação científica na área da bioquímica no Instituto Gulbenkian de Ciência, durante 30 anos; Ficou em situação de pré-reforma aos 57 anos e aos 58 anos perde os “seus dois amores” – o trabalho e a política;

O filho reside nos EUA há 10 anos. Reside actualmente em Paço de Arcos (nasceu e sempre viveu em Paço de Arcos).

Visão/ Ideias de futuro: Vê, no futuro, a associação a dar apoio a todas as freguesias do Concelho (faltam apenas 3). Vê uma associação mais atractiva, mais abrangente, com novas dinâmicas sociais. Com novas instalações, acessíveis, com sala de formação e sala de reuniões; com mais voluntários e mais utentes. Vê, no futuro, voluntários mais escolarizados, mas mais limitados em termos de saúde. Assinala a necessidade de encontrar estratégias de aproximação às famílias.

Observações: A entidade desenvolve um trabalho relevante de parceria com entidades locais e supraconcelhias. Um aspecto diferenciador é o da formação inicial que é dada ao voluntário, assim como a formação contínua trimestral para assegurar o seu compromisso cívico.

Enquanto líder revela muitas potencialidades; não depende da capacidade profissional, mas das aquisições ao longo da vida.

Da análise dos quadros apresentados, resulta a seguinte sistematização:

Foram entrevistados seis presidentes, correspondendo a cinco mulheres e um homem, que tem o apoio da antiga Presidente que continua a apoiar a organização e esteve, inclusivamente, presente na entrevista. Verifica-se o peso significativo das mulheres na presidência destas organizações, assim como nos outros cargos de direcção das entidades estudadas, não constituindo, assim, área crítica de desigualdade no acesso das mulheres à partilha do poder e da decisão.

Relativamente às entidades da categoria A, os aspectos agregadores iniciais (motivo de constituição das organizações) diluíram-se e o projecto sócio-político extinguiu-se, bem como a força filosófica que a sustentava. Os sócios actuais, assim como os líderes, já não se revêem nos princípios, mas não surgiu outra alternativa. Por outro lado, os presidentes têm baixas qualificações académicas e a liderança surge de acontecimentos fortuitos (liderança de recurso).

No que concerne à categoria B encontram-se três líderes bem implantadas no meio, como uma grande capacidade de socialização pessoal dada às associações que presidem. A actividade associativa é um prolongamento da actividade profissional desempenhada anteriormente e o papel de liderança surge como forma de atenuar a ruptura profissional e a perda de papéis sociais: tinham funções de liderança também no passado. Enquanto líderes, a Presidência faz parte da sua realização pessoal; revêem-se nos objectivos da organização e têm aspirações diversas. A grande actividade ao longo da vida proporciona-lhes uma base experiencial que aplicam neste contexto. A Presidência é uma sequência da vida profissional com um estatuto e com a possibilidade de continuar no meio em que desempenhavam funções anteriormente (contexto de aprendizagem permanente e interactiva). Trata-se de líderes carismáticas, que concentram poder em diferentes graus de pro-actividade e participação, dotadas de habilitações académicas elevadas.

As dirigentes das entidades B1 e B2 são, assim, centradas nelas próprias, não se verificando a preocupação de formação de outros líderes; já no caso da entidade B3, há maior horizontalidade na estrutura de decisão, com autonomia dos vários níveis de direcção na sua área de responsabilidade.

A visão de futuro transmitida por estas líderes privilegia as questões de equipamentos e / ou desenvolvimento de actividades de “*core business*” da associação, não se centrando no desenvolvimento de competências / *empowerment* do idoso associado.

A líder da entidade C1, tem habilitações escolares elevadas e diversificadas, com uma marcada abertura a aprendizagens pragmaticamente ditadas pela progressão dos projectos, dando resposta às necessidades e interesses que o seu percurso pessoal foi proporcionando.

De salientar como esta atitude se espelha no suporte que esta entidade procura para as suas actividades, orientadas para a comunidade envolvente em lugar de um círculo de associados, em programas de formação ministrados aos seus voluntários no seu ingresso e com subsequente carácter regular, com vista a facilitar a execução do seu compromisso cívico.

Nota-se assim que as organizações estudadas se centram em objectivos internos, com excepção da entidade C1, cujo impacto a transcende, pois cada associado é responsável pela prossecução de actividades junto da população destinatária (idosos isolados), que é a beneficiária final da sua acção.

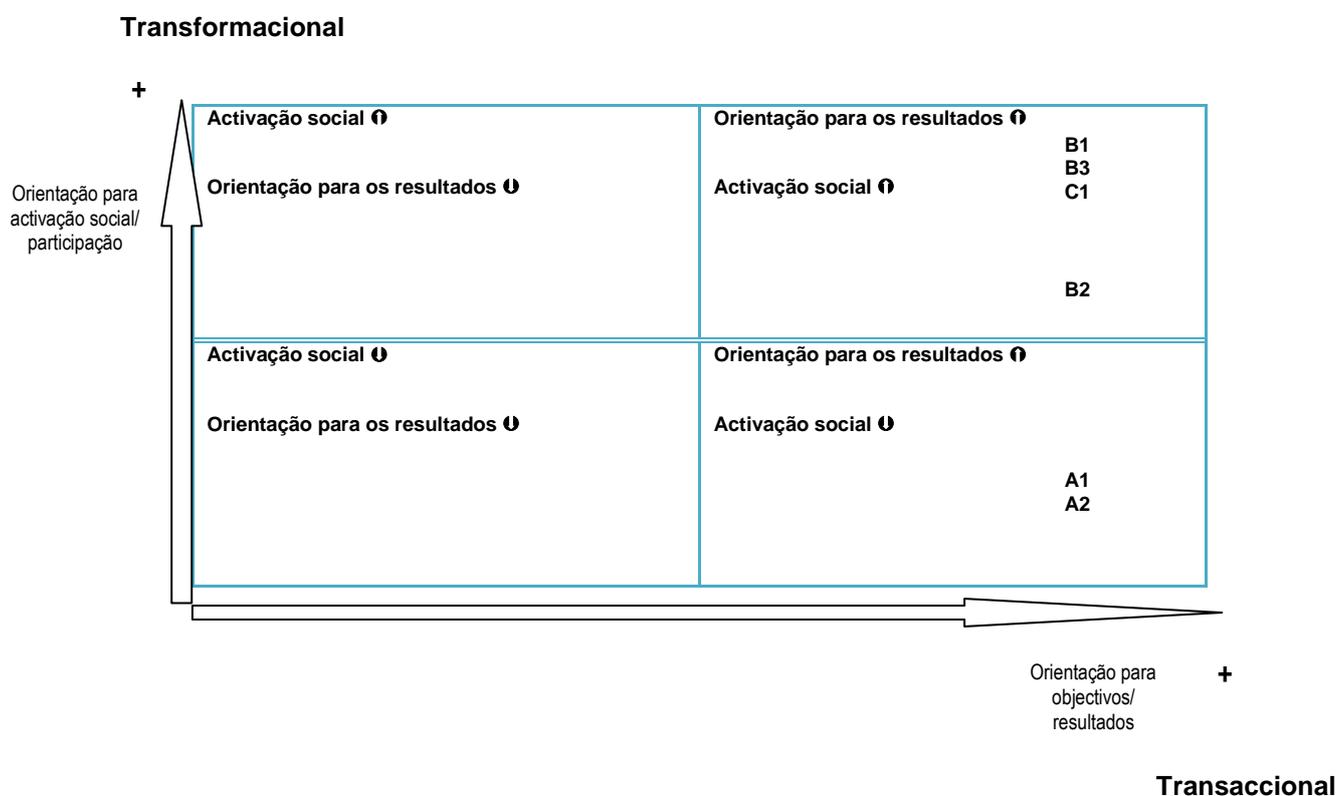
Tabela 15. Análise dos aspectos mais relevantes das Entrevistas

Aspectos analisados	Dimensões	Itens	Número de referências nas respostas
Impactos Positivos de Liderança	Em termos pessoais	Reforços das relações sociais	5
		Ocupação de tempos livres	1
		Desenvolvimento de competências	1
		Auto-realização	1
	Em termos organizacionais	Melhoria do funcionamento	1
		Melhoria dos equipamentos	1
		Melhoria da envolvente de vida dos munícipes	3
	Em termos comunitários	Inclusão social	1
		Combate às discriminações	2
		Promoção do potencial humano	1
Impactos negativos de liderança	Em termos pessoais	Conflitos interpessoais	3
		Sobrecarga de trabalho	3
		Desgaste emocional	1
		Menor disponibilidade para a vida familiar	1
		Menor disponibilidade de tempo para a valorização pessoal	1
Outras características importantes	Desmotivação dos sócios/ beneficiários		
	Pouco apoio dos sócios aos líderes (isolamento no poder decisório)		
	Pouca participação dos sócios		
Geral			
Não existe preparação específica para as funções de liderança;			
Tendência geral para as preocupações instrumentais (instalações, equipamentos) com pouca visão estratégica que ultrapasse os aspectos de sobrevivência/ manutenção da entidade.			
Decepção vivenciada pela pouca responsabilidade que alguns voluntários demonstram.			

Tabela 16. Tipologia de Liderança de Robert Quinn

Entidade (s)	Categoria	Características
A1 e A2 ⇒	Transaccional	Sem visão prospectiva a longo prazo,
B1, B2, B3 e C1 ⇒	Transformacional	Visão de médio e longo prazo em diversos estádios

Figura 12. Matriz de caracterização das organizações sociais segundo o tipo de liderança



Analisando as características das organizações sociais relativamente ao tipo de liderança, através da matriz acima representada, verificamos que todas as organizações sociais se situam nos quadrantes relativos a uma elevada orientação para os objectivos/ resultados.

Existem, no entanto, dois grupos distintos de organizações: as organizações B1, B3 e C1 revelam ainda características transformacionais, com uma elevada orientação para a activação social e participação, através do trabalho voluntário que promovem junto da comunidade e do enfoque no desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

A organização B2, apesar de seguir esta tendência tem um menor grau de orientação para a activação social, uma vez que é mais circunscrita às actividades desenvolvidas internamente, sem grande enfoque na participação comunitária.

As organizações A1 e A2, apesar de revelarem uma forte orientação para os resultados, tal como as restantes (eixo transaccional), são orientadas, em menor grau, para a activação social e participação (eixo transformacional), já que fecham sobre si próprias, dando resposta às actividades de relacionamento inter-associados.

Capítulo III. Opinião dos sócios das organizações estudadas

Putnam utiliza dois tipos de medidas estatísticas para medir capital social, seguidamente sistematizadas e citadas por Fukuyama (2000: 42).

Grupo I

- 1- Informação sobre grupos e filiação em grupos, desde clubes desportivos ou grupos corais passando por grupos de interesses e partidos políticos;
- 2- Índices de participação política, incluindo número de votantes em eleições e leitura de jornais;
- 3- Estudos pormenorizados sobre gestão do tempo e outros indicadores de como as pessoas ocupam as suas horas de vigília;

Grupo II: Dados de sondagens de opinião, como o levantamento social geral e o levantamento mundial de valores.

Deste modo, e atendendo ao Grupo I, a presente análise não ficaria completa se não ouvíssemos os sócios das organizações estudadas, em alguns parâmetros passíveis de medir o capital social, nomeadamente, a participação cívica e/ ou política, acesso à informação, impacto da integração na associação, entre outras.

Como aspectos a ter em consideração no que se refere à aplicação deste instrumento, julgamos de salientar que recebemos 77% dos inquéritos inicialmente previstos para esta pesquisa. No entanto, e de acordo com Ghiglione e Matalon (1998:51), *“uma pequena percentagem de recusas ou de ausências não afecta seriamente a validade dos resultados, sobretudo se for a soma de diferentes enviesamentos com toda a hipótese de se anularem”*.

No caso vertente, as não respostas podem estar relacionadas com motivos como: o facto dos inquiridos serem pessoas idosas, em alguns casos não compreenderem as questões colocadas e, noutros casos, considerarem as questões como uma intromissão na sua vida pessoal.

Efectivamente, as pessoas idosas *“têm com frequência uma atitude de retraimento e de descomprometimento em relação ao mundo, atitude que as leva a recusar qualquer participação”* (Ghiglione e Matalon, 1998:48), o que poderá explicar o facto da maior percentagem de recusas (42%) se verificar nas Uniões de Reformados, onde a motivação e a participação apresentam valores mais baixos a par de um estrato etário mais elevado.

Por outro lado, o nível de habilitação escolar dos inquiridos varia entre o 1.º Ciclo do Ensino Básico e a Licenciatura ou o grau de Mestre, pelo que as questões colocadas, apesar de se ter procurado formulação clara e unívoca, poderão ter sido apreendidas de diferente forma pelos inquiridos, conduzindo, em alguns casos, à recusa de resposta ao inquérito.

Finalmente, o facto de serem colocadas questões sensíveis como a intenção de voto ou a motivação e grau de participação percebido poderão ter condicionado a resposta de alguns indivíduos a

este questionário, por assumirem como pessoais os temas abordados, acrescentando ao incómodo causado pelo preenchimento do inquérito entendido como uma tarefa desagradável.

Os quadros e informações seguintes reflectem a aplicação de inquéritos por questionário a utentes/associados das entidades seleccionadas, durante o mês de Novembro de 2009.

Salienta-se, neste âmbito, que foi nossa intenção verificar a independência das variáveis em estudo, aplicando o Teste de Qui-quadrado, no entanto, o mesmo não pode ser utilizado por haver mais de 20% de células com números esperados inferiores a 5.

1. Caracterização da amostra

Tabela 17. Caracterização da amostra - Número de questionários aplicados

Entidade	Frequência	%
A1	58	27,4
B1	101	47,6
C1	53	25,0
Total	212	100,0

Não obstante estar pré-definida a aplicação de 275 inquéritos por questionário, na prática só foi possível aplicar um total de 212 questionários. No caso da entidade A1, e estando prevista a aplicação de 100 questionários, apenas se obteve 58% de respostas. Relativamente à entidade B1, foram ultrapassados os 100 questionários previstos. Por último, no caso da entidade categorizada como C1, foram respondidos 70% dos 75 questionários previstos.

Figura 13. Caracterização dos inquiridos, segundo o género e por tipo de entidade

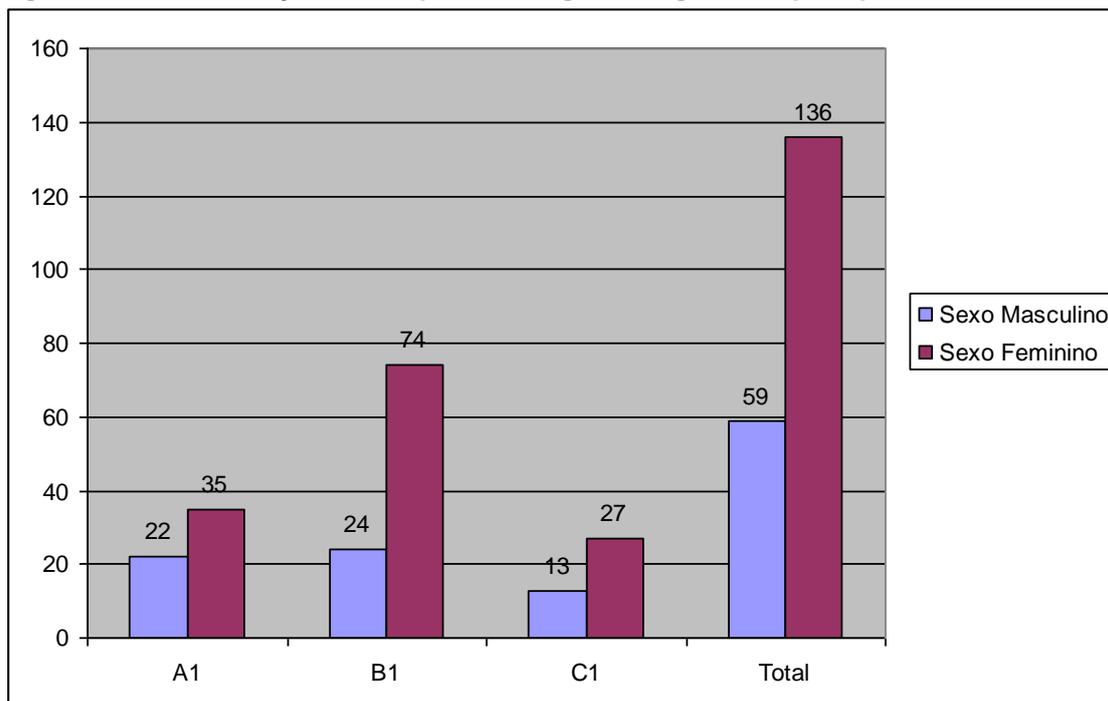


Tabela 18. Caracterização dos inquiridos, segundo o género e por tipo de entidade

Entidade		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
A1	Frequência	22	35	1	58
	% relativa à Entidade	37,9%	60,3%	1,7%	100,0%
	% relativa ao Sexo	37,3%	25,7%	5,9%	27,4%
B1	Frequência	24	74	3	101
	% relativa à Entidade	23,8%	73,3%	3,0%	100,0%
	% relativa ao Sexo	40,7%	54,4%	17,6%	47,6%
C1	Frequência	13	27	13	53
	% relativa à Entidade	24,5%	50,9%	24,5%	100,0%
	% relativa ao Sexo	22,0%	19,9%	76,5%	25,0%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa à Entidade	27,8%	64,2%	8,0%	100,0%
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Analisado o **género** dos inquiridos denota-se uma clara prevalência na amostra do sexo feminino. Quando cruzada esta variável com as entidades objecto de estudo verifica-se que a tendência se repete. De relevar que é na entidade B1 que se verifica a maior diferença percentual entre os géneros, sendo também, nesta entidade, que se verifica uma maior concentração do sexo feminino. Este último aspecto poderá relacionar-se com a tipologia da profissão (ensino) que tradicionalmente é exercida por mulheres.

Um aspecto ainda frisar é o número elevado de não respostas a esta questão, especialmente na entidade C1, que poderá interferir nas conclusões retiradas.

Relativamente à **idade** dos inquiridos, a média situa-se nos 66 anos. A média de idades nas associações vocacionadas para o Convívio e para o Ensino é de 66 anos e a média de idades na entidade inquirida vocacionada para o Apoio psicossocial é de 67 anos.

A idade mais frequente corresponde aos 66 anos. Importa, no entanto, referir que este item foi respondido em apenas 180 questionários.

Figura 14. Caracterização dos inquiridos, segundo o estado civil, por tipo de entidade

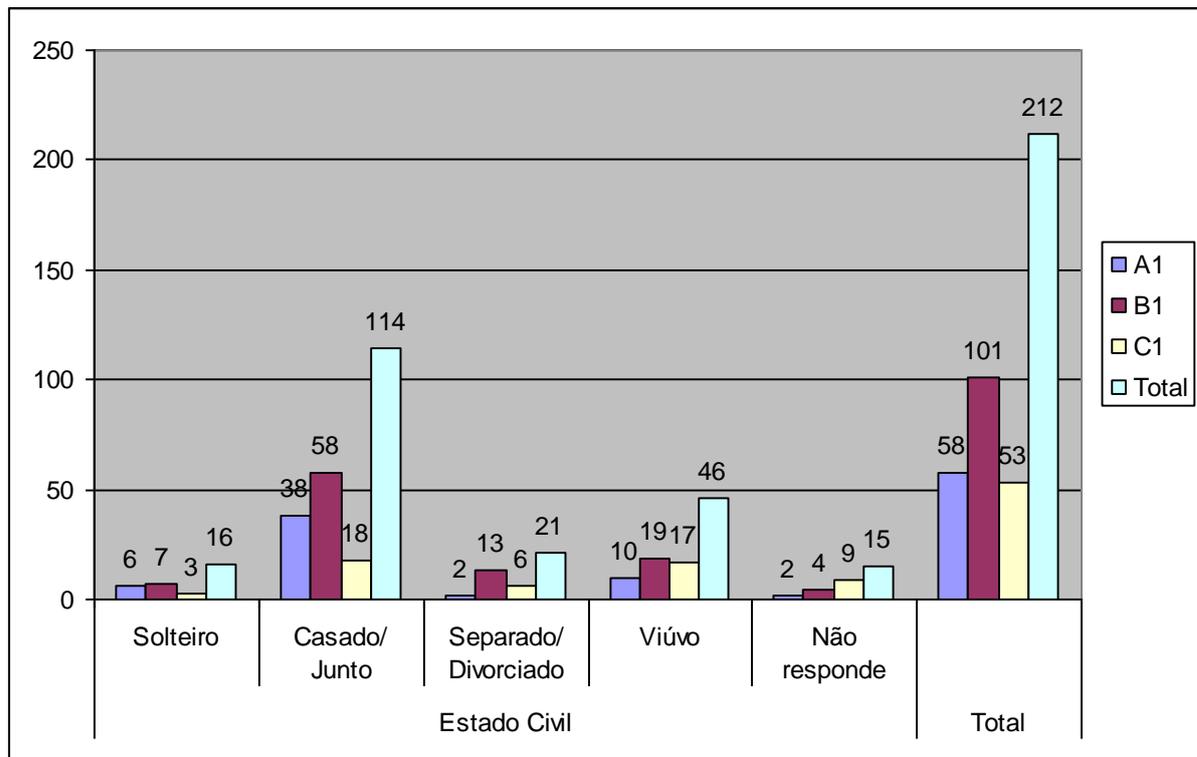


Tabela 19. Caracterização dos inquiridos, segundo o estado civil, por tipo de entidade

		Estado Civil					Total
		Solteiro	Casado/Junto	Separado/Divorciado	Viúvo	Não responde	
A1	Frequência	6	38	2	10	2	58
	% relativa à Entidade	10,3%	65,5%	3,4%	17,2%	3,4%	100,0%
	% relativa ao Estado Civil	37,5%	33,3%	9,5%	21,7%	13,3%	27,4%
B1	Frequência	7	58	13	19	4	101
	% relativa à Entidade	6,9%	57,4%	12,9%	18,8%	4,0%	100,0%
	% relativa ao Estado Civil	43,8%	50,9%	61,9%	41,3%	26,7%	47,6%
C1	Frequência	3	18	6	17	9	53
	% relativa à Entidade	5,7%	34,0%	11,3%	32,1%	17,0%	100,0%
	% relativa ao Estado Civil	18,8%	15,8%	28,6%	37,0%	60,0%	25,0%
Total	Frequência	16	114	21	46	15	212
	% relativa à Entidade	7,5%	53,8%	9,9%	21,7%	7,1%	100,0%
	% relativa ao Estado Civil	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quando questionados acerca do **estado civil**, a maioria indicou estar casado / junto. Uma percentagem significativa afirmou, por outro lado, estar em situação de viuvez, facto com especial importância na entidade C1, organização que dedica a sua actividade ao combate à solidão.

Tabela 20. Caracterização dos inquiridos, segundo as habilitações literárias, por tipo de entidade

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
A1	Frequência	31	11	9	4	2	0	0	0	1	58
	% relativa à Entidade	53,4%	19,0%	15,5%	6,9%	3,4%	,0%	,0%	,0%	1,7%	100,0%
	% relativa às Habilitações Literárias	96,9%	57,9%	29,0%	8,9%	7,1%	,0%	,0%	,0%	6,3%	27,4%
B1	Frequência	1	3	15	27	18	27	4	1	5	101
	% relativa à Entidade	1,0%	3,0%	14,9%	26,7%	17,8%	26,7%	4,0%	1,0%	5,0%	100,0%
	% relativa às Habilitações Literárias	3,1%	15,8%	48,4%	60,0%	64,3%	75,0%	100,0%	100,0%	31,3%	47,6%
C1	Frequência	0	5	7	14	8	9	0	0	10	53
	% relativa à Entidade	,0%	9,4%	13,2%	26,4%	15,1%	17,0%	,0%	,0%	18,9%	100,0%
	% relativa às Habilitações Literárias	,0%	26,3%	22,6%	31,1%	28,6%	25,0%	,0%	,0%	62,5%	25,0%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa à Entidade	15,1%	9,0%	14,6%	21,2%	13,2%	17,0%	1,9%	,5%	7,5%	100,0%
	% relativa às Habilitações Literárias	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Os dados acima demonstram alguma dispersão relativamente às **habilitações literárias** dos inquiridos, muito embora a maior incidência seja no ensino secundário. Analisada esta variável por entidade verifica-se, contudo, algumas diferenças. Enquanto na entidade A1 prevalecem os inquiridos com níveis de ensino abaixo do 2º e 3º ciclo (cerca de 72%), na entidade B1, mais do que na entidade C1, têm maior expressão indivíduos com o ensino secundário e licenciatura.

Tabela 21. Caracterização dos inquiridos, segundo a religião, por tipo de entidade

Entidade		Religião				Total
		Católica	Outra	Não tem religião	Não Responde	
A1	Frequência	52	1	3	2	58
	% relativa à Entidade	89,7%	1,7%	5,2%	3,4%	100,0%
	% relativa à Religião	33,1%	50,0%	9,4%	9,5%	27,4%
B1	Frequência	72	1	21	7	101
	% relativa à Entidade	71,3%	1,0%	20,8%	6,9%	100,0%
	% relativa à Religião	45,9%	50,0%	65,6%	33,3%	47,6%
C1	Frequência	33	0	8	12	53
	% relativa à Entidade	62,3%	,0%	15,1%	22,6%	100,0%
	% relativa à Religião	21,0%	,0%	25,0%	57,1%	25,0%
Total	Frequência	157	2	32	21	212
	% relativa à Entidade	74,1%	,9%	15,1%	9,9%	100,0%
	% relativa à Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Questionados acerca da sua **religião**, os inquiridos na sua maioria indicaram ser católicos. Uma percentagem não negligenciável (15%) afirmou contudo, não ter religião. Analisados estes dados tendo em conta a entidade verifica-se que é na B1 que se concentra o maior número de indivíduos que assume não ter religião.

Tabela 22. Caracterização dos inquiridos, segundo os rendimentos mensais do agregado familiar, por tipo de entidade

Entidade		Rendimentos Mensais do Agregado Familiar						Total
		Até 300€	Entre 301€ e 500€	Entre 501€ e 1.000€	Entre 1.000€ e 1.500€	Mais de 1.500€	Não responde	
A1	Frequência	6	15	21	5	1	10	58
	% relativa à Entidade	10,3%	25,9%	36,2%	8,6%	1,7%	17,2%	100,0%
	% relativa aos Rendimentos	60,0%	46,9%	42,0%	21,7%	1,6%	27,8%	27,4%
B1	Frequência	1	5	15	13	58	9	101
	% relativa à Entidade	1,0%	5,0%	14,9%	12,9%	57,4%	8,9%	100,0%
	% relativa aos Rendimentos	10,0%	15,6%	30,0%	56,5%	95,1%	25,0%	47,6%
C1	Frequência	3	12	14	5	2	17	53
	% relativa à Entidade	5,7%	22,6%	26,4%	9,4%	3,8%	32,1%	100,0%
	% relativa aos Rendimentos	30,0%	37,5%	28,0%	21,7%	3,3%	47,2%	25,0%
Total	Frequência	10	32	50	23	61	36	212
	% relativa à Entidade	4,7%	15,1%	23,6%	10,8%	28,8%	17,0%	100,0%
	% relativa aos Rendimentos	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em termos de caracterização e, concretamente no que concerne aos **rendimentos** auferidos, a maioria dos inquiridos indica a resposta coincidente com “Mais de 1500 euros” (por agregado familiar). Esta resposta é sobretudo mais expressiva nos associados da entidade B1. Nas entidades A1 e C1, as percentagens mais relevantes situam-se no intervalo entre “501 e 1000€”.

2. Razões de pertença à entidade

Tabela 23. Via pela qual o associado tomou conhecimento da existência da entidade, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Familiares	Frequência	5	22	6	33
	% relativa ao Sexo	8,5%	16,2%	35,3%	15,6%
Meios de comunicação	Frequência	12	25	3	40
	% relativa ao Sexo	20,3%	18,4%	17,6%	18,9%
Amigos/ Colegas	Frequência	34	69	5	108
	% relativa ao Sexo	57,6%	50,7%	29,4%	50,9%
Associação de Moradores	Frequência	0	2	1	3
	% relativa ao Sexo	,0%	1,5%	5,9%	1,4%
Pertencia ao Grupo Fundador	Frequência	1	6	1	8
	% relativa ao Sexo	1,7%	4,4%	5,9%	3,8%
Outra	Frequência	2	4	1	7
	% relativa ao Sexo	3,4%	2,9%	5,9%	3,3%
Não responde	Frequência	5	8	0	13
	% relativa ao Sexo	8,5%	5,9%	,0%	6,1%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A maioria dos inquiridos menciona a rede de amigos e colegas como o **meio preferencial de divulgação da existência da entidade** à qual pertence, facto que não difere quando analisada a variável género.

Tabela 24. Via pela qual o associado tomou conhecimento da existência da entidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Familiares	Frequência	10	9	14	33
	% relativa à Entidade	17,2%	8,9%	26,4%	15,6%
Meios de comunicação	Frequência	2	18	20	40
	% relativa à Entidade	3,4%	17,8%	37,7%	18,9%
Amigos/ Colegas	Frequência	38	56	14	108
	% relativa à Entidade	65,5%	55,4%	26,4%	50,9%
Associação de Moradores	Frequência	1	2	0	3
	% relativa à Entidade	1,7%	2,0%	,0%	1,4%
Pertencia ao Grupo Fundador	Frequência	4	1	3	8
	% relativa à Entidade	6,9%	1,0%	5,7%	3,8%
Outra	Frequência	1	4	2	7
	% relativa à Entidade	1,7%	4,0%	3,8%	3,3%
Não responde	Frequência	2	11	0	13
	% relativa à Entidade	3,4%	10,9%	,0%	6,1%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Enquanto os associados da entidade A1 e da B1 referenciam os amigos e colegas como **fonte de conhecimento da existência das associações**, os associados da entidade C1 assinalam com maior frequência os meios de comunicação, o que pode estar relacionado com uma maior exposição mediática desta entidade, através da visibilidade que têm tido junto do sector empresarial e da frequente divulgação das campanhas de recrutamento de voluntários nos meios de comunicação local.

Tabela 25. Motivações para a integração na entidade, por género

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Ocupação Tempos Livres	Frequência	20	37	57
	% relativa ao Sexo	35,1%	28,9%	
Defesa pela causa da entidade	Frequência	5	9	14
	% relativa ao Sexo	8,8%	7,0%	
Busca de novos interesses	Frequência	13	43	56
	% relativa ao Sexo	22,8%	33,6%	
Enriquecimento pessoal	Frequência	23	58	81
	% relativa ao Sexo	40,4%	45,3%	
Convívio	Frequência	24	49	73
	% relativa ao Sexo	42,1%	38,3%	
Outra	Frequência	1	3	4
	% relativa ao Sexo	1,8%	2,3%	
Total	Frequência	57	128	185

Quanto às **motivações para a integração na entidade**, apesar da ocupação de tempos livres aparecer como resposta relevante, tal como o convívio, a resposta com maior frequência

(enriquecimento pessoal), na globalidade, revela uma atitude mais proactiva no processo de envelhecimento uma vez que destacam as competências passíveis de serem desenvolvidas até ao final da vida.

Quando analisadas as respostas a esta questão, por género, verifica-se que os motivos não diferem, com grande expressividade, sendo que o “convívio” surge mais como motivo no sexo masculino e o “enriquecimento pessoal” no género feminino.

Tabela 26. Motivações para a integração na entidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Ocupação Tempos Livres	Frequência	9	27	31	67
	% relativa à Entidade	16,1%	28,4%	63,3%	
Defesa pela causa da entidade	Frequência	7	1	8	16
	% relativa à Entidade	12,5%	1,1%	16,3%	
Busca de novos interesses	Frequência	2	37	20	59
	% relativa à Entidade	3,6%	38,9%	40,8%	
Enriquecimento pessoal	Frequência	2	59	27	88
	% relativa à Entidade	3,6%	62,1%	55,1%	
Convívio	Frequência	45	25	7	77
	% relativa à Entidade	80,4%	26,3%	14,3%	
Outra	Frequência	0	4	1	5
	% relativa à Entidade	,0%	4,2%	2,0%	
Total	Frequência	56	95	49	200

Quando analisados os motivos que justificam a associação às entidades, os utentes da entidade A1 mencionam, com maior incidência, o convívio com outras pessoas, enquanto os utentes da entidade B1 referem o desejo de enriquecimento pessoal. Os inquiridos enquadrados na entidade C1, por seu lado, mencionam a ocupação dos tempos livres e com menor expressão o enriquecimento pessoal. De uma forma genérica, pode-se concluir que as motivações para integração em determinadas entidades relacionam-se directamente com as finalidades que as mesmas prosseguem.

Tabela 27. Período de tempo referente à pertença à entidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Menos de 1 ano	Frequência	1	15	11	27
	% relativa à Entidade	1,7%	14,9%	20,8%	12,7%
Entre 1 e 5 anos	Frequência	18	51	38	107
	% relativa à Entidade	31,0%	50,5%	71,7%	50,5%
Entre 6 e 10 anos	Frequência	13	20	4	37
	% relativa à Entidade	22,4%	19,8%	7,5%	17,5%
Entre 11 e 15 anos	Frequência	7	14	0	21
	% relativa à Entidade	12,1%	13,9%	,0%	9,9%
Entre 16 e 20 anos	Frequência	4	1	0	5
	% relativa à Entidade	6,9%	1,0%	,0%	2,4%
Mais de 20 anos	Frequência	14	0	0	14
	% relativa à Entidade	24,1%	,0%	,0%	6,6%
Não responde	Frequência	1	0	0	1
	% relativa à Entidade	1,7%	,0%	,0%	,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Os dados apurados demonstram uma **pertença à entidade** relativamente recente. Cerca de 81% frequenta até 10 anos e 63% até há 5 anos.

Assumindo que a maioria dos inquiridos se encontra associado à entidade num período que compreende entre 1 e 5 anos, quando se analisam as respostas a esta questão, cruzando com a variável entidade, verifica-se que, na entidade A1 é igualmente significativa a quantidade de sócios que se encontram integrados há mais de 20 anos. No que respeita a entidade B1, a segunda resposta mais frequente, por outro lado, corresponde ao período entre 6 e 10 anos, enquanto na entidade C1, é relevante o número de associados integrados há menos de um ano.

3. Participação cívica

Tabela 28. Auto-avaliação da participação na entidade, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Líder	Frequência	1	4	0	5
	% relativa ao Sexo	1,7%	2,9%	,0%	2,4%
Muito activo	Frequência	10	18	1	29
	% relativa ao Sexo	16,9%	13,2%	5,9%	13,7%
Relativamente activo	Frequência	36	85	15	136
	% relativa ao Sexo	61,0%	62,5%	88,2%	64,2%
Não participa	Frequência	3	21	0	24
	% relativa ao Sexo	5,1%	15,4%	,0%	11,3%
Não sabe/ Não responde	Frequência	9	8	1	18
	% relativa ao Sexo	15,3%	5,9%	5,9%	8,5%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 29. Auto-avaliação da participação na entidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Líder	Frequência	3	2	0	5
	% relativa à Entidade	5,2%	2,0%	,0%	2,4%
Muito activo	Frequência	6	17	6	29
	% relativa à Entidade	10,3%	16,8%	11,3%	13,7%
Relativamente activo	Frequência	24	66	46	136
	% relativa à Entidade	41,4%	65,3%	86,8%	64,2%
Não participa	Frequência	15	9	0	24
	% relativa à Entidade	25,9%	8,9%	,0%	11,3%
Não sabe/ Não responde	Frequência	10	7	1	18
	% relativa à Entidade	17,2%	6,9%	1,9%	8,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Relativamente à **auto-avaliação da sua participação**, a grande maioria dos inquiridos (cerca de 78%) considera-se muito activo ou relativamente activo. Contudo, não se deve descurar os 11% que consideram que não participam na entidade.

Quando apuradas as respostas a esta questão, por entidade e por género, verifica-se que não existem discrepâncias. Isto é, de uma forma geral, a maioria dos inquiridos, independentemente da sua associação de pertença ou género, afirmaram considerar a sua participação relativamente activa. Analisada esta questão tendo por base as habilitações literárias, verifica-se igualmente que não existe uma influência significativa desta variável.

Analisada esta questão tendo por base as habilitações literárias, verifica-se igualmente que não existe uma influência significativa desta variável.

Tabela 30. Frequência de participação em actividades, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Área da dinâmica ocupacional (trabalhos manuais, grupos corais, teatro)	Frequência	3	36	0	39
	% relativa à Entidade	7,0%	38,7%	,0%	
Área social e de cidadania (festas, excursões, bailes e voluntariado)	Frequência	31	22	48	101
	% relativa à Entidade	72,1%	23,7%	94,1%	
Área do desenvolvimento físico-psíquico (aulas de ginástica e estimulação cognitiva)	Frequência	5	18	0	23
	% relativa à Entidade	11,6%	19,4%	,0%	
Área formativa-cultural (cursos e conferências)	Frequência	4	44	6	54
	% relativa à Entidade	9,3%	47,3%	11,8%	
Área de extensão cultural (cursos de alfabetização e palestras)	Frequência	1	16	1	18
	% relativa à Entidade	2,3%	17,2%	2,0%	
Outras	Frequência	1	3	1	5
	% relativa à Entidade	2,3%	3,2%	2,0%	
Total	Frequência	43	93	51	187

Os dados apurados demonstram uma incidência da **frequência de participação nas actividades** da área social e cidadania. Contudo, analisada esta variável com base na entidade verifica-se que, na entidade B1, as actividades mencionadas com maior frequência pelos inquiridos enquadram-se na área formativa-cultural.

Cruzados dados desta questão com a variável género, verifica-se que se mantém a tendência para a participação em actividades sociais e de cidadania, independentemente do género do associado.

Cruzados dados desta questão com a variável género, verifica-se que se mantém a tendência para a participação em actividades sociais e de cidadania, independentemente do género do associado.

Tabela 31. Frequência de participação em actividades, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias							Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	
Dinâmica ocupacional	Frequência	0	2	5	8	8	11	1	35
	% relativa às Habilitações	,0%	13,3%	17,9%	20,5%	28,6%	31,4%	25,0%	
Social e cidadania	Frequência	16	10	16	22	14	13	0	91
	% relativa às Habilitações	69,6%	66,7%	57,1%	56,4%	50,0%	37,1%	,0%	
Desenvolvimento físico-psíquico	Frequência	3	2	2	6	4	4	0	21
	% relativa às Habilitações	13,0%	13,3%	7,1%	15,4%	14,3%	11,4%	,0%	
Formativa-cultural	Frequência	2	4	8	11	10	13	4	52
	% relativa às Habilitações	8,7%	26,7%	28,6%	28,2%	35,7%	37,1%	100,0%	
Extensão cultural	Frequência	1	1	1	3	5	5	1	17
	% relativa às Habilitações	4,3%	6,7%	3,6%	7,7%	17,9%	14,3%	25,0%	
Outras	Frequência	1	0	1	1	0	2	0	5
	% relativa às Habilitações	4,3%	,0%	3,6%	2,6%	,0%	5,7%	,0%	
Total	Frequência	23	15	28	39	28	35	4	172

Quando analisada a mesma questão, agora tendo em consideração as habilitações literárias verifica-se que os inquiridos detentores de bacharelato e licenciatura apostam com alguma expressão em actividades de ordem formativa-cultural. Esta tendência consolida-se nos inquiridos com grau de mestre.

Tabela 32. Período de tempo dedicado à entidade, em horas semanais, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Menos de 5 horas	Frequência	28	28	34	90
	% relativa à Entidade	48,3%	27,7%	64,2%	42,5%
Entre 5 e 10 horas	Frequência	16	66	16	98
	% relativa à Entidade	27,6%	65,3%	30,2%	46,2%
Entre 11 e 15 horas	Frequência	2	3	1	6
	% relativa à Entidade	3,4%	3,0%	1,9%	2,8%
Mais de 15 horas	Frequência	3	3	0	6
	% relativa à Entidade	5,2%	3,0%	,0%	2,8%
Não responde	Frequência	9	1	2	12
	% relativa à Entidade	15,5%	1,0%	3,8%	5,7%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quando analisado o **período de tempo dedicado à entidade**, a generalidade das respostas recaem no período compreendido entre 5 e 10 horas. Cruzada esta informação com o tipo de entidade verifica-se que nos casos das entidades A1 e C1, são mais frequentes as respostas na opção correspondente a menos de 5 horas. Não deixa de se questionar o facto de, no caso de uma entidade vocacionada para o voluntariado (C1) ser reduzido o número de horas dedicado à entidade o que pode significar um entendimento de que se trata de tarefas relacionadas com a administração da entidade.

Tabela 33. Pertença a outras entidades

	Frequência	%
Sim	53	25,0
Não	149	70,3
Não responde	10	4,7
Total	212	100,0

Quando questionados acerca da **pertença a outras entidades**, a maioria dos inquiridos responde negativamente. Não se deve descurar contudo, os 25% de inquiridos que revelaram pertencer a mais entidades, o que pode denotar uma atitude participativa.

4. Acesso à informação

Tabela 34. Frequência de visionamento de televisão (na última semana)

	Frequência	%
Todos os dias	166	78,3
De 4 a 6 dias	11	5,2
De 1 a 3 dias	27	12,7
Nunca	3	1,4
Não responde	5	2,4
Total	212	100,0

Apurada a **frequência de visionamento de televisão**, verifica-se que a grande maioria dos inquiridos, assiste todos os dias (cerca de 78%).

Quanto ao **tipo de programas visionados**, a maioria das respostas recai na categoria relacionada com notícias. Esta opção não difere quando analisadas as variáveis entidade, género e habilitações literárias.

Tabela 35. Leitura de jornais (na última semana), por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Todos os dias	Frequência	25	39	22	86
	% relativa à Entidade	43,1%	38,6%	41,5%	40,6%
Entre 4 e 6 vezes	Frequência	3	12	4	19
	% relativa à Entidade	5,2%	11,9%	7,5%	9,0%
Entre 1 e 3 vezes	Frequência	17	30	10	57
	% relativa à Entidade	29,3%	29,7%	18,9%	26,9%
Nunca	Frequência	8	17	15	40
	% relativa à Entidade	13,8%	16,8%	28,3%	18,9%
Não responde	Frequência	5	3	2	10
	% relativa à Entidade	8,6%	3,0%	3,8%	4,7%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quando analisados os **hábitos de leitura de jornais**, os dados apurados mostram que a maior percentagem de inquiridos (40,6%) lê o jornal diariamente. Esta informação não difere com grande significância quando cruzada com a entidade, género e habilitações literárias. Verifica-se, no entanto, uma ligeira tendência dos inquiridos com o ensino secundário e bacharelato para lerem entre 1 e 3 vezes por semana.

Tabela 36. Hábito de leitura de jornais locais

	Frequência	%
Sim	91	42,9
Não	50	23,6
Não responde	71	33,5
Total	212	100,0

Foi ainda considerado relevante apurar o **hábito de leitura de jornais locais** de modo a verificar o potencial de envolvimento na comunidade. A maioria dos inquiridos indica o hábito de leitura de jornais locais. Não é negligenciável, contudo, o número de respostas negativas.

Tabela 37. Fontes de informação relativas à actuação do Governo, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Parentes, amigos e vizinhos	Frequência	1	15	8	24
	% relativa à Entidade	2,0%	16,3%	15,7%	
Boletins e Jornais locais	Frequência	2	17	21	40
	% relativa à Entidade	4,1%	18,5%	41,2%	
Jornais nacionais	Frequência	27	55	30	112
	% relativa à Entidade	55,1%	59,8%	58,8%	
Rádio	Frequência	16	33	43	92
	% relativa à Entidade	32,7%	35,9%	84,3%	
Televisão	Frequência	43	82	34	159
	% relativa à Entidade	87,8%	89,1%	66,7%	
Internet	Frequência	3	28	4	35
	% relativa à Entidade	6,1%	30,4%	7,8%	
Associações	Frequência	0	1	0	1
	% relativa à Entidade	,0%	1,1%	,0%	
Total	Frequência	49	92	51	192

Quando questionados acerca das fontes de informação relativas à actuação do governo, os dados apontam para a televisão e jornais nacionais. Analisada esta questão à luz da entidade verifica-se que apenas a entidade C1 indica com maior expressão a Rádio. As respostas, na sua globalidade, não apresentam variações significativas quando analisadas tendo em conta o género ou as habilitações literárias.

5. Participação política

Tabela 38. Pertença a partido político

	Frequência	%
Sim	22	10,4
Não	177	83,5
Não responde	13	6,1
Total	212	100,0

A participação política como indicador de activismo social foi igualmente questionada. Relativamente à **pertença a partido político**, os dados apurados, contudo, demonstram que a maioria dos inquiridos não se encontra integrado num partido político.

Questionados acerca da **participação nas últimas eleições autárquicas e legislativas** (2009), a grande maioria dos inquiridos afirmou ter participado. Contudo, verifica-se uma maior participação no contexto local, o que revela um interesse pela comunidade envolvente.

Quando questionados acerca da **frequência de discussão de assuntos políticos**, a maioria dos inquiridos afirma fazê-lo “de vez em quando”. De realçar que a segunda opção mais assinalada aponta para frequência rara.

Tabela 39. Confiança nos políticos, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Merecem toda a minha confiança	Frequência	3	2	6	11
	% relativa à Entidade	5,2%	2,0%	11,3%	5,2%
Merecem a minha confiança	Frequência	20	44	11	75
	% relativa à Entidade	34,5%	43,6%	20,8%	35,4%
Não merecem a minha confiança	Frequência	19	37	20	76
	% relativa à Entidade	32,8%	36,6%	37,7%	35,8%
Nunca pensei no assunto	Frequência	9	7	1	17
	% relativa à Entidade	15,5%	6,9%	1,9%	8,0%
Não sabe/ Não responde	Frequência	7	11	15	33
	% relativa à Entidade	12,1%	10,9%	28,3%	15,6%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A variável relacionada com a **confiança na classe política**, obtém dados que opõem o peso positivo e o peso negativo. Com efeito, cerca de 36% da amostra refere que os políticos não merecem a confiança dos inquiridos, enquanto 35% indicam o oposto. Analisando estes dados à luz da entidade verifica-se que nas entidades A1 e B1 prevalece, embora com pouca expressão estatística, as respostas positivas. Por outro lado, na entidade C1, a percentagem de respostas mais relevante apontam para uma desconfiança face à classe política.

Tabela 40. Confiança nos políticos, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Merecem toda a minha confiança	Frequência	1	8	2	11
	% relativa ao Sexo	1,7%	5,9%	11,8%	5,2%
Merecem a minha confiança	Frequência	17	55	3	75
	% relativa ao Sexo	28,8%	40,4%	17,6%	35,4%
Não merecem a minha confiança	Frequência	24	48	4	76
	% relativa ao Sexo	40,7%	35,3%	23,5%	35,8%
Nunca pensei no assunto	Frequência	8	8	1	17
	% relativa ao Sexo	13,6%	5,9%	5,9%	8,0%
Não sabe/ Não responde	Frequência	9	17	7	33
	% relativa ao Sexo	15,3%	12,5%	41,2%	15,6%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 41. Confiança nos políticos, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
Merecem toda a minha confiança	Frequência	2	0	1	3	1	2	0	0	2	11
	% relativa Habilitações	6,3%	,0%	3,2%	6,7%	3,6%	5,6%	,0%	,0%	12,5%	5,2%
Merecem a minha confiança	Frequência	8	8	11	15	10	14	3	1	5	75
	% relativa Habilitações	25,0%	42,1%	35,5%	33,3%	35,7%	38,9%	75,0%	100,0%	31,3%	35,4%
Não merecem a minha confiança	Frequência	10	5	10	18	13	16	0	0	4	76
	% relativa Habilitações	31,3%	26,3%	32,3%	40,0%	46,4%	44,4%	,0%	,0%	25,0%	35,8%
Nunca pensei no assunto	Frequência	8	2	2	3	1	1	0	0	0	17
	% relativa Habilitações	25,0%	10,5%	6,5%	6,7%	3,6%	2,8%	,0%	,0%	,0%	8,0%
Não sabe/ Não responde	Frequência	4	4	7	6	3	3	1	0	5	33
	% relativa Habilitações	12,5%	21,1%	22,6%	13,3%	10,7%	8,3%	25,0%	,0%	31,3%	15,6%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa Habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A confiança na classe política, analisada tendo em conta o género, reflecte uma tendência para diferenciar atitudes positivas no sexo feminino e negativas no sexo masculino. Por outro lado, quando se tem por base as habilitações literárias, reafirma-se a dispersão de respostas entre os dois pólos

positivos e negativos. Com pouca expressão, os inquiridos com escolaridade inferior ao 1º ciclo, ensino secundário, Bacharelato e Licenciatura manifestam-se negativamente, enquanto os restantes, ou seja, os que detêm mestrado ou doutoramento, expressam uma atitude mais positiva.

Tabela 42. Indicação de participação em iniciativas de cariz político (nos últimos 12 meses)

	Respostas	
	N	%
Participação em reunião ou grupo	24	24,2%
Participação em encontro político	11	11,1%
Participação em acção de protesto	12	12,1%
Participação em Campanha eleitoral/ informativa	13	13,1%
Alertou algum meio de comunicação social	19	19,2%
Notificou a polícia ou outra autoridade	20	20,2%
Total	99	100,0%

Quando confrontados com **exemplos práticos de participação política**, os inquiridos assinalaram ter participado em iniciativas como reuniões, ter noticiado factos às autoridades e a meios de comunicação social. Esta informação não apresenta flutuações significativas quando analisada tendo em conta as habilitações literárias dos inquiridos.

6. Impacto da integração na associação

Tabela 43. Impacto no estilo de vida, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	5	31	1	37
	% relativa ao Sexo	8,5%	22,8%	5,9%	17,5%
Melhorou	Frequência	35	65	6	106
	% relativa ao Sexo	59,3%	47,8%	35,3%	50,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	14	31	6	51
	% relativa ao Sexo	23,7%	22,8%	35,3%	24,1%
Piorou	Frequência	1	0	1	2
	% relativa ao Sexo	1,7%	,0%	5,9%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	4	9	3	16
	% relativa ao Sexo	6,8%	6,6%	17,6%	7,5%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 44. Impacto no estilo de vida, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	6	22	9	37
	% relativa à Entidade	10,3%	21,8%	17,0%	17,5%
Melhorou	Frequência	25	52	29	106
	% relativa à Entidade	43,1%	51,5%	54,7%	50,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	23	15	13	51
	% relativa à Entidade	39,7%	14,9%	24,5%	24,1%
Piorou	Frequência	1	0	1	2
	% relativa à Entidade	1,7%	,0%	1,9%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	3	12	1	16
	% relativa à Entidade	5,2%	11,9%	1,9%	7,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Questionados os inquiridos acerca da sua percepção de como a integração na entidade produziu um **impacto no seu estilo de vida**, os mesmos assinalaram, com maior frequência, uma melhoria. Esta opção não diverge significativamente quando analisada segundo o género e a entidade de pertença.

Tabela 45. Impacto nas relações familiares, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	3	11	0	14
	% relativa ao Sexo	5,1%	8,1%	,0%	6,6%
Melhorou	Frequência	26	42	4	72
	% relativa ao Sexo	44,1%	30,9%	23,5%	34,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	25	65	9	99
	% relativa ao Sexo	42,4%	47,8%	52,9%	46,7%
Piorou	Frequência	0	1	1	2
	% relativa ao Sexo	,0%	,7%	5,9%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	5	17	3	25
	% relativa ao Sexo	8,5%	12,5%	17,6%	11,8%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 46. Impacto nas relações familiares, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	6	4	4	14
	% relativa à Entidade	10,3%	4,0%	7,5%	6,6%
Melhorou	Frequência	15	32	25	72
	% relativa à Entidade	25,9%	31,7%	47,2%	34,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	30	46	23	99
	% relativa à Entidade	51,7%	45,5%	43,4%	46,7%
Piorou	Frequência	1	0	1	2
	% relativa à Entidade	1,7%	,0%	1,9%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	6	19	0	25
	% relativa à Entidade	10,3%	18,8%	,0%	11,8%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Relativamente ao **impacto nas relações familiares**, muito embora a maior percentagem de respostas indique ausência de impacto, verifica-se que um número não negligenciável de respostas indica que as relações familiares melhoraram. Este facto é mais evidente na entidade C1 e no caso dos homens, embora com pouca expressão.

Tabela 47. Impacto na autonomia para a realização de actividades da vida diária, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	3	16	0	19
	% relativa ao Sexo	5,1%	11,8%	,0%	9,0%
Melhorou	Frequência	23	42	6	71
	% relativa ao Sexo	39,0%	30,9%	35,3%	33,5%
Não melhorou nem piorou	Frequência	26	58	7	91
	% relativa ao Sexo	44,1%	42,6%	41,2%	42,9%
Piorou	Frequência	1	2	0	3
	% relativa ao Sexo	1,7%	1,5%	,0%	1,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	6	18	4	28
	% relativa ao Sexo	10,2%	13,2%	23,5%	13,2%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 48. Impacto na autonomia para a realização de actividades da vida diária, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	4	9	6	19
	% relativa à Entidade	6,9%	8,9%	11,3%	9,0%
Melhorou	Frequência	10	33	28	71
	% relativa à Entidade	17,2%	32,7%	52,8%	33,5%
Não melhorou nem piorou	Frequência	33	41	17	91
	% relativa à Entidade	56,9%	40,6%	32,1%	42,9%
Piorou	Frequência	2	1	0	3
	% relativa à Entidade	3,4%	1,0%	,0%	1,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	9	17	2	28
	% relativa à Entidade	15,5%	16,8%	3,8%	13,2%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Analisado o **impacto na autonomia** para a realização de actividades da vida diária, a maioria dos inquiridos refere que “não melhorou nem piorou”. À semelhança da anterior questão, verifica-se igualmente que um número considerável de respostas indica uma melhoria. Este facto é mais evidente na entidade C1 e não evidencia diferenças significativas entre os géneros.

Tabela 49. Impacto no acesso a recursos sociais e de lazer, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	3	19	1	23
	% relativa ao Sexo	5,1%	14,0%	5,9%	10,8%
Melhorou	Frequência	25	56	6	87
	% relativa ao Sexo	42,4%	41,2%	35,3%	41,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	19	43	5	67
	% relativa ao Sexo	32,2%	31,6%	29,4%	31,6%
Piorou	Frequência	1	1	0	2
	% relativa ao Sexo	1,7%	,7%	,0%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	11	17	5	33
	% relativa ao Sexo	18,6%	12,5%	29,4%	15,6%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 50. Impacto no acesso a recursos sociais e de lazer, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	7	8	8	23
	% relativa à Entidade	12,1%	7,9%	15,1%	10,8%
Melhorou	Frequência	15	39	33	87
	% relativa à Entidade	25,9%	38,6%	62,3%	41,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	22	36	9	67
	% relativa à Entidade	37,9%	35,6%	17,0%	31,6%
Piorou	Frequência	2	0	0	2
	% relativa à Entidade	3,4%	,0%	,0%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	12	18	3	33
	% relativa à Entidade	20,7%	17,8%	5,7%	15,6%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O **impacto no acesso a recursos sociais e de lazer** é maioritariamente assinalado de uma forma positiva o que revela que a integração numa entidade reveste-se de crucial importância para o estabelecimento de redes sociais. Esta opção assume maior expressão na entidade B1 e, acima de tudo, na entidade C1 e também aqui não se evidenciam diferenças significativas entre os sexos.

Tabela 51. Impacto nas condições de saúde, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	6	5	1	12
	% relativa ao Sexo	10,2%	3,7%	5,9%	5,7%
Melhorou	Frequência	14	38	3	55
	% relativa ao Sexo	23,7%	27,9%	17,6%	25,9%
Não melhorou nem piorou	Frequência	32	71	8	111
	% relativa ao Sexo	54,2%	52,2%	47,1%	52,4%
Piorou	Frequência	2	9	0	11
	% relativa ao Sexo	3,4%	6,6%	,0%	5,2%
Não sabe/ Não responde	Frequência	5	13	5	23
	% relativa ao Sexo	8,5%	9,6%	29,4%	10,8%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 52. Impacto nas condições de saúde, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	2	7	3	12
	% relativa à Entidade	3,4%	6,9%	5,7%	5,7%
Melhorou	Frequência	4	32	19	55
	% relativa à Entidade	6,9%	31,7%	35,8%	25,9%
Não melhorou nem piorou	Frequência	36	47	28	111
	% relativa à Entidade	62,1%	46,5%	52,8%	52,4%
Piorou	Frequência	10	1	0	11
	% relativa à Entidade	17,2%	1,0%	,0%	5,2%
Não sabe/ Não responde	Frequência	6	14	3	23
	% relativa à Entidade	10,3%	13,9%	5,7%	10,8%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A percepção do **impacto nas condições de saúde** não é condicionada, de acordo com os inquiridos, pela integração em entidades. Com efeito, a maioria das respostas afirma a inexistência de impacto associado à sua participação nas entidades. Contudo, não é negligenciável o número de respostas que indica uma melhoria (26%). Estes dados são mais expressivos na entidade B1, não havendo diferenças significativas quando cruzada esta questão com a variável “género”.

Tabela 53. Impacto no sentimento/percepção de segurança pessoal, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	6	9	0	15
	% relativa ao Sexo	10,2%	6,6%	,0%	7,1%
Melhorou	Frequência	18	51	4	73
	% relativa ao Sexo	30,5%	37,5%	23,5%	34,4%
Não melhorou nem piorou	Frequência	23	56	8	87
	% relativa ao Sexo	39,0%	41,2%	47,1%	41,0%
Piorou	Frequência	4	7	0	11
	% relativa ao Sexo	6,8%	5,1%	,0%	5,2%
Não sabe/ Não responde	Frequência	8	13	5	26
	% relativa ao Sexo	13,6%	9,6%	29,4%	12,3%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 54. Impacto no sentimento/percepção de segurança pessoal, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	4	7	4	15
	% relativa à Entidade	6,9%	6,9%	7,5%	7,1%
Melhorou	Frequência	10	34	29	73
	% relativa à Entidade	17,2%	33,7%	54,7%	34,4%
Não melhorou nem piorou	Frequência	27	43	17	87
	% relativa à Entidade	46,6%	42,6%	32,1%	41,0%
Piorou	Frequência	9	2	0	11
	% relativa à Entidade	15,5%	2,0%	,0%	5,2%
Não sabe/ Não responde	Frequência	8	15	3	26
	% relativa à Entidade	13,8%	14,9%	5,7%	12,3%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Relativamente ao **impacto no sentimento/percepção de segurança pessoal**, os dados apurados demonstram uma prevalência na ausência de impacto, com excepção da entidade C1, onde prevalece o n.º de inquiridos com uma percepção de impacto positivo. Contudo, mais uma vez se verifica que um número considerável de respostas indica um impacto positivo, não havendo diferenças significativas quando cruzada esta questão com a variável “género”.

Tabela 55. Impacto no exercício de cidadania e de liberdade, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	4	13	1	18
	% relativa ao Sexo	6,8%	9,6%	5,9%	8,5%
Melhorou	Frequência	21	54	7	82
	% relativa ao Sexo	35,6%	39,7%	41,2%	38,7%
Não melhorou nem piorou	Frequência	23	49	3	75
	% relativa ao Sexo	39,0%	36,0%	17,6%	35,4%
Piorou	Frequência	1	1	0	2
	% relativa ao Sexo	1,7%	,7%	,0%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	10	19	6	35
	% relativa ao Sexo	16,9%	14,0%	35,3%	16,5%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 56. Impacto no exercício de cidadania e de liberdade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	7	5	6	18
	% relativa à Entidade	12,1%	5,0%	11,3%	8,5%
Melhorou	Frequência	15	32	35	82
	% relativa à Entidade	25,9%	31,7%	66,0%	38,7%
Não melhorou nem piorou	Frequência	27	43	5	75
	% relativa à Entidade	46,6%	42,6%	9,4%	35,4%
Piorou	Frequência	1	1	0	2
	% relativa à Entidade	1,7%	1,0%	,0%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	8	20	7	35
	% relativa à Entidade	13,8%	19,8%	13,2%	16,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Analisado o **impacto no exercício de cidadania e liberdade**, verifica-se que a maioria das respostas revela que a integração na entidade tem um impacto positivo, ressalvando-se que esta tendência é mais predominante no sexo feminino. Este facto tem maior expressão na entidade identificada como C1. Contudo, um número considerável de respostas indica ausência de impacto e esta tendência é mais significativa na entidade B1.

De uma forma geral, os dados apurados demonstram que o maior impacto, na opinião dos inquiridos, se reflecte no estilo de vida, na autonomia para as actividades da vida diária e no exercício de cidadania e liberdade. Analisadas as questões à luz das entidades específicas, verifica-se que os associados das entidades A1 e B1 referem, com maior frequência, um impacto positivo no estilo de vida. Por outro lado, os associados da entidade identificada como C1 mencionam com maior frequência um impacto positivo no acesso a recursos sociais e de lazer e no exercício de cidadania e liberdade.

7. Avaliação da Entidade pelos sócios

Tabela 57. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São desenvolvidas actividades estimulantes (intelectual e fisicamente) que apelem à criatividade e à imaginação”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	1	0	1	2
	% relativa à Entidade	1,7%	,0%	1,9%	,9%
Discordo	Frequência	6	2	0	8
	% relativa à Entidade	10,3%	2,0%	,0%	3,8%
Não concordo nem discordo	Frequência	6	2	2	10
	% relativa à Entidade	10,3%	2,0%	3,8%	4,7%
Concordo	Frequência	15	45	21	81
	% relativa à Entidade	25,9%	44,6%	39,6%	38,2%
Concordo plenamente	Frequência	6	34	4	44
	% relativa à Entidade	10,3%	33,7%	7,5%	20,8%
Não responde	Frequência	24	18	25	67
	% relativa à Entidade	41,4%	17,8%	47,2%	31,6%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 58. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São reforçados os laços sociais e comunitários”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	0	0	1	1
	% relativa à Entidade	,0%	,0%	1,9%	,5%
Discordo	Frequência	4	2	0	6
	% relativa à Entidade	6,9%	2,0%	,0%	2,8%
Não concordo nem discordo	Frequência	3	4	2	9
	% relativa à Entidade	5,2%	4,0%	3,8%	4,2%
Concordo	Frequência	25	53	24	102
	% relativa à Entidade	43,1%	52,5%	45,3%	48,1%
Concordo plenamente	Frequência	6	20	4	30
	% relativa à Entidade	10,3%	19,8%	7,5%	14,2%
Não responde	Frequência	20	22	22	64
	% relativa à Entidade	34,5%	21,8%	41,5%	30,2%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 59. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São promovidas as relações intergeracionais”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	0	2	0	2
	% relativa à Entidade	,0%	2,0%	,0%	,9%
Discordo	Frequência	4	6	0	10
	% relativa à Entidade	6,9%	5,9%	,0%	4,7%
Não concordo nem discordo	Frequência	3	12	1	16
	% relativa à Entidade	5,2%	11,9%	1,9%	7,5%
Concordo	Frequência	22	41	25	88
	% relativa à Entidade	37,9%	40,6%	47,2%	41,5%
Concordo plenamente	Frequência	6	15	3	24
	% relativa à Entidade	10,3%	14,9%	5,7%	11,3%
Não responde	Frequência	23	25	24	72
	% relativa à Entidade	39,7%	24,8%	45,3%	34,0%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 60. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São reconhecidas e valorizadas as potencialidades e habilidades dos utentes”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	4	0	0	4
	% relativa à Entidade	6,9%	,0%	,0%	1,9%
Não concordo nem discordo	Frequência	5	14	2	21
	% relativa à Entidade	8,6%	13,9%	3,8%	9,9%
Concordo	Frequência	20	46	25	91
	% relativa à Entidade	34,5%	45,5%	47,2%	42,9%
Concordo plenamente	Frequência	5	17	3	25
	% relativa à Entidade	8,6%	16,8%	5,7%	11,8%
Não responde	Frequência	24	24	23	71
	% relativa à Entidade	41,4%	23,8%	43,4%	33,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 61. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São respeitadas as limitações e fragilidades dos utentes”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	3	2	0	5
	% relativa à Entidade	5,2%	2,0%	,0%	2,4%
Não concordo nem discordo	Frequência	1	14	1	16
	% relativa à Entidade	1,7%	13,9%	1,9%	7,5%
Concordo	Frequência	25	39	21	85
	% relativa à Entidade	43,1%	38,6%	39,6%	40,1%
Concordo plenamente	Frequência	7	14	6	27
	% relativa à Entidade	12,1%	13,9%	11,3%	12,7%
Não responde	Frequência	22	32	25	79
	% relativa à Entidade	37,9%	31,7%	47,2%	37,3%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 62. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “É fácil aceder a uma função de dirigente”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	0	2	1	3
	% relativa à Entidade	,0%	2,0%	1,9%	1,4%
Discordo	Frequência	6	7	2	15
	% relativa à Entidade	10,3%	6,9%	3,8%	7,1%
Não concordo nem discordo	Frequência	6	30	1	37
	% relativa à Entidade	10,3%	29,7%	1,9%	17,5%
Concordo	Frequência	10	22	22	54
	% relativa à Entidade	17,2%	21,8%	41,5%	25,5%
Concordo plenamente	Frequência	18	8	3	29
	% relativa à Entidade	31,0%	7,9%	5,7%	13,7%
Não responde	Frequência	18	32	24	74
	% relativa à Entidade	31,0%	31,7%	45,3%	34,9%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Para avaliação da entidade solicitou-se aos inquiridos que se posicionassem perante determinadas opiniões.

Os dados apurados, de um modo geral, demonstram que a maioria dos inquiridos concorda que, no âmbito da sua entidade, são: desenvolvidas actividades estimulantes, reforçados laços sociais e comunitários, promovidas relações intergeracionais, e reconhecidas/ valorizadas as potencialidades e habilidades dos utentes. No que respeita à última questão, relacionada com uma gestão mais democrática, tem mais expressão positiva a entidade classificada como A1.

Tabela 63. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Tenho confiança na direcção da entidade”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	0	0	1	1
	% relativa à Entidade	,0%	,0%	1,9%	,5%
Discordo	Frequência	2	0	0	2
	% relativa à Entidade	3,4%	,0%	,0%	,9%
Não concordo nem discordo	Frequência	3	5	0	8
	% relativa à Entidade	5,2%	5,0%	,0%	3,8%
Concordo	Frequência	20	45	18	83
	% relativa à Entidade	34,5%	44,6%	34,0%	39,2%
Concordo plenamente	Frequência	19	35	4	58
	% relativa à Entidade	32,8%	34,7%	7,5%	27,4%
Não responde	Frequência	14	16	30	60
	% relativa à Entidade	24,1%	15,8%	56,6%	28,3%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 64. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Tenho confiança nos restantes sócios”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	2	0	0	2
	% relativa à Entidade	3,4%	,0%	,0%	,9%
Não concordo nem discordo	Frequência	8	13	0	21
	% relativa à Entidade	13,8%	12,9%	,0%	9,9%
Concordo	Frequência	29	47	18	94
	% relativa à Entidade	50,0%	46,5%	34,0%	44,3%
Concordo plenamente	Frequência	2	19	2	23
	% relativa à Entidade	3,4%	18,8%	3,8%	10,8%
Não responde	Frequência	17	22	33	72
	% relativa à Entidade	29,3%	21,8%	62,3%	34,0%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 65. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Sinto um compromisso para com a organização”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	3	0	1	4
	% relativa à Entidade	5,2%	,0%	1,9%	1,9%
Não concordo nem discordo	Frequência	6	10	0	16
	% relativa à Entidade	10,3%	9,9%	,0%	7,5%
Concordo	Frequência	22	50	17	89
	% relativa à Entidade	37,9%	49,5%	32,1%	42,0%
Concordo plenamente	Frequência	7	21	5	33
	% relativa à Entidade	12,1%	20,8%	9,4%	15,6%
Não responde	Frequência	20	20	30	70
	% relativa à Entidade	34,5%	19,8%	56,6%	33,0%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 66. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Sinto um maior compromisso com a comunidade desde que estou na organização”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	7	3	0	10
	% relativa à Entidade	12,1%	3,0%	,0%	4,7%
Não concordo nem discordo	Frequência	9	22	0	31
	% relativa à Entidade	15,5%	21,8%	,0%	14,6%
Concordo	Frequência	14	37	16	67
	% relativa à Entidade	24,1%	36,6%	30,2%	31,6%
Concordo plenamente	Frequência	7	7	5	19
	% relativa à Entidade	12,1%	6,9%	9,4%	9,0%
Não responde	Frequência	21	32	32	85
	% relativa à Entidade	36,2%	31,7%	60,4%	40,1%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 67. Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Sinto mais satisfação com a minha vida desde que estou integrado na associação”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	0	1	0	1
	% relativa à Entidade	,0%	1,0%	,0%	,5%
Discordo	Frequência	7	1	0	8
	% relativa à Entidade	12,1%	1,0%	,0%	3,8%
Não concordo nem discordo	Frequência	7	9	0	16
	% relativa à Entidade	12,1%	8,9%	,0%	7,5%
Concordo	Frequência	16	48	21	85
	% relativa à Entidade	27,6%	47,5%	39,6%	40,1%
Concordo plenamente	Frequência	10	21	1	32
	% relativa à Entidade	17,2%	20,8%	1,9%	15,1%
Não responde	Frequência	18	21	31	70
	% relativa à Entidade	31,0%	20,8%	58,5%	33,0%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Os dados apurados, de um modo geral, demonstram que a maioria dos inquiridos concorda com todas as afirmações que, tendencialmente, revelam um impacto positivo da sua participação nas entidades objecto de estudo. De ressaltar, contudo, que se verificou um elevado número de respostas omissas, nestas questões.

Tabela 68. Apoio da direcção a projectos propostos pelos sócios

	Frequência	%
Sim	85	40,1
Não	23	10,8
Não responde	104	49,1
Total	212	100,0

Analisando a percepção do **apoio da direcção a projectos propostos pelos sócios**, não obstante os dados acima, deve-se analisar esta questão com alguma cautela, devido ao elevado número de não respostas. Ainda assim, a maioria dos inquiridos afirma que se verifica, no contexto da entidade em que estão integrados, um apoio aos seus projectos (ou dos restantes sócios), por parte da direcção.

Tabela 69. Impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Um grande impacto	Frequência	9	18	23	50
	% relativa à Entidade	15,5%	17,8%	43,4%	23,6%
Um pequeno impacto	Frequência	25	34	27	86
	% relativa à Entidade	43,1%	33,7%	50,9%	40,6%
Nenhum impacto	Frequência	6	15	1	22
	% relativa à Entidade	10,3%	14,9%	1,9%	10,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	18	34	2	54
	% relativa à Entidade	31,0%	33,7%	3,8%	25,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 70. Impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Um grande impacto	Frequência	14	29	7	50
	% relativa ao Sexo	23,7%	21,3%	41,2%	23,6%
Um pequeno impacto	Frequência	26	53	7	86
	% relativa ao Sexo	44,1%	39,0%	41,2%	40,6%
Nenhum impacto	Frequência	5	17	0	22
	% relativa ao Sexo	8,5%	12,5%	,0%	10,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	14	37	3	54
	% relativa ao Sexo	23,7%	27,2%	17,6%	25,5%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 71. Impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
Um grande impacto	Frequência	3	2	8	13	6	9	2	0	7	50
	% relativa às Habilitações	9,4%	10,5%	25,8%	28,9%	21,4%	25,0%	50,0%	,0%	43,8%	23,6%
Um pequeno impacto	Frequência	11	10	11	14	16	15	2	1	6	86
	% relativa às Habilitações	34,4%	52,6%	35,5%	31,1%	57,1%	41,7%	50,0%	100,0%	37,5%	40,6%
Nenhum impacto	Frequência	3	3	2	8	4	2	0	0	0	22
	% relativa às Habilitações	9,4%	15,8%	6,5%	17,8%	14,3%	5,6%	,0%	,0%	,0%	10,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	15	4	10	10	2	10	0	0	3	54
	% relativa às Habilitações	46,9%	21,1%	32,3%	22,2%	7,1%	27,8%	,0%	,0%	18,8%	25,5%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa às Habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Questionados acerca do **impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade**, os inquiridos afirmaram, na sua maioria, verificar-se um pequeno impacto. Contudo, não deve ser descurada a percentagem de respostas (24%) que indicam um grande impacto na comunidade. A resposta a esta questão, quando analisada por entidade demonstra que a opção “*um grande impacto*” é mais relevante no contexto da entidade referenciada como C1. Por outro lado, a opção “*um pequeno impacto*” assume maior expressão no contexto da entidade B1, não se verificando variações por género.

Tabela 72. Auto-avaliação do associado relativamente à sua vida, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Muito satisfeito	Frequência	9	32	9	50
	% relativa à Entidade	15,5%	31,7%	17,0%	23,6%
Razoavelmente satisfeito	Frequência	35	57	31	123
	% relativa à Entidade	60,3%	56,4%	58,5%	58,0%
Não muito satisfeito	Frequência	9	7	10	26
	% relativa à Entidade	15,5%	6,9%	18,9%	12,3%
Totalmente insatisfeito	Frequência	2	2	0	4
	% relativa à Entidade	3,4%	2,0%	,0%	1,9%
Não responde	Frequência	3	3	3	9
	% relativa à Entidade	5,2%	3,0%	5,7%	4,2%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 73. Auto-avaliação do associado relativamente à sua vida, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Muito satisfeito	Frequência	17	33	0	50
	% relativa ao Sexo	28,8%	24,3%	,0%	23,6%
Razoavelmente satisfeito	Frequência	36	80	7	123
	% relativa ao Sexo	61,0%	58,8%	41,2%	58,0%
Não muito satisfeito	Frequência	4	16	6	26
	% relativa ao Sexo	6,8%	11,8%	35,3%	12,3%
Totalmente insatisfeito	Frequência	1	3	0	4
	% relativa ao Sexo	1,7%	2,2%	,0%	1,9%
Não responde	Frequência	1	4	4	9
	% relativa ao Sexo	1,7%	2,9%	23,5%	4,2%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 74. Auto-avaliação da vida do associado, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
Muito satisfeito	Frequência	5	5	3	13	6	13	3	0	2	50
	% relativa a Habilitações	15,6%	26,3%	9,7%	28,9%	21,4%	36,1%	75,0%	,0%	12,5%	23,6%
Razoavelmente satisfeito	Frequência	20	9	20	22	21	22	1	1	7	123
	% relativa a Habilitações	62,5%	47,4%	64,5%	48,9%	75,0%	61,1%	25,0%	100,0%	43,8%	58,0%
Não muito satisfeito	Frequência	6	2	7	6	1	1	0	0	3	26
	% relativa a Habilitações	18,8%	10,5%	22,6%	13,3%	3,6%	2,8%	,0%	,0%	18,8%	12,3%
Totalmente insatisfeito	Frequência	0	1	1	2	0	0	0	0	0	4
	% relativa a Habilitações	,0%	5,3%	3,2%	4,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,9%
Não responde	Frequência	1	2	0	2	0	0	0	0	4	9
	% relativa a Habilitações	3,1%	10,5%	,0%	4,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	25,0%	4,2%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa a Habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Por último, solicitou-se aos inquiridos que fizessem uma **auto-avaliação da sua vida**. A grande maioria indicou estar “*razoavelmente satisfeito*” e, seguidamente, “*muito satisfeito*”. Esta auto-avaliação é não diferenciada à luz das entidades analisadas ou se cruzada com a variável género.

Parte IV. Síntese dos Resultados

Com base na análise dos dados recolhidos com os instrumentos de recolha utilizados e na própria experiência profissional da investigadora, que não pode ser ignorada na procura de explicações, sistematizamos os principais resultados que seguidamente se apresentam. As organizações estudadas inscrevem-se no seguinte figurino:

- As associações estudadas pertencem ao sector privado sem fins lucrativos e o seu funcionamento assenta no trabalho voluntário, sendo residual o número de funcionários remunerados, que aliás se encontram afectos a funções auxiliares (limpeza, serviço de bar ou secretaria);
- Têm diferentes dimensões, entre 90 a 600 sócios, que no entanto apresentam diferentes níveis de participação e envolvimento nas acções das entidades;
- As instalações utilizadas pela totalidade das organizações estudadas têm boas condições ao nível da localização, situando-se em zonas centrais e de fácil acesso, não tendo, no entanto, possibilidade de ampliação dos seus serviços e respostas (por limitações urbanísticas ou por se encontrarem em situação de partilha de espaços), ou já limitando um funcionamento adequado às valências existentes. A solução que tem sido encontrada consiste na criação de alguns pólos de actividades em instalações cedidas por outras colectividades;
- A principal vocação destas organizações está no apoio à população idosa, através de medidas que minimizem a solidão, propiciem o convívio e estimulem a partilha cultural e de conhecimentos.

As entidades da categoria A já tiveram, historicamente, uma actividade mais abrangente e aberta ao exterior. Actualmente, pela idade avançada dos seus utentes (*vide Anexo “Entrevista e Análise de Planos e Relatórios de Actividades- Resultados”*) características dos seus líderes, já explanadas no capítulo III da parte I do presente documento, e pelas limitações das instalações, têm funcionado mais viradas para o seu interior (lanches, convívios e passeios). Até os intercâmbios propostos por outras associações têm tido dificuldade em se concretizar. Não têm protocolos de colaboração, não contactam o sector empresarial para angariação de apoios, não utilizam as novas tecnologias e podem estar a isolar-se cada vez mais.

O capital social existente nos seus sócios tem tido a manutenção do seu nível pela continuação dos seus encontros e partilha de momentos, continuando a ser uma resposta para os idosos que estão sós e que aqui ocupam os seus tempos livres.

A visão dos seus líderes, para o futuro das associações é bastante instrumental e refere-se à melhoria das instalações (zona de bar, de convívio e biblioteca), desejando, entretanto, a sua substituição da função de presidentes seja por se encarar esta função como penosa e implicando um esforço pessoal significativo, ou como o culminar de um objectivo já cumprido (*vide Figura 6, 7 e 8*).

No respeitante às entidades da categoria B, apesar de nenhuma se encontrar certificada, apresentam alguma preocupação com a avaliação do trabalho desenvolvido (consultas regulares aos sócios, inquéritos de satisfação), participam em redes e têm colaboração regular com entidades locais, nomeadamente, estabelecendo parcerias para o desenvolvimento de trabalho voluntário. Participam no trabalho das Comissões Sociais de Freguesia e adoptam algumas medidas de apoio social a favor dos seus associados, que podem passar pela atribuição de bolsas para a frequência gratuita das actividades.

Os líderes destas organizações percebem com clareza o impacto que as mesmas têm nos seus associados, o que foi expresso aquando das entrevistas: “as pessoas sentem-se bem”, “até pagava para dar aqui aulas”, “encontrámos aqui a razão de viver”, “a área da cultura é aglutinadora, o que agrega os sócios é o facto de estarem sós e desocupados, unindo-os a cultura e o convívio”, “esta organização transmite uma esperança e um gosto pela vida que antes não tinham” e “ganham-se protagonismos que não se tinham, descobrem o seu valor positivo, que os sonhos ainda estão por realizar”.

Como factor distintivo desta categoria de organizações, pode apontar-se, também, o facto de apresentarem uma maior dimensão, em termos de recursos humanos afectos e diversidade de actividades (*vide* Anexo “*Entrevista e Análise de Planos e Relatórios de Actividades- Resultados*”). Procuram a coesão e consolidação de grupos diversificados de afinidade entre os sócios, que se juntam para participar em actividades comuns, por exemplo, Tunas, Jograis e Coros, os quais representam entretanto canais de ligação à comunidade de inserção.

A visão de futuro dos líderes destas organizações inclui a ampliação, criação ou a dinamização de novos pólos de actividades, tratando-se da referência a projectos que continuam a ter uma natureza instrumental, procurando corresponder a necessidades identificadas junto do seu público-alvo (*vide* Figura 9 e 10).

A entidade da categoria C apresenta algumas particularidades, já que o ingresso nesta organização parece estar intimamente ligado um propósito de ajuda aos outros, em particular idosos em situação de isolamento ou dependência. A líder desta entidade não fez depender a sua situação de dirigente das suas qualificações profissionais, mas da formação que foi adquirindo ao longo da vida; é uma activista por excelência, ao nível político e associativo, mantendo funções em simultâneo em diversas entidades.

Esta associação, que tem tido alguma visibilidade mediática, conta com uma colaboração significativa do sector empresarial à concretização das suas actividades de apoio aos utentes.

À semelhança das categorias anteriores, não está certificada, mas procura avaliar o impacto das suas actividades através de momentos trimestrais de avaliação de trabalho de cada voluntário.

Outra característica singular é o facto de ser dada formação inicial aos sócios/ voluntários, sobre a cultura e valores da associação, bem como formações contínuas trimestrais para assegurar o seu compromisso cívico, demonstrando preocupação com o desenvolvimento de competências/ capacitação dos seus associados. Esta associação existe na sua interacção com o ambiente externo,

através da sua vocação assistencial, com participação em iniciativas locais e demonstrando um constante envolvimento em projectos locais de interesse comunitário. Tem-se evidenciado, ainda, pela criatividade no desenvolvimento de algumas iniciativas que promove, e na sensibilização para a problemática social do isolamento promovida junto dos sectores empresarial e artístico, frequentemente mais alheios a estas temáticas.

Tem promovido diversas acções de angariação de fundos e de sócios, sendo a associação inquirida que recrutou mais sócios em 2009. Também é a única que oferece suporte e apoio psicológico aos sócios como forma de ajudar a acompanhar as situações difíceis que lhes estão entregues.

Como visão de futuro a líder aponta a abrangência de todo o Concelho de Oeiras, com novas instalações, mais voluntários e mais utentes. Refere, ainda, a necessidade de encontrar, no futuro, estratégias para uma maior aproximação à família e à organização de recursos, para dar respostas mais imediatas (*vide* Figura 11)

Conclusão

Da análise efectuada, respeitante aos questionários dos sócios, consideramos ser de realçar os seguintes aspectos:

Constatámos a existência de diferentes perfis nas três categorias de entidades, caracterizáveis por diferenças no estatuto sócio-económico, habilitações literárias e rendimentos dos associados, que denotam diversidade no objecto de estudo. As afinidades contidas em cada perfil traduzem-se em alguma homogeneidade de interesses e dinâmicas sócio-culturais dentro de cada uma das entidades. Podemos identificar três grupos em presença:

- Os associados das entidades vocacionadas para o lazer e convívio, são na sua maioria provenientes de baixos estratos de rendimento²⁵ e escolaridade²⁶, inseridos em redes pré-existentes ao seu ingresso nas organizações e baseadas nas relações do seu meio laboral, que são decalcadas nas actividades destas Uniões. O trabalho é territorialmente circunscrito à escala de bairro, indiciando uma menor mobilidade geográfica neste grupo; tal é patente numa menor projecção das actividades destas organizações. De referir ainda que, os seus associados procuram essencialmente respostas a necessidades de convívio. Estes indivíduos são já possuidores de capital social, que a organização tem o objectivo de manter. Trata-se de uma lógica de funcionamento mais localizada, que reflecte um capital social também mais localizado;
- Os associados das entidades vocacionadas para o ensino e conhecimento são na sua maioria provenientes de uma classe média integrada em redes sociais mais alargadas, pré-existentes ao seu ingresso nas organizações. Isto é patente quando respondem que tiveram conhecimento da existência da entidade através de colegas e amigos (55,4%). Estas organizações têm uma influência trans-concelhia, uma vez que conseguem captar membros residentes em vários Concelhos, o que também demonstra a capacidade de mobilidade deste grupo. O seu principal objectivo de pertença é o de enriquecimento pessoal e cultural (62.1%). Estes indivíduos são possuidores de capital social elevado, acumulado ao longo da vida, que não quiseram perder, procurando assim associações que o valorizem. É um convívio entre iguais;
- Os associados da organização estudada na área do voluntariado e apoio psicossocial são na sua maioria provenientes de uma classe média, integrada em redes sociais alargadas e pré-existentes ao seu ingresso nas organizações. No entanto, tendo sido o conhecimento da existência da organização através dos meios de comunicação social (37.7%), parece existir uma tendência para a criação de novas redes sociais aquando do ingresso na organização. Por outro lado, sendo as suas preocupações direccionadas para o exterior da organização,

²⁵ 72.4% dos inquiridos dispõe, por agregado familiar, de menos de 1000 € mensais.

²⁶ 87.9% detém níveis de escolaridade inferiores ao ensino secundário.

no sentido de impactar positivamente a comunidade através da acção de voluntariado junto de indivíduos do mesmo estrato etário. Não se concentram no seu enriquecimento sócio-cultural, mas sim na relação de ajuda a outros não integrados em redes sociais, confinados a situações de isolamento social. Neste caso, a origem dos associados é semelhante aos identificados nas entidades de ensino e conhecimento, porque estes provêm das mesmas redes, no entanto a motivação para o ingresso neste tipo de organização é distinto. Podemos visualizar duas populações – indivíduos que estão em rede (voluntários) vão abranger outros (idosos isolados), ou seja, uma classe média integrada, com cultura de voluntariado, vão abranger uma classe desintegrada. Esta rede de voluntários não está interessada na sua auto-valorização cultural, mas no apoio aos outros.

Detectámos, em termos gerais, uma **coerência nas respostas dadas** quando analisadas por entidade, género ou habilitações literárias.

Verifica-se, no entanto, **algumas variações** de acordo com os aspectos acima indicados, nomeadamente na escolha de actividades. Desta forma, os inquiridos com grau de bacharel ou licenciado procuram mais actividades formativas e de cariz cultural, 35.7% e 37.1%, respectivamente, o que evidencia uma relação entre o nível de instrução e o tipo de actividade escolhida;

Relativamente ao impacto decorrente da integração na entidade, os aspectos mais valorizados pelos inquiridos coincidem com a melhoria do estilo de vida, o acesso a recursos sociais e de lazer e o exercício de cidadania e liberdade;

Surgem como **neutros** os aspectos ligados às relações familiares, autonomia para a realização da vida diária, condições de saúde e sentimento/ percepção de segurança pessoal;

Em termos gerais, parecem ser os inquiridos da entidade C1, os que maiores impactos positivos percebem relativamente à sua integração na Associação, a vários níveis. São também os que apresentam um **número de não respostas** mais significativo em vários temas:

- **Rendimentos**
- **Avaliação do funcionamento da entidade** (desenvolvimento de actividades estimulantes, reforço dos laços comunitários, promoção de relações intergeracionais, valorização das potencialidades dos utentes, respeito pelas limitações e fragilidades dos utentes, facilidade no acesso à função de dirigente, confiança na direcção na entidade e nos restantes sócios, sentimento de compromisso para com a organização e comunidade)
- **Auto-avaliação da satisfação vivencial**

A análise dos impactos da integração dos inquiridos nas associações, permite-nos verificar, cruzando com a variável género, a existência de aspectos distintos: por um lado, os homens identificam uma melhoria nas suas relações familiares (44.1%) e as mulheres uma melhoria no seu exercício de cidadania e de liberdade (39.7%). Estes aspectos são extremamente relevantes se tivermos em conta que estão geralmente associados a um défice de participação dos respectivos géneros. Assim, a participação nas Associações parece trazer um **melhor equilíbrio nas relações de género**,

esbatendo as desigualdades a este nível, bastante baseadas num modelo de divisão do trabalho familiar Parsoniano, em que o homem é dotado de um papel instrumental com tradução num forte exercício de cidadania, e a mulher exerce um papel expressivo, regulador das relações familiares, com poucas oportunidades de exercício das actividades ligadas tradicionalmente ao papel do outro género. Esta situação parece ser equilibrada pela acção das organizações estudadas, num público em que o modelo de família tradicional era o paradigma dominante na época em que ocorreu o seu processo de socialização.

Considera-se, assim, que se pode constatar que estas organizações apresentam capacidade para a criação de capital social, tanto pela forma como estão organizadas, como pelas interacções que estabelecem com o meio exterior, pelo que passamos a enunciar os seus impactos a três níveis: junto dos seus associados, no seio da própria organização e em contexto comunitário.

Relativamente aos **impactos** constatados **junto dos associados**, destacamos os seguintes aspectos:

- Quebra ou diminuição do sentimento de isolamento de um número significativo de idosos, frequentadores destes espaços, e que por esta via mantém uma rede de relações sociais e em muitos casos um compromisso cívico;
- Satisfação vivencial dos sócios, mesmo quando são só frequentadores de um centro de convívio, na participação em festas, eventos de animação, entre outros;
- Enriquecimento cultural obtido por muitos sócios das universidades sénior, pela actualização ou aumento dos conhecimentos em determinadas matérias, através da frequência de aulas, visitas de estudo, viagens de intercâmbio, conferências, entre outros;
- O despertar de novos talentos, sendo desenvolvidas competências em áreas nunca antes experimentadas: teatro, canto, artes decorativas, fotografia, entre outras.

Em relação aos **impactos no seio da organização**, salientam-se os seguintes aspectos:

- Melhoria do desempenho das organizações quando os sócios mostram dinâmicas de participação;
- Impacto negativo e tendência para o desaparecimento da organização quando os sócios se fecham sobre si próprios.

Por fim, sistematizamos os **impactos junto da comunidade**:

- Aumento da participação cívica pelo reforço das capacidades de cidadania ocasionada pela reflexão sobre temas actuais e locais, bem como o exercício de cargos de direcção;

- O despertar de uma cultura de solidariedade, despoletada através de algumas medidas na área da responsabilidade social, que compreendem a concessão de apoio financeiro a causas sociais e o desenvolvimento de trabalho voluntário;
- O fomento das relações intergeracionais, pelo envolvimento na organização de salas de estudo para crianças e jovens com dificuldades escolares e a criação de um “netário”²⁷ no contexto das suas actividades;
- Criação de uma rede de ajuda estruturada para prestar apoio a pessoas idosas em situação de solidão e/ou dependência.

Em acordo com os trabalhos de Ernesto Fernandes (2002), reconhecemos que a intervenção cívico-voluntária das associações pode ter a mudança social como objectivo, traduzida em projectos de intervenção de âmbito local. Neste quadro de reflexão, documenta o presente estudo que estas organizações são confrontadas com problemas e desafios, mas também com oportunidades únicas ao encontro de um associativismo novo que, na escolha dos projectos e actividades, invista na relação das associações com a comunidade, visando o desenvolvimento pessoal dos seus membros, a formação dos seus dirigentes e associados, e o exercício mais alargado de uma democracia interna.

Relevamos, como aspectos importantes a reter:

- A relação dos associados com a comunidade, intervindo em projectos colectivos mobilizadores, através da criação de redes de natureza associativa;
- A natureza dos projectos e actividades, produtores de emancipação, que superem a lógica do recreativo e da prestação de apoios sociais; projectos que cruzem o social, a formação e a cultura, articulados com iniciativas e eventos locais de outras associações, autarquias e serviços públicos, apostando e promovendo o diálogo intergeracional e intercultural;
- A formação de dirigentes e sócios, equacionada no sentido de ultrapassar o discurso de dificuldades da associação ao nível instrumental (financeiro e de instalações). O desenvolvimento de competências deve estar baseado na consciência de que a formação cívico-cultural requer prática. Surge ainda como importante a qualificação do funcionamento (gestão de recursos, dinâmica de grupos, elaboração de projectos e relatórios, utilização de TIC, etc). Também nesta matéria a relação com a comunidade é essencial;
- A democratização interna, já que a democracia formal (assembleia geral, direcção, conselho fiscal) pode traduzir-se na reprodução de um sistema rígido, que bloqueia a energia e a vontade de participação na definição de destinos colectivos. Torna-se, assim, necessário introduzir mudanças, através da circulação de informação, consulta aos associados, criação de grupos de trabalho em função dos projectos, pela articulação/ colaboração regular entre os

²⁷ Estrutura criada por uma das entidades estudadas que pretende apoiar os netos dos associados enquanto estes participam em actividades.

vários órgãos sociais e pela valorização da assembleia-geral como espaço privilegiado de participação e não apenas como local para aprovação de relatórios, planos e orçamentos.

Perante os resultados já enunciados e procurando responder à pergunta de partida formulada, constatamos que as organizações sociais estudadas são geradoras de capital social e contribuem para o envelhecimento activo dos seus membros num território.

Foi, assim, identificado um dinamismo existente na população, especificamente na população idosa estudada, que se organiza em estruturas da sociedade civil. Ao nível da liderança, verifica-se a existência de um **capital simbólico** que as pessoas acumularam ao longo da vida e que se traduz na sua rede de influências e campo de acção, e um **capital de aptidões**, ao nível dos sócios, em que a sua dotação e os meios são angariados pelo indivíduo, através das experiências de vida, com particular destaque para a pertença associativa. Quer os líderes, quer os sócios, constroem, com a sua participação nas associações, um projecto de continuidade nas actividades que desenvolvem e nas relações sociais que mantêm.

A comunidade em si, como cenário de acção, também detém dinâmicas de capital social que influenciam os seus membros, podendo estes exercer uma influência recíproca na comunidade.

Para absorver este capital social existente na comunidade, as instituições têm necessariamente de se abrir aos sócios, às novas ideias e influências vindas de fora, sendo neste contexto importante intensificar o relacionamento com a administração local e com o sector empresarial.

Por outro lado, revela-se fundamental encontrar meios de captação de novos sócios, pela expectativa de um futuro mais interessante através do estímulo para a introdução de novos desafios na sua vida.

O entendimento das dificuldades inerentes ao modelo de família actual (famílias monoparentais, unipessoais, coexistência de várias gerações de idosos) apela a um novo modelo de organizações que considere estas transformações familiares no seu quadro de relacionamentos e respostas. As famílias parecem ter dificuldade em gerir as novas questões associadas ao envelhecimento, pelo que estudar formas de complementaridade com as associações pode ter justificação e interesse social.

Desta forma, surgem-nos algumas interrogações que poderão servir como base para investigações futuras: Como é que as organizações podem evoluir para acompanhar as dinâmicas do envelhecimento? Como encontrar continuidade de respostas às necessidades diversificadas dos idosos: criando novos serviços ou trabalhando em rede com outras organizações? Como poderão as organizações integrar sistematicamente na sua gestão um modelo de renovação do seu funcionamento e de novos sócios?

Por outro lado, mostra-se relevante equacionar o posicionamento autárquico perante a revitalização das organizações e a criação de redes entre as mesmas que possam potenciar o envelhecimento activo.

A acção autárquica poderá, do nosso ponto de vista, incidir sobre as questões mais instrumentais (coordenação e desenvolvimento de actividades conjuntas e criação integrada de infraestruturas), e também organizacionais, dando contributo e enquadrando o planeamento estratégico necessário a

uma gestão flexível perante necessidades em mutação acelerada. O estabelecimento de parcerias de formação à medida para os líderes destas organizações, que incluía tópicos como a cultura organizacional, o planeamento, a gestão de conflitos, o empreendedorismo, a motivação, e o envolvimento das empresas que no âmbito das suas políticas de responsabilidade social possam transferir conhecimentos nestas matérias, podem constituir áreas em que a mediação da autarquia se revele auxiliar a uma intervenção local com impacto no tecido e coesão social.

Bibliografia

- AAVV (1999), “Dossier Gerações e Idades da Vida” – *Revista Intervenção Social*, n.º 20. Lisboa: I.S.S.S. - Departamento Editorial.
- Albuquerque, Rosana (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade – Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia (policopiado). Lisboa: Universidade Aberta.
- Atchley, R.C. (1971), “Retirement and Leisure Participation: Continuity or Crisis?” – *The Gerontologist*, n.º 11, p. 13-17.
- Amaro, Fausto; Moura, Rui (2008), *Igualdade de Género no Trabalho: Situações Problema e Perspectivas de Futuro*. Lisboa: AEDES/ ISCSP.
- Amaro, Fausto (2006), *Introdução à Sociologia da Família*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- António, Stella (2007), *A Matrilinearidade das Relações Intergeracionais: A Perspectiva dos Netos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia (policopiado). Lisboa: ISCSP-UTL.
- Baron, Stephen; Field, John; Schuller, Tom (2000), *Social Capital – Critical Perspectives*. New York: Oxford University Press.
- Bilhim, João (2004), *Teoria Organizacional: Estruturas e Pessoas*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- Blanchard, K. Virando ao Contrário a Pirâmide Organizacional in: Hesselbein, F.; Goldsmith, M.; Beckhard, P. (2001). *O Líder do Futuro*. São Paulo: Editora Futura. Capítulo 8. pp. 99-106.
- Bouzas, Miguel Angel Mesa (2001), *O Que é o Voluntariado*. Editora Paulinas.
- Bourdieu, Pierre (1986), “The Forms of Capital” - *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood Press. pp. 96-111.
- Branco, Francisco (1998), *Municípios e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social.
- Burt, Ronald (1998), “The Gender of Social Capital” - *Rationality and Society* 10 (1). Pp. 5-46.
- Carmo, Hermano; Ferreira, Manuela Malheiro (2008), *Metodologia de Investigação: Guia para a AutoAprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, Hermano (2001), “Direitos Sociais para uma Sociedade Inclusiva, linhas mestras de um encontro” – *Cidade Solidária*, n.º 7, Ano IV. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Carrilho, Maria José, Gonçalves (2004), “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: Análise exploratória dos Resultados dos Censos 91 e 2001” – *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 36. Lisboa: INE.

Castells, Manuel (2007), **A Era da Informação: Economia e Cultura: A Sociedade em Rede**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Volume I, 3.ª edição.

Castro, Isabel (2006), “**Problemática Qualitativa e Quantitativa no Capital Social: Uma Exploração**” Working Paper n.º 3/2006. Lisboa: ISEG-UTL. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm> (data de acesso: 2 de Dezembro de 2009).

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (2008), **Estudo de Avaliação das Necessidades dos Seniores em Portugal**. Fundação Aga Khan Portugal.

CEIA e CMO (2004), **Diagnóstico Social do Concelho de Oeiras**.

Chiavenato, Idalberto (2000), **Introdução à Teoria Geral da Administração: Edição Compacta**. Rio de Janeiro: Campus.

CMO (2008), **Carta Social do Concelho de Oeiras – Relatório Interno**.

CMO (2005), **Plano de Desenvolvimento Social de Oeiras – Relatório Interno**.

CMO (2004), **Carta de Saúde do Concelho de Oeiras – Relatório Interno**.

Coelho, Sandra Lima (2008), **Participação Social e Associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção de Comércio Justo**. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Coleman, James (1994), **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press.

Coleman, James (1988), “Social Capital in the Creation of Human Capital” - **American Journal of Sociology**, volume 94, Issue Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure. Pp. 95-120.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2007), **Lisboa 2020 – Uma Estratégia para a Região de Lisboa**.

Correia, Sofia (2007), **Capital Social e Comunidade Cívica, o Circulo Virtuoso da Cidadania: Aplicação do Modelo de Putnam aos Residentes do Bairro de Caselas**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Coster, Michel de, Badwin-Legros, Bernadette (1998), **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Editorial Estampa.

Cowgill, D.O. (1974), “Aging and Modernization: A Revision of the Theory” – J.F. Gubrium (ed.), *Late Life* (p. 123-146. Springfield, IL: Charles C. Thomas

Direcção-Geral de Saúde (2004), **Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas**. Lisboa: Ministério da Saúde.

Direcção-Geral de Saúde (2004), **Plano Nacional de Saúde 2004 – 2010**. Lisboa: Ministério da Saúde.

- Dowd, J.J. (1975), "Aging as Exchange: A Preface to Theory" – *Journal of Gerontology*, n.º 30, p. 584-594.
- Drucker, P. Prefácio in: Hesselbein, F.; Goldsmith, M.; Beckhard, P. (2001). *O Líder do Futuro*. São Paulo: Editora Futura. Pp. 11-14.
- Drucker, Peter (1998), *A Profissão de Administrador*. São Paulo: Editora Pioneira.
- Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social** – Portugal 2008/2010.
- Fernandes, Ana Alexandre (2007), "Determinantes da Mortalidade e da Longevidade: Portugal numa perspectiva europeia" – **Análise Social**, Volume XLII (183). Pp.419-443.
- Fernandes, Ana Alexandre (2001), "Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social: Itinerário de Pesquisa em Torno do Aumento da Esperança de Vida" – **Sociologia, Problemas e Práticas** (n.º 36, Setembro). Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt> (data de acesso: 2 de Dezembro de 2009).
- Fernandes, Ana Alexandre (1997), **Velhice e Sociedade**. Oeiras: Celta Editores.
- Fernandes, Ernesto (2002), "O Associativismo no Tempo da Globalização: Voluntariado e Cidadania Democrática" – **Revista Intervenção Social**, n.º 25/26, Lisboa: ISSS.
- Fontes, Breno Augusto Souto-Maior (2008), "Capital Social e Terceiro Setor: Sobre a Estruturação das Redes Sociais em Associações Voluntária" – **Redes Sociais e Saúde**. Recife: UFPE. Pp. 24 a 39.
- France, H.; McDowell, C. (1982), **L'Entraide de les Personnes Agée: Modele de Counselling par les Pairs**. Ottawa: Santé Mentale au Canada.
- Fukuyama, Francis (2000), **A Grande Ruptura, a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Lisboa: Quetzal Editores.
- Fukuyama, Francis (1996), **Confiança: Valores Sociais e Criação de Prosperidade**. Lisboa: Gradiva.
- Fukuyama, Francis (1995), "Social Capital and Global Economy" – **Foreign Affairs** (vol. 74, n.º 5, Setembro e Outubro). Pp. 89-103.
- Garcia, Tomás Fernandez; Peláez, António López (2008), **Trabajo Social Comunitario: afrontando juntos los desafios del siglo XXI**. Madrid: Alianza Editorial.
- Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin (1998), **O Inquérito: Teoria e Prática**. Oeiras: Celta Editores.
- Giddens, Anthony (1997), **Sociology**. Cambridge: Polity Press.
- Grawitz, Madeleine (2001), **Méthodes des Sciences Sociales**. Paris: Dalloz.
- Gubrium, J.F. (1973), "The Myst of the Golden Years: A Socio-Environmental Theory of Aging". Springfield, IL: Charles C. Thomas.
- Guillemard, Anne-Marie (1972), "La retraite une morte sociale", Paris, La Haye.

- Higgins, Sílvio Salej (2003), **O Capital Social Está na Moda: Análise para sua Reconstrução Teórica**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política (policopiado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Instituto Nacional de Administração: Equipa Multidisciplinar de Investigação e Consultoria (2008), **Caracterização dos Padrões de Comportamentos de Saúde da População do Concelho de Oeiras – Relatório Final**. Oeiras: CMO.
- Instituto Nacional de Estatística (2008), **Estimativas Provisórias de População Residente, 2007 – Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios**. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2004), **Projecções de População Residente (2000-2050) – Portugal e NUTS II**. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2002), **Censos 2001 – Resultados Definitivos – XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação**. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (1999), **As gerações mais idosas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística – Gabinete de Estudos e Conjuntura. Série de Estudos, n.º 83.
- Joaquim, Isabel (2002), **O Associativismo como Factor Moderador no Isolamento do Idoso**. Seminário: Problemas da Juventude em Portugal, no âmbito de Dissertação de Mestrado em Sociologia (policopiado). Lisboa: ISCSP-UT.
- Kaye, L.W; Butter, S.S; Webster, N.M. (2003), “*Toward a productive ageing paradigm for geriatric practice*” - **Ageing International Spring**, 28(2), p. 200-213.
- Kawachi, I., Kennedy, B. P., Lochner, K., & Prothow-Stith, D. (1997), “Social capital, income inequality and mortality” - **American Journal of Public Health**, n.º 87, p. 1491–1498.
- Kinsella, Kevin; Phillips, David R (2005), “Global Ageing: The Challenge of Success” - **Population Reference Bureau**, Vol. 60, n.º1, March 2005, p.1-42. Disponível em: <http://www.prb.org> (data de acesso: 2 de Dezembro de 2009).
- Lin, Nan (2001), “Social Capital: A Theory of Social Structure and Action” - **Structural Analysis in the Social Sciences** (n.º 19). Cambridge: University Press.
- Lynott, Robert J.; Lynott, Patricia P. (1996), “Tracing the course of theoretical development in sociology of ageing” - **The Gerontologist**, Vol. 36, n.º 6, p.749-760.
- Machado, Gabriela (2007), **Instituir sem Institucionalizar: Contributo para a Permanência do Idoso no Domicílio**. Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana (policopiado). Lisboa: FCSH-UNL.
- Mondolfo, Philip (2005), **Conduire le Développement Social**. Paris: Dunod.
- Moreira, Carlos Diogo (1994), **Planeamento e Estratégias da Investigação Social**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Morin, Edgar (1981), **As grandes questões do nosso tempo**. Lisboa: Editorial Notícias.

- Mota Pinto, Anabela (2008), **Estudo do Perfil de Envelhecimento da População Portuguesa**. Lisboa: Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa/Universidade Nova de Lisboa.
- Naciones Unidas (2002), **Informe de la Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento**. Nova Iorque: Publicação Nações Unidas.
- Noce, Franco (2006), “A Importância dos Processos Psicossociais: Um Enfoque na Liderança” in: **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte e do Exercício**, Vol.0, p. 55-67.
- Novak, Joseph D.; Gowin, D. Bob (1999), **Aprender a Aprender**. Lisboa: Plátano Editora.
- Nowak, Jurgen (2001), “O Trabalho Social de Rede – A Aplicação das Redes Sociais no Trabalho Social” – Mouro, Helena; Simões, Dulce (coord.), **100 anos de Serviço Social**. Coimbra: Quarteto. Pp. 149-183.
- Osório, Augustin, Pinto, Fernando (2007), **As Pessoas Idosas: Contexto Social e Intervenção Educativa**. Lisboa: Instituto Piaget.
- Organização das Nações Unidas (2006), **World Population Prospects: The 2006 Revision**. United Nation Population Division.
- Organização Mundial de Saúde (2002), **Active Ageing: A Policy Framework**. Genebra: WHO.
- OCDE (2000), **Des Reformes pour une Société Vieillissante: Le Droit de Vieillir**. Edições Fayard.
- Palázon, F. (1995), Educación de Adultos e Tercera Edad. **Revista Interuniversitária de Pedagogia Social**, n.º 12, 83-103.
- Paúl, Constança (2005), “Envelhecimento Activo e Redes de Suporte Social” – **Envelhecer em Portugal**, Estudos **Psicologia, Saúde e Prevenção de Cuidados**. Lisboa: Climepsi.
- Phillips, Estelle, Pugh, D. S. (1998), **Como Preparar um Mestrado ou Doutoramento: Um Manual Prático para Estudantes e seus Orientadores**. Mem Martins: Lyon Edições.
- Pimentel, Luísa (2005), **O Lugar do Idoso na Família**. Coimbra: Editora Quarteto.
- Portes, Alejandro (2000), “Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea” – **Sociologia, Problemas e Práticas** (n.º 33, Setembro). Pp. 133-158.
- Portes, Alejandro (1999), **Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação**. Oeiras: Celta.
- Putnam, Robert (1996), “The Strange Disappearance of Civic America” - **The American Prospect** (vol. 7, n.º 24, Dezembro). Pp. 34-48.
- Putman, Robert (1993), **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press.
- Quaresma, Maria de Lourdes; Fernandes, Ana Alexandre; Calado, Dinah Ferreira; Pereira, Micael (2004). **O Sentido das Idades da Vida: Interrogar a Solidão e a Dependência**. Lisboa: CESDET – Cooperativa de Ensino Superior de Desenvolvimento Social, Económico e Tecnológico, CRL.

- Quinn, Robert (1996), **Deep Change: Discovering the Leader Within**. São Francisco: Jossey-Bass.
- Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc Van (2008), **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva.
- Relvas, Ana Paula (2004), **O Ciclo Vital da Família: Perspectiva Sistémica**. Porto: Editora Afrontamento.
- Roca, Joaquín Garcia (2002), “O Voluntariado na Sociedade de Bem-Estar” – **Intervenção Social**, Lisboa/ Beja: Instituto de Serviço Social. N.º 25/26, Novembro, pp. 85-100.
- Rodrigues, Fernanda, Stoer, Stephen R. (1993), **Ação Local e Mudança Social em Portugal**. Lisboa: Fim de Século.
- Rose, A.M. (1964), “A Current Theoretical Issue in Social Gerontology” – *The Gerontologist*, n.º 4, p. 46-50.
- Rozario, P.; Morrow-Howell, N.; Hinterlong, J. (2004), “*Role Enhancement or Role Strain: Assessing the Impact of the Multiple Productive Roles on Older Caregiver Wellbeing*” - **Research on Aging**, 26(4). Pp. 413-428.
- Sen, Amartya (1999). **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, Maria Luiza (2004), **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. Cortez Editora.
- Ulrich, D. Credibilidade X Competência in: Hesselbein, F.; Goldsmith, M.; Beckhard, P. (2001). **O Líder do Futuro**. São Paulo: Editora Futura. Capítulo 21. Pp. 213-222.
- Woolcock, Michael, *et al.* (2002), **Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (INQUESOC)**. Banco Mundial.
- Vale, Gláucia; Amâncio, Robson; Lauria, Maria Cristina (2006), “Capital Social e suas Implicações para o das Organizações” – **O&S** (vol. 13, n.º 36, Janeiro a Março). Pp.45-63.
- Vieira da Silva, José; Rebelo de Sousa, Marcelo; *et al.* (2008), **Empowerment: Capacitar para Participar**. Lisboa: Padrões Culturais Editora.

ANEXOS

Inquérito por questionário aos sócios

Este Inquérito por Questionário inscreve-se no âmbito de um projecto de Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Política Social e tem por objectivo estudar as organizações de apoio às pessoas idosas e o seu impacto junto dos seus associados.

Deste modo, e na qualidade de associado, solicito a sua colaboração na resposta às questões que se seguem.

Obrigada pela sua colaboração.

Caracterização da Entidade

1. Identificação²⁸

- Entidade A1
- Entidade B1
- Entidade C1

Razões da Pertença

2. Como teve conhecimento da existência da entidade de que é associado? 3. O que é que levou a associar-se à entidade?

- | | | | |
|-----------------------------|--------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|
| Familiares | <input type="checkbox"/> | Ocupação dos tempos livres | <input type="checkbox"/> |
| Meios de comunicação | <input type="checkbox"/> | Defesa pela causa da entidade | <input type="checkbox"/> |
| Amigos/colegas | <input type="checkbox"/> | Busca de novos interesses | <input type="checkbox"/> |
| Associação de moradores | <input type="checkbox"/> | Enriquecimento Pessoal | <input type="checkbox"/> |
| Cooperativa | <input type="checkbox"/> | Convívio com outras pessoas | <input type="checkbox"/> |
| Pertencia ao grupo fundador | <input type="checkbox"/> | Outra | <input type="checkbox"/> Qual? _____ |
| Outra | <input type="checkbox"/> Qual? _____ | | |

4. Há quanto tempo se associou?

- Menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- Mais de 20 anos

²⁸ No presente modelo de inquérito foi omitida a identificação das entidades, por motivos de confidencialidade, o que não se verificou no momento da sua aplicação.

Participação Cívica

5. Como é que avalia a sua participação na entidade onde está integrado?

- Líder
- Muito activo
- Relativamente activo
- Não participa
- Não sabe/ Não responde

6. Das actividades desenvolvidas pela organização, identifique aquelas em que mais participa:

- Actividades na área da dinâmica ocupacional (trabalhos manuais, grupos corais, teatro)
- Actividades na área social e de cidadania (festas, excursões, bailes e voluntariado)
- Actividades na área do desenvolvimento físico-psíquico (aulas de ginástica e estimulação cognitiva)
- Actividades na área formativa-cultural (cursos e conferências)
- Actividades de extensão cultural (Cursos de alfabetização e palestras)
- Outras Quais? _____

7. Quanto tempo por semana dedica / se ocupa na associação?

- Menos de 5 horas
- Entre 5 e 10 horas
- Entre 11 e 15 horas
- Mais de 15 horas

8. Para além desta entidade, é membro de outra associação?

- Sim
- Não Passar à pergunta 9

8.1. Indique qual ou quais:

- a. _____
- b. _____

8.2. A que fins se dedica (m) essa (s) associação (ões)?

- a. _____
- b. _____

Acesso à Informação

9. Na última semana com que frequência viu televisão?

- Todos os dias
- 4 a 6 dias
- 1 a 3 dias
- Nunca Passar à pergunta 12

9.1. Na última semana, assinale o tipo de programas que viu:

- Notícias
- Debate Político
- Programa sobre temas sociais
- Filmes
- Telenovelas
- Desporto
- Outros Quais? _____

10. Na última semana quantas vezes leu o jornal?

- Todos os dias
- 4 a 6 vezes
- 1 a 3 vezes
- Nunca Passar à pergunta 13

10.1. Que jornais leu?

10.2. Lê algum jornal local?

- Sim Qual? _____
- Não

11. Quais são para si as três fontes de informação mais importantes no que se refere à actuação do Governo?

- Parentes, amigos e vizinhos
- Boletins e Jornais locais
- Jornais nacionais
- Rádio
- Televisão
- Internet
- Associações
- Não sabe/ Não responde

Participação Política

12. É membro de algum partido político?

- Sim
- Não

13. Votou nas últimas eleições autárquicas?

- Sim
- Não

14. Votou nas últimas eleições legislativas?

- Sim
- Não

15. Com que frequência discute assuntos políticos?

- Frequentemente
- De vez em quando
- Raramente
- Nunca

16. De um modo geral, considera que os políticos merecem a sua confiança?

- Merecem toda a minha confiança
- Merecem a minha confiança
- Não merecem a minha confiança
- Nunca pensei no assunto
- Não sabe/ Não responde

17. Nos últimos 12 meses:

- Participou numa reunião política ou num grupo de discussão?
- Encontrou um político, telefonou-lhe ou enviou-lhe uma carta?
- Participou numa acção de protesto?
- Participou numa campanha eleitoral ou informativa?
- Alertou algum meio de comunicação para um problema local?
- Notificou a polícia ou outra autoridade para problemas na sua comunidade?

Impacto da integração na Associação

18. Classifique o impacto que a integração na associação teve nos seguintes aspectos da sua vida:

18.1. Estilo de Vida

- Melhorou bastante
- Melhorou
- Não melhorou nem piorou
- Piorou
- Não sabe/ Não responde

18.2. Relações Familiares

- Melhorou bastante
- Melhorou
- Não melhorou nem piorou
- Piorou
- Não sabe/ Não responde

18.3. Autonomia para as actividades da vida diária

- Melhorou bastante
- Melhorou
- Não melhorou nem piorou
- Piorou
- Não sabe/ Não responde

18.4. Acesso a recursos sociais e de lazer

- Melhorou bastante
- Melhorou
- Não melhorou nem piorou
- Piorou
- Não sabe/ Não responde

18.5. Condições de Saúde

- Melhorou bastante
- Melhorou
- Não melhorou nem piorou
- Piorou
- Não sabe/ Não responde

18.6. Sentimento de segurança pessoal

- Melhorou bastante
- Melhorou
- Não melhorou nem piorou
- Piorou
- Não sabe/ Não responde

18.7. Exercício de cidadania e de liberdade

- Melhorou bastante
- Melhorou
- Não melhorou nem piorou
- Piorou
- Não sabe/ Não responde

19. De um modo geral, na sua opinião, na entidade:

	Discordo completamente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Plenamente
São desenvolvidas actividades estimulantes (intelectual e fisicamente) que apelem à criatividade e à imaginação					
São reforçados os laços sociais e comunitários					
São promovidas as relações intergeracionais					
São reconhecidas e valorizadas as potencialidades e habilidades dos utentes					
São respeitadas as limitações e fragilidades dos utentes					
É fácil aceder a uma função de dirigente nesta associação/instituição					

20. Posicione-se perante as seguintes afirmações:

	Discordo completamente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente
Tenho confiança na direcção da entidade.					
Tenho confiança nos restantes sócios.					
Sinto um compromisso para com a organização.					
Sinto um maior compromisso com a comunidade deste que estou na organização.					
Sinto mais satisfação com a minha vida deste que estou integrado na organização.					

21. É dada ajuda pela direcção à construção de projectos propostos pelos sócios?

Sim De que modo? (Exemplifique)

Não

22. Na sua opinião qual o impacto que o seu papel na associação representa para a melhoria das condições de vida da sua comunidade?

Um grande impacto

Um pequeno impacto

Nenhum impacto

Não sabe/ Não responde

23. Relativamente à sua vida em geral, como é que se sente?

Muito satisfeito

Razoavelmente satisfeito

Não muito satisfeito

Totalmente insatisfeito

Para terminar, apenas algumas perguntas sobre si e a sua família:

Sexo:

Masculino

Feminino

Idade: |__|__|

Estado civil:

Solteiro

Casado/Junto

Separado/Divorciado

Viúvo

Habilitações literárias:

Inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico (4.ª classe)

1.º Ciclo do Ensino Básico

2.º ou 3.º Ciclos do Ensino Básico

Ensino Secundário

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Religião:

Católica

Outra. Qual? _____

Não tem religião

Com quem vive?

Profissão/ocupação:

Rendimentos mensais do Agregado Familiar:

Até 300€

Entre 301€ e 500€

Entre 501€ e 1.000 €

Entre 1.001€ e 1.500€

Mais de 1.500€

Comentários e observações:

Obrigada pela sua colaboração!

Guião de Entrevista aos dirigentes

Esta entrevista inscreve-se no âmbito de um projecto de Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Política Social e tem por objectivo estudar as organizações de apoio às pessoas idosas e o seu impacto junto dos seus associados.

Deste modo, e na qualidade de dirigente de uma instituição, solicito a sua colaboração na resposta às questões que lhe colocarei.

Obrigada pela sua colaboração.

Questões:

A. Motivações para constituição ou ingresso numa organização

História e percurso pessoal

Perfil

Expectativas

Filiação (presidência ou associativa)

Razões para a constituição ou ingresso na organização como dirigente

B. Efeitos/ Impactos do cargo que assume

Efeitos pessoais deste desafio (exemplo: alargamento das redes sociais)

C. Cargo assumido

- Ser o dirigente máximo desta Instituição é interessante?
- Em que consiste a sua função actual e quais os problemas que ela apresenta?
- Relação com os outros dirigentes?
- Como é dividido o trabalho?
- O que espera dos outros elementos que pertencem aos corpos sociais da sua organização?
- Que tipo de relação mantém com outras organizações (Administração Central, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, outras organizações)?

D. Características da organização

Como define a missão da organização?

Forma de agregação/ constituição

Indique quais as principais actividades desenvolvidas pela organização:

- Actividades na área da dinâmica ocupacional (trabalhos manuais, grupos corais, teatro)
- Actividades na área social e de cidadania (festas, excursões, bailes e voluntariado)
- Actividades na área do desenvolvimento físico-psíquico (aulas de ginástica e estimulação cognitiva)
- Actividades na área formativa-cultural (cursos e conferências)
- Actividades de extensão cultural (Cursos de alfabetização e palestras)

Têm algum sistema implementado que permita avaliar os resultados alcançados?

Não

Sim Qual? _____

A organização tem algum tipo de certificação?

Não

Sim Qual? _____

Existência de medidas que permitam a integração na instituição de indivíduos com dificuldades económicas ou outras (deficiência)?

Não

Sim Qual? _____

Existência de mecanismos específicos para promover a participação dos trabalhadores?

Não

Sim Qual? _____

Há medidas específicas para assegurar o cumprimento cívico dos sócios?

Não

Sim Quais? _____

Há mecanismos de auscultação sobre a qualidade dos serviços e produtos da organização?

Não

Sim Quais? _____

Há medidas de promoção da relação de proximidade entre a organização e comunidade envolvente?

Não

Sim Quais? _____

Há mecanismos de auscultação permanente das necessidades da comunidade e de procura de soluções?

Não

Sim Quais? _____

Existe investimento em projectos sociais de interesse comunitário?

Não

Sim Quais? _____

A organização promove o trabalho em parceria com outras entidades?

Não

Sim Que tipo de trabalho? _____

A organização participa activamente em redes de partilha de soluções e práticas inovadoras?

Não

Sim Quais? _____

A organização tem mecanismos para manter ou angariar/diversificar as fontes de financiamento?

Não

Sim Quais? _____

A organização utiliza mecanismos para mobilizar os actores locais para o desenvolvimento dos seus projectos?

Não

Sim Quais? _____

Existem sistemas de informação/comunicação interna com recurso a novas tecnologias?

Não

Sim Quais?

Em termos de responsabilização dos sócios, existem mecanismos facilitadores da sua participação nas orientações estratégicas, na gestão, nas decisões do dia-a-dia?

Não

Sim Quais?

A organização utiliza mecanismos facilitadores de acções de cooperação e partilha interna?

Não

Sim Quais?

Como é que vê o futuro da organização?

Novas actividades Discrimine _____

Ampliação de instalações (ou novas)

Discrimine _____

Aumento do número de associados

Discrimine _____

Outros aspectos Quais? _____

E. Dados de caracterização pessoal

Idade

Sexo

Estrutura familiar

Habilitações literárias

Competências profissionais

Freguesia de Residência

Religião (expresso ou declarado na missão)

Rede de relações sociais actuais (conhecimento pessoal de representantes de entidades locais)

Obrigada pela sua colaboração!

Entrevista e Análise de Planos e Relatórios de Actividades- Resultados

Tipologia da Organização	Actividades de Lazer e Convívio		Ensino e Conhecimento			Voluntariado e Apoio Psicossocial
Identificação da Organização	A2	A1	B1	B3	B2	C1
<p>Dados de caracterização pessoal Idade Sexo Estrutura familiar Habilitações literárias Competências profissionais Freguesia de Residência Religião (expresso ou declarado na missão)</p>	<p>82 anos; Feminino; Viúva há 20 anos, com 1 filho casado (o filho encontra-se desempregado, era fiel de armazém, e a nora é vendedora em 2 bancas do mercado), 2 netos casados (um é engenheiro informático, casado com uma advogada, o outro é inspector de vendas) e 1 bisneto de 7 anos; Reformada (era vendedora de frutas e legumes no Mercado Municipal de Algés); Residente em Algés; Católica.</p>	<p>64 anos; Masculino; Casado, com 2 filhos (um é electricista e o outro trabalha num armazém de papel) e três netos, com quem mantém a mesma proximidade que antes de participar na União; Reside em Aqualva, no Cacém; 4.ª Classe; Começou a trabalhar aos 13 anos, numa mercearia. Aos 23 anos ingressou na TAP, como Fiel de Armazém, onde trabalhou 34 anos. Aos 57 anos foi demitido e aos 59 anos reformou-se; Católico não praticante; Simpatizante do PS.</p>	<p>71 anos; Feminino; Casada (o marido tem 73 anos, foi Professor de História, Director e Gestor de 3 colégios privado, encontra-se actualmente reformado), com 2 filhos (um deles é Arquitecto e casado e o outro é gestor e divorciado) e 6 netos (entre os 3 e os 16 anos); Reside na freguesia de Oeiras e São Julião da Barra; Tem Mestrado em Ciências Históricas; Professora de História reformada; Agnóstica, não tem filiação partidária, mas tem simpatia pelo socialismo humanista; Pertence ao “Espaço e Memória” desde a sua fundação.</p>	<p>66 anos; Feminino; Viúva há 17 anos, o marido era jornalista, tem 2 filhos solteiros (um filho de 27 anos, Engenheiro Informático, e uma filha, licenciada em Comunicação Social, que trabalha na RTP, inicialmente na China e agora no Funchal). Reside com a mãe, de 98 anos; Reformada, com licenciatura em História, fez muita formação em áreas pedagógicas; Reside em Algés; É católica; Não tem filiação partidária.</p>	<p>54 anos; Feminino; Casada (o marido é licenciado em Filosofia e tem 2 mestrados ligados à Psicologia, pela Universidade Católica), com 2 filhos (1 filho casado, com 33 anos, advogado, outro filho, solteiros, com 24 anos, licenciado em Marketing e Publicidade) e 1 neto com 7 anos; Licenciada em Filologia Românica pela Universidade Clássica, tem Pós-graduação e, Literaturas Comparadas em Português e Francês, pela Universidade Nova de Lisboa; A Direcção é de inspiração cristã, sem filiação partidária. A questão religiosa não consta da missão da entidade.</p>	<p>68 anos; Feminino; Divorciada, com 1 filho (com 38 anos); Tem bacharelato em Química e especializações em psicooncologia, resolução de conflitos e utilização de terapias (música e arte); Tem efectuado cursos e formações à medida das funções que tem ocupado. Fez um curso de Maqueira na CVP, necessário às funções que desenvolvia nos Bombeiros; Tirou, ainda, o Curso de Psicologia na Universidade da 3.ª Idade e Universidade de Psicologia e Ciências da Educação; Foi assistente de investigação científica na área da bioquímica no Instituto Gulbenkian de Ciência, durante 30 anos; Ficou em situação de pré-reforma aos 57 anos e aos 58 anos perde os “seus dois amores” — o trabalho e a política; O Filho reside nos EUA há 10 anos. Reside actualmente em Paço de Arcos (nasceu e sempre viveu em Paço de Arcos).</p>

<p>Motivações para constituição ou ingresso numa organização História e percurso pessoal Perfil Expectativas Filiação (presidência ou associativa) Razões para a constituição ou ingresso na organização como dirigente</p>	<p>Assumiu a função de Presidente há 2 anos e é sócia desde o início do funcionamento da instituição; Nunca teve funções directivas, antes trabalhava como independente;</p>	<p>Ocupar os tempos livres n situação de inactividade profissional, pelo que não pretende recandidatar-se e apenas será voluntário até aos 65 anos; Como funções directivas, antes de ser presidente da entidade, pertenceu aos órgãos sociais de uma associação sediada em Lisboa, o Clube Desportivo “Os Lusíadas”, que tinha intervenção junto de crianças e jovens, nas áreas do desporto e da exclusão social; O desempenho da função de Presidente tem correspondido às suas expectativas.</p>	<p>É Presidente em regime de voluntariado; Foi, a partir de 1998, e durante 2 anos professora da entidade e ministrou a disciplina de História; Apresentou uma lista, quando a anterior presidente, e única presidente até à data, numa reunião apresentou numa reunião uma carta aberta aos sócios, decidindo não ter condições para continuar; Fez 2 mandatos no anterior modelo (Academia Cultural para a 3.ª Idade) e mais 1 na constituição actual; Ao longo da sua vida profissional exerceu todas as funções inerentes à situação de professora: orientação de estágios, participação no Conselho Directivo (vogal do Conselho Pedagógico, Delegada de Disciplina e representante de grupo); Em situação de reforma há 4anos (após 38 anos de serviço), decidiu colaborar com a academia em regime de voluntariado; O seu trabalho tem correspondido às expectativas, uma vez que gosta de desafios, e era necessário fazer mudanças, informatizar, alargar o âmbito, estabelecer critérios de novos procedimentos, etc.</p>	<p>Sempre sente mais retribuição, recebendo mais do que aquilo que dá. Sente um grande equilíbrio em termos de saúde; Sempre esteve ligada ao apoio social; Foi fundadora e assumiu a presidência da Nova Atena desde a sua fundação, em 18 de Abril de 2008; Licenciada em História, decidiu ser freira na final do curso, esteve ligada a um Instituto religioso e esteve na Direcção do Colégio do Sagrado Coração de Maria durante 7 anos. Considerou que se deveria dar mais apoio aos desfavorecidos e como a frequência no Colégio era cara, fez um estudo para baixar as mensalidades e assim abranger outros grupos de rendimento. Encontrou obstáculos na Associação de Pais, que impediu que as mensalidades fossem reduzidas e a frequência no Colégio generalizada a outros grupos sociais; Concorreu, assim, para a escola oficial, tendo sido colocada na Escola Secundária Marquês de Pombal, ficando logo na Direcção como Vogal com o pelouro dos alunos (cargo que manteve durante 11 anos). Era uma escola difícil, com 6.000 alunos, orgulhando-se de ter participado em algumas mudanças verificadas e que tiveram um impacto positivo na escola, como o projecto de educação sexual, a criação de um gabinete de apoio</p>	<p>Membro fundador da entidade, tem exercido a função de Presidente desde o início, está no 2.º mandato; Há 34 anos que é professora titular do ensino secundário (Escola Secundária Pedro V); Desempenha também funções como docente no Instituto Superior de Educação e Ciências, nas disciplinas de Metodologia das Línguas e Didáctica do Português; Durante 25 anos foi Chefe da Equipa Técnica do Colégio Mira Rio, no Restelo, em regime de acumulação; É autarca há 8 anos pelo PSD. No 1.º mandato foi a substituta legal do Presidente da JF de São Domingos de Benfica, com os pelouros da Educação, Cultura e Turismo. No 2.º mandato, que está em curso, tem as funções de secretária com os pelouros da Educação, Cultura, Turismo e Rede Social; Foi eleita pela Rede Tripartida, constituída pela CM de Lisboa, pela SCML e pelo Ministério do Emprego e Segurança Social, como membro da Comissão do Envelhecimento, como representante da Cultura; É presidente da Federação das Universidades e Academias da 3.ª Idade, desde 1997; Presidente da Universidade de Lisboa para a 3.ª Idade (ULTI), com 800 alunos e</p>	<p>Em 1995 foi vogal para as áreas da Infância e 3.ª Idade das J.F. Paço de Arcos; Foi, ainda, Deputada da Assembleia Municipal; Fez 2 mandatos como Vereadora no executivo da CMO. No 1.º mandato com os pelouros dos Centros Históricos e Património e no 2.º mandato com a área do ambiente. Esteve na CMO até finais de 1999; Foi presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros de Paço de Arcos durante 3 anos, sendo actualmente presidente da Mesa da Assembleia-geral desta associação; Em 1999 iniciou a sua colaboração com o CSP do Cristo Rei de Algés, como vice-presidente, e acompanhando o realojamento das famílias do Bairro da Pedreira dos Húngaros e transferência dos equipamentos sociais desta instituição que funcionavam no Bairro para o empreendimento municipal do Moinho das Rolas na freguesia de Porto Salvo; É vice-presidente da Fundação Marquês de Pombal desde 2001, cargo não remunerado, em que desenvolve trabalho na área social, coordenando o funcionamento de uma Ludoteca; É voluntária na CVP, nos hospitais, desde 2001, trabalhando com amputados na Medicina Física e oncologia; Pertence ao Conselho Paroquial da paróquia de Paço de Arcos; É professora na Universidade</p>
--	--	--	---	---	---	--

				<p>aos jovens, um programa de participação democrática, dando vida às estruturas da escola e procurando-se que os alunos fossem mais interventivos, diminuindo as situações de violência na escola; Teve, ainda, funções de coordenadora dos professores, directora de turma, preocupando-se sempre com a formação dos professores; Passou para a Escola Secundária de Miraflores, onde assumiu, também, a função de coordenadora dos Directores de Turma e, depois, passou para o Conselho Directivo, também como vogal dos alunos, cargo que manteve durante 19/20 anos e onde esteve até à aposentação. Recusou ser Presidente quando lhe foi proposto; Foi Coordenadora do Centro de Reflexão Cristã (nos anos 80), onde acompanhou a edição de livros, a realização de seminários e cursos de formação); Esteve na Paróquia do Cristo Rei de Algés, na preparação de pais e padrinhos para o baptismo; Esteve ligada ao Movimento de Jovens “Shalom” e a um grupo de famílias do Sagrado Coração de Maria; Esteve na Direcção da Associação Comunidade “Vida e Paz”, como secretária (durante 2 anos), desenvolvendo trabalho junto da população sem abrigo; Agora está dedicada a esta entidade, não se candidatou à</p>	<p>ocupando 5 edifícios; Presidente da Universidade da Amadora para a 3.ª Idade, com 250 alunos; Presidente da Universidade Sénior dos Anjos (USENA), com apoios da JF dos Anjos; Como razões para constituição desta entidade, aponta que tinha terminado o mandato como presidente da ULTI (que retomou mais tarde) e conhecia a zona de Algés e verificava que haviam muitos idosos desocupados nos jardins.</p>	<p>Internacional da 3.ª Idade, onde recebe formação em Joalheria; Faz parte do Conselho Geral Transitório da EB 2,3 Joaquim de Barros, como membro da comunidade; Começou por ser membro da Comissão Instaladora da Delegação de Oeiras desta entidade e desde a sua constituição assumiu a função de vice-presidente, sendo actualmente (desde há 1 ano e meio) a Presidente, onde desenvolve a valência dos Idosos; Como motivação para o ingresso salienta o conhecimento do meio envolvente e das suas carências, nomeadamente, na área da solidão; Conhecia, ainda, os possíveis utentes e as freguesias.</p>
--	--	--	--	--	---	--

				<p>presidência, mas acabou por aceitar, considera que a sua motivação não é a liderança, mas a dedicação às causas da associação, com as quais tem procurado trabalhar; Esteve, ainda, ligada à entidade B2, custou-lhe a situação de reforma, não quis ir para o “vazio” e inscreveu-se como voluntária na área de História da Arte (só para se ocupar). Considera que a entidade B2 não funcionava bem, não estava bem estruturada, havia que pensar noutro modelo, em que as pessoas fossem e se sentissem mais úteis, e assim surgiu a ideia de constituir outra associação; Foi empurrada pelos seus alunos e em contactos com a JF foi possibilitada a cedência de espaço no Quartel de Linda-a-Velha. Fizeram uma reunião para constituir o grupo de sócios fundadores (92 pessoas), logo esta 1.ª reunião foi festiva e bonita.</p>		
--	--	--	--	---	--	--

<p>Efeitos/ Impactos do cargo que assume Efeitos pessoais deste desafio (exemplo: alargamento das redes sociais)</p>	<p>Como efeito relevante da sua função de Presidente aponta o facto de terem aumentado os “inimigos”, uma vez que existem alguns conflitos com os sócios (mas não com os elementos dos Corpos Sociais da União); Conhece pessoalmente os representantes das principais entidades locais.</p>	<p>Sente que alargou a sua rede de conhecimentos, conhecendo pessoalmente os Presidentes de diversas entidades locais (por exemplo, CMO, JF Barcarena e Colectividades); Recebe mais convites e está presente em vários eventos, uma vez que representa a União, mas esta não é uma função muito do seu agrado.</p>	<p>Considera ter um bom relacionamento com as outras entidades locais, conhece bem os dirigentes das outras associações, alguns já eram seus amigos e colegas; Desde que preside à entidade alargou os seus contactos sociais, mas sempre teve muitas ligações sociais, considerando ter muita vocação para conviver (com os serviços da CMO, Ministérios, etc.).</p>	<p>Como impacto positivo da sua função de Presidente, aponta para o alargamento da sua rede de contactos, nomeadamente, com os presidentes de outras entidades; Tem-se sentido realizada; O conjunto da entidade as transmite uma esperança e u gosto pela vida que antes não tinham. Melhor auto-estima dos sócios desenvolveu mais qualidade de vida numa altura em que há rupturas profissionais ou familiares. Permite, ainda, momentos de fuga das dificuldades várias da vida.</p>	<p>Considera que a suas funções de Presidente da entidade tem tido um impacto muito positivo e constitui o preenchimento do vazio e da solidão numa fase de ruptura com o mundo do trabalho, um pretexto para recordar o que se aprendeu. São instituições de “inclusão social”; Ganham-se protagonismos que não se tinham, descobrem o seu valor positivo, que os sonhos ainda estão por realizar. A importância das leituras, idas aos museus, revigorar a História, a descoberta de potencialidades antes vedadas (pintar, cantar, recitar); A integração num modelo democrático, não há discriminação cultural ou económica (por exemplo, uma professora catedrática ao lado de um utente sem escolarização); Sente-se cansada com a função da presidência, o que a motiva mais nesta fase é a possibilidade de evangelizar, a vertente da acção social, elevar a pessoa humana, elevar o nível cultural do País, prevenir a doença através da cultura.</p>	
---	--	---	---	--	---	--

<p>Cargo assumido Ser o dirigente máximo desta Instituição é interessante? Em que consiste a sua função actual e quais os problemas que ela apresenta? Relação com os outros dirigentes? Como é dividido o trabalho? O que espera dos outros elementos que pertencem aos corpos sociais da sua organização? Que tipo de relação mantém com outras organizações (Administração Central, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, outras organizações)?</p>	<p>Há críticas à actividade e ao funcionamento da associação, mas ninguém “aparece para trabalhar”; Considera que está, conjuntamente com o Secretário da União, muito sobrecarregada, sendo os únicos que estão diariamente na instituição;</p>	<p>Aprende muito com esta função, nomeadamente, a lidar com as pessoas mais velhas, a “ouvi-las”, apesar de considerar que muitas vezes não têm razão para as suas queixas; Já tem vivenciado algumas situações de conflito (2 sócios já foram expulsos e alguns suspensos da frequência das actividades) após decisão da Assembleia-geral e para evitar que tragam má imagem à instituição; Como funções que lhe são específicas indica a orientação das actividades gerais e a responsabilidade pelas aquisições; As funções dos restantes elementos da Direcção não estão claramente definidas (existe apenas uma escala de rotatividade no Serviço de Bar); As decisões são sempre tomadas em conjunto nas reuniões de Direcção; Considera que a Direcção se tem mantido coesa e com um bom ambiente (estabilidade na Direcção); Considera que existem boas relações com as outras instituições.</p>	<p>Considera ter agora menos tempo para a família, procurando encontrar formas de compensação e tem sentido mais dificuldade em reencontrar os amigos; Tem 4 horas diárias de ocupação na entidade; Considera que apesar da colaboração que lhe é prestada se sente muito despojada e com excesso de trabalho; Como funções específicas da sua função de Presidente indica a representação da Universidade, a gestão das instalações e recursos e o funcionamento geral; Toma decisões, excepto ao nível económico; Considera que se tem verificado um grande crescimento, o que requer uma óptica mais empresarial (com mais espaços e mais funcionários).</p>	<p>O cargo é interessante, mencionando, no entanto, algumas dificuldades nas relações inter-pessoais na Direcção (só com 1 elemento). Tem feito grandes esforços para manter a coesão dos elementos da Direcção. A situação agora está resolvida, pela demissão desse elemento; As áreas de responsabilidade dos elementos da Direcção são: Secretaria, Instalações, Tesouraria, Área Pedagógica e Área Sócio-cultural; Como funções que lhe são exclusivas indica: a representação da associação, a coordenação de reuniões, a relação directa com os professores; As funções estão definidas e repartidas com os outros elementos da Direcção.</p>	<p>Como principais problemas refere a falta de espaço que traz a desmotivação de alguns professores, que começam a faltar, ocasionando incómodos com os utentes; Refere ter um bom relacionamento com os outros dirigentes; As funções estão bem distribuídas; Na sua responsabilidade está a coordenação e representação da entidade; A repartição de funções é a seguinte: 1 elemento na secretaria, 1 elemento na Direcção Artística, 1 elemento na coordenação de actividades de Linda-a-Velha e 1 elemento no atendimento a professores e utentes e na contabilidade; Refere que existe uma boa cooperação com os serviços locais.</p>	<p>Como características pessoais que a fazem gostar deste tipo de trabalho salienta o facto de “ser uma mulher apaixonada”; Conhece pessoalmente os Presidentes das várias entidades e serviços locais; Considera que a área de trabalho junto do Idoso é difícil, é necessário compreender, ser humilde, contrariar os preconceitos: O idoso não tem futuro, o idoso é feio, o idoso é repetitivo. Há que apoiar o idoso, reforçando a sua auto-estima, valorizando o seu cognitivo, procurando que seja independente até mais tarde. A busca da felicidade deve ser até ao fim. A associação faz trabalho a este nível, traz alterações ao nível psicológico; A associação não tem funcionários, a sua responsabilidade é a de orientar as reuniões, dar cumprimento aos regulamentos e pilares da actividade e garantir a representatividade da associação; A associação está representada em 3 Comissões Sociais de Freguesia, através de outros elementos da Direcção; Como outras funções específicas da Presidente, salienta: a atribuição de utentes aos voluntários, faz as primeiras visitas aos utentes e as entrevistas iniciais aos voluntários;</p>
--	--	--	---	--	---	---

						<p>Considera que existe uma boa repartição de funções e que tem uma boa relação com os outros dirigentes. Mantém boas relações (de colaboração e amizade) com os outros dirigentes, voluntários e utentes;</p> <p>Refere, ainda, que tem havido rotatividade nos cargos de Direcção;</p> <p>Tem-se verificado uma resposta positiva por parte de restaurantes, farmácias, hotéis e na generalidade de toda a comunidade.</p>
--	--	--	--	--	--	--

<p>Características da organização Missão da organização Forma de agregação/ constituição Principais actividades desenvolvidas pela organização Avaliação dos resultados alcançados Certificação Existência de medidas que permitam a integração na instituição de indivíduos com dificuldades económicas ou outras (deficiência) Existência de mecanismos específicos para promover a participação dos trabalhadores Medidas específicas para assegurar o cumprimento cívico dos sócios Mecanismos de auscultação sobre a qualidade dos serviços e produtos da organização Medidas de promoção da relação de proximidade entre a organização e comunidade envolvente Mecanismos de auscultação das necessidades da comunidade e de procura de soluções Investimento em projectos sociais de interesse comunitário Trabalho em parceria com outras entidades Participação em redes de partilha de soluções e práticas inovadoras Mecanismos para manter ou</p>	<p>Não têm certificação; Os sócios apresentam as suas reclamações ou propostas directamente; Têm uma reunião mensal para recolha de ideias, necessidades e destinos dos passeios; Atendem alguns sócios com dificuldades financeiras, mas não têm um esquema organizado de apoio social; O Centro não tem condições de acessibilidade (só para utilizadores de canadianas); Já participaram em eventos da Freguesia (já tiveram Grupo de Teatro e Grupos Corais, que actualmente não se encontram em funcionamento); Não têm protocolos, nem pertencem a redes nacionais, mas fazem parte da Comissão Social da Freguesia de Algés; Têm procurado apoios da Junta de Freguesia, mas sem resultados; Nunca contactaram empresas para a obtenção de apoios; Os problemas sociais são apresentados e discutidos com os sócios nas reuniões; Não utilizam as novas tecnologias, comunicam com os sócios através da realização de uma reunião mensal (na qual participam cerca de 50 sócios, dos 190 existentes); Os sócios não se envolvem nas decisões da associação;</p>	<p>A tipologia das actividades desenvolvidas insere-se na área social e da cidadania; Prestam apoio social a sócios com dificuldades económicas (verba anual de cerca de 300€, para, por exemplo, a compra de medicamentos) e são, ainda, emprestadas gratuitamente ajudas técnicas (2 canadianas e 1 cadeira de rodas) a sócios portadores de deficiência; Alguns sócios têm alguma dependência (deslocam-se em cadeiras de rodas ou canadianas); A qualidade dos serviços é aferida nas reuniões da Assembleia-geral; Não estão certificados; Os sócios participam pouco (muitas críticas e poucas ideias construtivas); Há equilíbrio de género tanto nos órgãos directivos como na frequência (5 senhoras na Direcção); Têm apelado à participação dos sócios nas actividades locais, nomeadamente: Convite para actividades desportivas (caminhadas); desafio nas reuniões para apresentação de propostas de programas; Jogos Tradicionais; Campeonatos de Cartas Inter-sócios. Apenas a Caminhada proposta para este ano teve muita adesão; Já tentaram desenvolver muitas</p>	<p>A entidade iniciou o seu funcionamento em Março de 1994, por iniciativa de um grupo feminino de municípios; Teve apoios iniciais da CMO e da JF de Oeiras; No ano lectivo de 2009/2010 tem 123 disciplinas; Tem 548 elementos distribuídos pelos órgãos sociais, professores (não remunerados e sócios). Tem 3 elementos remunerados (limpeza, contabilidade e apoio administrativo); Não têm ninguém na área do Marketing, mas as contas estão equilibradas; Para além dos subsídios anuais da CMO e da JFO têm os seguintes pagamentos: jóia — 45€ e inscrição anual — 135€; Como forma de avaliação do trabalho alguns professores fazem questionários que são de aplicação facultativa; Sobre a avaliação do trabalho, este ano, aplicaram um inquérito de satisfação aos utentes; Pertencem à rede RUTIS (Rede de Universidades da 3.ª Idade), com sede em Almeirim, pagando 55€ de quota anual desde a sua fundação; Participam em redes para promover o intercâmbio de informação. Os contactos com outras universidades são</p>	<p>A sua missão é a de inclusão social; O que agrega os sócios é o facto de estarem sós e desocupados; Une-os a cultura e o convívio, considerando-se que a área da cultura é muito aglutinadora; Desenvolvem actividades nas seguintes áreas: dinâmica ocupacional (trabalho manuais, grupos corais, teatro); social de cidadania (festas, excursões, baile voluntariado); do desenvolvimento físico-psíquico (aulas de ginástica e estimulação cognitiva); formativa-cultural (cursos e conferências); e, de extensão cultural (Cursos de alfabetização e palestras); Não foi ainda feita uma avaliação global das actividades, uma vez que se trata de uma associação de constituição muito recente. Avaliam, no entanto, as actividades pontuais com uma grelha própria (por exemplo, visitas de estudo); Não estão certificados; O apoio a sócios com dificuldades de mobilidade existe, mas ainda não foi operacionalizado, porque ainda não se encontram em instalações definitivas Existirá um professor de apoio às deslocações de alunos com dificuldades de mobilidade; O apoio social existe no acesso aos serviços por dificuldades financeiras; No tocante ao fomento à participação dos sócios, são feitas solicitações gerais para a</p>	<p>Como papel mais relevante da entidade destaca a inclusão social e a dignificação das pessoas idosas ou inactivas. Tratam-se de pessoas muito exigentes e bem preparadas actualmente, muitas exerceram cargos de chefia na sua vida profissional; A entidade funciona num sector do Palácio Ribamar em Algés (Computadores, Línguas, Psicologia e outras disciplinas), mas utiliza espaços na Igreja do Cristo Rei de Algés (Tuna, Coro, Jograis e Cavaquinhos), no Palácio dos Aciprestes/ FMP (espectáculos mensais de jograis), na Igreja de Linda-a-Velha (Técnicas de Pintura, Teatro e Jograis) e no Sport Algés e Dafundo (Danças de Salão e Ginástica); Desenvolvem actividades nas seguintes áreas: dinâmica ocupacional (trabalhos manuais, grupos corais, teatro); social e de cidadania (festas, excursões, bailes e voluntariado); do desenvolvimento físico-psíquico (aulas de ginástica e estimulação cognitiva); formativa-cultural (cursos e conferências); e, de extensão cultural (Cursos de alfabetização e palestras); A avaliação é feita nas</p>	<p>A entidade tem, desde 2003, uma Comissão Instaladora no Concelho de Oeiras para a constituição de uma Delegação. O convite surgiu da própria Autarquia para complemento de serviços já existentes; As actividades principais são desenvolvidas na área social e de cidadania, assim como actividades na área formativa-cultural; Sobre a razão de ser da agregação de voluntários, foi referido que se trata de um grupo já constituído, simpático, as pessoas residem perto das actividades e muitos dos voluntários também vivenciaram o problema da solidão; Têm um sistema implementado de avaliação dos resultados, através da avaliação trimestral do trabalho de cada voluntário e acompanhamento na reunião mensal. Nas avaliações trimestrais do trabalho são apresentadas propostas de correcção, que vão tendo reflexo na qualidade do trabalho através da Rede Social; Não têm certificação; Não há medidas específicas para integração de indivíduos com dificuldades económicas ou com deficiência, mas integram, tanto no grupo de voluntários como no de utentes, pessoas que se deslocam em cadeira de rodas; Alargou o contacto com outras</p>
--	--	--	--	--	---	---

<p>angariar/ diversificar as fontes de financiamento Mecanismos para mobilizar os actores locais para o desenvolvimento dos seus projectos Existência de sistemas de informação/ comunicação interna com recurso a novas tecnologias Existência de mecanismos facilitadores da sua participação nas orientações estratégicas Mecanismos facilitadores de acções de cooperação e partilha interna Futuro da organização Novas actividades Ampliação de instalações (ou novas) Aumento do número de associados</p>	<p>A média de idades é elevada (muitos têm mais de 90 anos); Considera que o motivo da frequência se deve à necessidade de ocupação dos tempos livres, muitos idosos não têm outro local para onde ir e estão sozinhos; No início havia alguma pertença à CDU (pelos 3 sócios fundadores), actualmente já não há qualquer filiação partidária dominante, nem religião (desde a sua fundação já teve 4 Presidentes); Como linhas para o futuro aponta a necessidade de um novo espaço com outras condições (actualmente não há espaço para o funcionamento da zona de Biblioteca, que funciona também como zona de arrumos), existindo, ainda, a necessidade de melhorar a zona de Bar, Convívio e instalações sanitárias; Como projectos indica a necessidade de reactivar a Biblioteca e de ser substituída (quer ter uma vida mais descansada “Tenho a vida presa sem ter lucro nenhum e os sócios nunca estão de acordo com as propostas da Direcção, mas não apresentam qualquer proposta”).</p>	<p>actividades sem sucesso (Arraiolos, pintura, bordados, grupo de teatro, poesia); Os sócios não são receptivos ao voluntariado ou a prestar apoio social, nem mesmo para apoiar as actividades diárias do Centro. As razões indicadas são: “não terem feito”, capacidade ou vocação; Não têm participado em actividades locais (só algumas iniciativas, como o Festival Sénior, organizado pela CMO, e que inclui algumas facilidades como a oferta de almoço, animação e transporte); Estão representados na C.S.Freguesia de Barcarena, têm conhecimento das carências locais, mas não têm participado no Plano de Acção, considera que as Comissões precisam de ter outro suporte e outros meios; Não têm parceiros ou protocolos estabelecidos, apenas com a CMO em termos de Comodato da cedência de instalações e com uma União de Reformados de Massamá, com a qual são desenvolvidas algumas actividades; Não têm contactado empresas, nem procurado diversificar as suas fontes de financiamento; A comunicação com os sócios é efectuada através de informação em placards e por correio ou telefone (não utilizam as novas tecnologias); Os sócios fundadores eram</p>	<p>ocasionais; Participam na Rede Social, integrando parcerias para o desenvolvimento do trabalho voluntário com várias instituições locais e de fora do Concelho (por exemplo, com a CVP, em Carcavelos. Participam através de exposições e da colaboração em várias actividades (250 anos, Festas do Concelho, etc.); Pertencem à Comissão Social da Freguesia de Oeiras, apoiando a organização de jovens residentes nos Bairros Municipais; Têm celebrado parcerias com alguns ginásios, lares e residências assistidas, o BCP e o Rotary; Como medidas de apoio social têm 6 bolsas de frequência, tendo de ser feita prova de carência económica pelo próprio ou via entidades locais; São utilizados outros espaços, nomeadamente, o Pavilhão da JFO e instalações dos Bombeiros; Não têm certificação; São realizadas Assembleias-gerais para os sócios e encontros regulares. Há sempre uma reunião geral aquando da abertura do ano lectivo e a meio do 2.º período; Usam as novas tecnologias e o papel em simultâneo; Como forma de participação têm uma caixa para colocação</p>	<p>realização de trabalho voluntário no contexto do trabalho da associação. São, anda, promovidas Assembleias-gerais (ordinárias e extraordinárias) no âmbito das quais os sócios apresentam sugestões. Também escutam os professores, em reuniões próprias, surgindo com frequência propostas espontâneas; A entidade tem participado em projectos de entidades locais (JF Linda-a-Velha, FMP, Liga dos Amigos de Linda-a-Velha, entre outras), como por exemplo, a Feiras Medieval, exposições de arte, actuação de jograis e apoio social em actividades da paróquia; Não dispõem de mecanismos de auscultação das necessidades locais, nem pertencem à Rede Social ou alguma Comissão Social de Freguesia, mas pretendem participar (a Presidente desconhecia a existência destas estruturas); Têm participado em projectos de apoio social (em termos financeiros ou em géneros), como por exemplo, à Associação Sol ou à Comunidade “Vida e Paz”, a famílias empobrecidas de Linda-a-Velha, através da Conferência de São Vicente de Paulo e à Casa do Parque da Associação “Crescer Ser”; Não têm estabelecidas parcerias nacionais ou internacionais; Estão a tentar entrar num projecto da Comunidade Europeia na área intergeracional, foi designada uma equipa que está já a trabalhar</p>	<p>reuniões de Conselho Directivo; Há relatórios elaborados por alguns professores. A palavra é dada aos professores em reuniões específicas (por exemplo, sessões de abertura e encerramento do ano lectivo); Não têm certificação; Não há medidas específicas para utentes com dificuldades de mobilidade ou económicas, mas são atendidos utentes com mobilidade condicionada (por exemplo, em canadianas) e pessoas que necessitam de apoio diferenciado; Apela-se à participação dos sócios através de uma participação directa e escrita (envelopes com sugestões), nas aulas (exposições escritas); Os grupos mais consolidados são os que participam em projectos comuns (Tunas, Jograis, Coro, etc.). A unidade/ mobilização é feita em torno de projectos comuns; Participam em actividades da Junta, da CMO, Instituições locais, Paróquia, escolas secundárias, por convite; Pertencem à Comissão Social de Freguesia de Algés da Rede Social; A entidade está representada na Federação Nacional por 2 elementos e já têm havido representações internacionais, através da</p>	<p>Delegações e entidades até extra-concelhias; Os voluntários e utentes são sempre convidados a estarem presentes nas várias iniciativas; É dada formação inicial aos voluntários, bem como formações contínuas trimestrais para assegurar o seu compromisso cívico; Têm participado em iniciativas locais (Mostras Sociais, Feiras e Jornadas), sendo realçada a importância dos conhecimentos que cada voluntário traz para o trabalho do colectivo; Há um constante envolvimento em projectos sociais de interesse comunitário, algumas respostas já ultrapassaram o âmbito inicial da associação (Por exemplo a “Venda de Primavera”, como medida de combate à crise); A associação promove o trabalho de parceria com outras entidades, nomeadamente, a CMO, a SCMO, a Associação Juvenil ProAtlântico e 3 Comissões Sociais de Freguesia; A cooperação é feita na área da permuta de serviços na área da formação, apoio domiciliário, etc. e a formação que promover na área da 3.ª Idade é aberta a outras IPSS; Com muita imaginação tem procurado apoios na área do mecenato social; A associação tem estado presente em todas as iniciativas de divulgação (Igreja, Centros Comerciais) para angariar mais voluntários. No entanto, nestas</p>
--	--	---	---	---	---	--

		<p>filiados na CDU, actualmente e pelos estatutos, a associação goza de isenção política e religiosa;</p> <p>Vê o futuro da instituição com as mesmas instalações, sem possibilidades de ampliação, com algumas dificuldades de funcionamento e sem muita renovação nos Corpos Sociais;</p> <p>Prevê um aumento de associados (só em 2009 entraram 35 sócios);</p> <p>Não prevê novas actividades.</p>	<p>de recomendações;</p> <p>O contacto é directo com a Presidente e a comunidade encontra-se muito próxima;</p> <p>“As pessoas sentem-se bem”;</p> <p>“Até pagava para dar aqui aulas”;</p> <p>Como forma de agregação, considera ser o gosto de conviver e aprender, os utentes sentem-se felizes no espaço: “Encontrámos aqui a razão de viver”;</p> <p>Desenvolvem todos os tipos de actividades (Actividades nas áreas da dinâmica ocupacional social e de cidadania, do desenvolvimento físico-psíquico, formativa-cultural e de extensão cultural);</p> <p>No futuro, pensa que a entidade se irá manter no centro histórico da Vila (considerando que se trata de um elemento de revitalização a zona), mas com mais um edifício;</p> <p>Gostaria de abrir a novas valência, como um Cineclube, um anfiteatro, bar e zona de convívio, no máximo para mais 100 utentes.</p>	<p>nesses sentido;</p> <p>Têm tido uma gestão, não têm procurado avançar na área do mecenato social;</p> <p>As comunicações com os sócios são feitas via telefone e utilizam a correspondência via electrónica;</p> <p>Em termos de futuro, imagina a associação com novas instalações, maiores e mais adequadas às suas propostas de trabalho, o que trará mais associados, e a multiplicação de actividades, adequando-as às necessidades do futuro;</p> <p>Uma das ideias será a construção de uma residência.</p>	<p>Presidente, mas actualmente não há verba para custear deslocações;</p> <p>Têm sido organizadas acções na área da responsabilidade social, através da recolha de fundos e realização de espectáculos a favor da igreja local;</p> <p>Têm desenvolvido algumas acções de intercâmbio com a Universidade Sénior de Oeiras;</p> <p>Não têm desenvolvido a área de diversificação do financiamento, só têm uma parceria com o “Modelo”, através da Federação, e que prevê a entrega de géneros;</p> <p>A comunicação é feita por papel e por telefone. Ainda não é frequente a comunicação via electrónica;</p> <p>Imagina o futuro da entidade pelo desenvolvimento da área teológica (reflexões, numa altura da vida de maior maturidade e espiritualidade);</p> <p>Prevê a ampliação das actuais instalações ou a criação de novos pólos com partilha de espaços com outras entidades;</p> <p>Prevê a instalação de uma Capela no novo espaço, para permitir o funcionamento de grupos de oração;</p> <p>Prevê a edição de um boletim informativo e o incremento de um pólo em Lisboa (nos Anjos);</p> <p>Gostaria de editar uma obra</p>	<p>iniciativas, acabam por chegar mais utentes;</p> <p>A comunicação é feita on-line, mas também há registos em papel (actas de reuniões, avisos, etc);</p> <p>Os voluntários são incentivados a participar na gestão, através das reuniões mensais e por formas dinâmicas de trabalho em grupo, procurando valorizar o trabalho;</p> <p>Há encontros regulares, reuniões específicas para fortalecer e ajudar os voluntários para fazerem o suporte de situações difíceis;</p> <p>A associação não tem confissão religiosa ou filiação política;</p> <p>O número de voluntários tem aumentado, aparecendo gente mais nova. O objectivo principal da pertença a esta associação é, segundo o seu entendimento, contrariar a inactividade;</p> <p>Muitos voluntários têm sido encaminhados para outros serviços e instituições da comunidade, o que significa que o trabalho da Rede Social tem funcionado;</p> <p>Os sócios gostam de apoiar uma associação que tem um propósito e que tem mérito. Os utentes, muitos já conheciam a associação, podem desabafar, têm um lanche simpático. São menos os que chegam directamente, quase sempre são referenciados pela Segurança Social, IPSS ou hospital;</p> <p>Tem como objectivo o de vir a apoiar as 10 freguesias do Concelho. Dão actualmente apoio a 7, falta a Cruz Quebrada/</p>
--	--	--	--	---	--	--

					<p>dos alunos da área de Poesia; Não aspira a aumentar o número de utentes, prefere a disponibilização de boas instalações, com qualidade e próximas dos utilizadores.</p>	<p>Dafundo, Queijas e Caxias; Vê a associação no futuro com novas dinâmicas sociais, mais actuante e mais abrangente. Com novas instalações, com uma boa acessibilidade e sala de formação e reuniões; Pela necessidade e pelos meios de conhecimento da instituição, com mais voluntários, mais utentes, mais sócios; Vê, no futuro, usar meios de comunicação através das novas tecnologias (com utentes mais escolarizados e voluntários que querem ser activos, mas com algumas limitações de saúde); Mais necessidade de aproximação à família e a definição de respostas, que cada vez mais, têm de ser dada no imediato.</p>
--	--	--	--	--	--	---

Características gerais da oferta identificada Sector público/sector privado com ou sem fins lucrativos Âmbito da actuação geográfica Freguesias/ características rurais ou urbanas Estratégias mais utilizadas para publicitar as ofertas (cartazes, “boca-em-boca”, editais, cartas, folhetos, placards...) Critérios de admissão dos sócios e/ou utentes? Admissão nas actividades – Pagamento de quota? Inscrição? Outros critérios? Grau de autonomia? Enquadramento de apoio familiar? Horários das actividades?	Sector privado sem fins lucrativos; Abrangência: Freguesia de Algés; O conhecimento da sua existência é feito pelos sócios num processo “boca em boca”; O número de sócios tem-se mantido estável; Como requisitos para admissão é indicada a apresentação efectuada por um sócio, pagar uma quota anual e estar na situação de reforma;	Sector privado sem fins lucrativos; Maioria residente em Tercena, Barcarena e Leião. Também abrangem residentes no Concelho de Sintra (Massamá); Freguesia de características mais rurais; Não existem requisitos para ser sócio, além do pagamento das quotas; “os sócios trazem sócios” – a divulgação faz-se num processo “boca em boca”.	Associação cultural sem fins lucrativos; Na abrangência é dada prioridade aos residentes no Concelho de Oeiras; As pessoas chegam à entidade através do sistema “boca em boca”.	Têm site, mas não têm feito muita divulgação dos seus serviços, apenas afixaram uns cartazes no início do seu funcionamento.	Sector privado sem fins lucrativos; Abrange, na sua maioria, residentes em Algés e Linda-a-Velha; A divulgação é feita “boca em boca” e utilizam a imprensa local de Oeiras; Têm um site; A admissão dos utentes é aceite no cumprimento do regulamento e mediante o pagamento de quotas.	
Data de constituição/ início de funcionamento	13 de Outubro de 1988	8 de Março de 1988	Março de 1994	18 de Abril de 2008	14 de Fevereiro de 2004	2000
Sede/Contactos	Espaço arrendado	Pré-fabricado cedido pela CMO	Espaço cedido em regime de comodato	Espaço arrendado e espaço cedido pela CMO	Espaço cedido pela CMO	Espaço cedido pela CMO
Sistema de Renovação de mandatos	De 3 em 3 anos.	De 3 em 3 anos.	De 3 em 3 anos.	De 3 em 3 anos.	De 4 em 4 anos.	De 3 em 3 anos.
Personalidade Jurídica	Associação de Solidariedade Social	Associação de Solidariedade Social	Associação Cultural sem fins lucrativos	Associação sem fins lucrativos	Cooperativa de Solidariedade Social	Instituição Particular de Solidariedade Social
Objectivos	Defender e representar o interesse dos reformados do Concelho de Oeiras; Reforçar o espírito de solidariedade.	Proteger prioritariamente indivíduos de ambos os sexos, reformados, pensionistas e idosos do Concelho de Oeiras.	Visa a solidariedade, o bem-estar e a vida intelectual/cultural dos seniores, bem como o seu enquadramento social, visando uma cidadania activa e consciente.	A integração social e comunitária e a promoção do bem-estar, em especial das pessoas em inactividade profissional, através de acções de solidariedade, promoção da saúde, apoio biopsicossocial, formação e convívio.	Promoção cultural e integração social especialmente das pessoas em inactividade profissional, através de acções de apoio social, de formação e de convívio.	Visa o apoio a pessoas idosas e isoladas em situação de solidão e ou dependência.
Destinatários	Sócios efectivos.	Indivíduos de ambos os sexos, reformados, pensionistas e idosos do Concelho de Oeiras.	Indivíduos com mais de 45 anos que sintam necessidade de ocupação de tempos livres.	Adultos a partir dos 18 anos, médias de idades de 60 anos (prevalência).	Indivíduos em situação de inactividade, com idades compreendidas entre os 45 e 85 anos.	Pessoas idosas e isoladas em situação de solidão e ou dependência.

Total de Recursos Humanos afectos	2 (limpeza e empregado do bar)	RH remunerados: 1 empregado de limpeza; Voluntários: diariamente são escalados 2 para apoio ao bar.	104 sócios; 548 utentes (a partir dos 45 anos) e 106 professores, dos 28 aos 75 anos.	Total de professores voluntários: 42; Sócios: 315; Apoio à Secretaria.	Total de professores voluntários: 30 (alguns professores recebem Ajudas de Custo); RH remunerados: 1 funcionário e 1 empregado de limpeza.	Total de voluntários: 75; Sócios: 90.
Corpos sociais	Direcção: 7 efectivos; Conselho Fiscal: 3 efectivos.	Direcção: 11 efectivos e 3 suplentes; Assembleia-geral: 3 efectivos; Conselho Fiscal: 3 efectivos.	Direcção: 5 efectivos; Mesa da Assembleia-geral: 10 efectivos; Assembleia-geral: 3 efectivos; Conselho Fiscal: 5 efectivos.	Direcção: 7 efectivos; Assembleia-geral: 3 efectivos; Conselho Fiscal: 3 efectivos.	Assembleia-Geral: 3 efectivos; Conselho Directivo: 5 efectivos e 2 suplentes; Conselho Fiscal: 3 efectivos.	Direcção da Delegação de Oeiras: 5 efectivos e 5 suplentes (único órgão local); Assembleia-geral das Delegações (Lisboa); Conselho Fiscal das Delegações (Lisboa) e Direcção Nacional.
N.º associados	250	600	106	315	128 ²⁹	90
Fontes de financiamento	Quotas dos associados (1,5€/mês); Comparticipação da CMO.	Quotas dos associados (12€/ano); Recitas do Bar; Comparticipação da CMO; Academia do Bacalhau.		Comparticipação da CMO; Quotas dos associados (75€/ano, 10€/jóia e 50€ por frequência em 6 disciplinas/ano)	Comparticipação da CMO; Inscrição dos utentes (Jóia cooperantes: 250€; Seis disciplinas: 140€).	Quotas associados (2€/mês); Comparticipação da CMO, da JFO e da JFPA.
Horário	De 2ª a 6ª feira, das 14 às 18 horas; Domingos e 5ª feira: Bailes.	De 2ª a 6ª feira, das 9 às 12 e das 13 às 17 horas; Sábado, das 13 às 17 horas.	De 2ª a 6ª feira, das 10 às 13 e das 14 às 18 horas.	De 2ª a 6ª feira, das 10 às 17 horas (variável de acordo com as actividades).	De 2ª a 6ª feira, das 10 às 18 horas.	2ª feira, das 14 às 19 horas; 3ª feira, das 10 às 18 horas.
Respostas Sociais	Centro de Convívio	Centro de Convívio	Universidade Sénior	Universidade Sénior Acção social interna e externa Projecto lúdico-cultural Alfabetização para não associados Intervenção preventiva	Universidade Sénior	Apoio a pessoas idosas e isoladas em situação de solidão e ou dependência.
Actividades dinamizadas	Festas e eventos de animação; Jogos de Cartas; Comemoração do natal; Aniversário da Instituição; Biblioteca.	Festas e eventos de animação; Jogos de Cartas; Visitas a exposições; Visitas a outras instituições e colectividades e Noites de Fados.	Ensino, Visitas de estudo, viagens, conferências, entre outras; Teatro; Coro de Jograis; Bailes.	Apoio psicológico aos sócios; Corpo de aulas constituído por 40 disciplinas; reflexões sobre temas locais e de época e desafios actuais; Tunas; Grupo de Jograis; Visitas de Estudo; Apoio financeiro a causas sociais; Apoio em deslocações; Netário; Teatro.	Cursos de línguas, literatura, artes, humanidades, desporto, concertos, tertúlias e formação na área da saúde; Congressos e Conferências.	Mensalmente: 1 passeio com lanche; Colónias de Férias abertas; Festas de Natal e de Fim de Ano; Concertos e Actividades Culturais; Participação nas Feiras Sociais; Venda de Primavera.

²⁹ Dos quais, 15 cooperantes e 113 utentes.

Apuramento de Dados dos Inquéritos por Questionário- Resultados

Caracterização dos inquiridos, segundo as habilitações literárias, por tipo de entidade

Entidade		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
A1	Frequência	31	11	9	4	2	0	0	0	1	58
	% relativa à Entidade	53,4%	19,0%	15,5%	6,9%	3,4%	,0%	,0%	,0%	1,7%	100,0%
	% relativa às Habilitações Literárias	96,9%	57,9%	29,0%	8,9%	7,1%	,0%	,0%	,0%	6,3%	27,4%
B1	Frequência	1	3	15	27	18	27	4	1	5	101
	% relativa à Entidade	1,0%	3,0%	14,9%	26,7%	17,8%	26,7%	4,0%	1,0%	5,0%	100,0%
	% relativa às Habilitações Literárias	3,1%	15,8%	48,4%	60,0%	64,3%	75,0%	100,0%	100,0%	31,3%	47,6%
C1	Frequência	0	5	7	14	8	9	0	0	10	53
	% relativa à Entidade	,0%	9,4%	13,2%	26,4%	15,1%	17,0%	,0%	,0%	18,9%	100,0%
	% relativa às Habilitações Literárias	,0%	26,3%	22,6%	31,1%	28,6%	25,0%	,0%	,0%	62,5%	25,0%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa à Entidade	15,1%	9,0%	14,6%	21,2%	13,2%	17,0%	1,9%	,5%	7,5%	100,0%
	% relativa às Habilitações Literárias	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Caracterização dos inquiridos, segundo a religião, por tipo de entidade

Entidade		Religião				Total
		Católica	Outra	Não tem religião	Não Responde	
A1	Frequência	52	1	3	2	58
	% relativa à Entidade	89,7%	1,7%	5,2%	3,4%	100,0%
	% relativa à Religião	33,1%	50,0%	9,4%	9,5%	27,4%
B1	Frequência	72	1	21	7	101
	% relativa à Entidade	71,3%	1,0%	20,8%	6,9%	100,0%
	% relativa à Religião	45,9%	50,0%	65,6%	33,3%	47,6%
C1	Frequência	33	0	8	12	53
	% relativa à Entidade	62,3%	,0%	15,1%	22,6%	100,0%
	% relativa à Religião	21,0%	,0%	25,0%	57,1%	25,0%
Total	Frequência	157	2	32	21	212

	% relativa à Entidade	74,1%	,9%	15,1%	9,9%	100,0%
	% relativa à Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Caracterização dos inquiridos, segundo os rendimentos mensais do agregado familiar, por tipo de entidade

Entidade		Rendimentos Mensais do Agregado Familiar						Total
		Até 300€	Entre 301€ e 500€	Entre 501€ e 1.000€	Entre 1.000€ e 1.500€	Mais de 1.500€	Não responde	
A1	Frequência	6	15	21	5	1	10	58
	% relativa à Entidade	10,3%	25,9%	36,2%	8,6%	1,7%	17,2%	100,0%
	% relativa aos Rendimentos	60,0%	46,9%	42,0%	21,7%	1,6%	27,8%	27,4%
B1	Frequência	1	5	15	13	58	9	101
	% relativa à Entidade	1,0%	5,0%	14,9%	12,9%	57,4%	8,9%	100,0%
	% relativa aos Rendimentos	10,0%	15,6%	30,0%	56,5%	95,1%	25,0%	47,6%
C1	Frequência	3	12	14	5	2	17	53
	% relativa à Entidade	5,7%	22,6%	26,4%	9,4%	3,8%	32,1%	100,0%
	% relativa aos Rendimentos	30,0%	37,5%	28,0%	21,7%	3,3%	47,2%	25,0%
Total	Frequência	10	32	50	23	61	36	212
	% relativa à Entidade	4,7%	15,1%	23,6%	10,8%	28,8%	17,0%	100,0%
	% relativa aos Rendimentos	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Via pela qual o associado tomou conhecimento da existência da entidade, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Famíliares	Frequência	5	22	6	33
	% relativa ao Sexo	8,5%	16,2%	35,3%	15,6%
Meios de comunicação	Frequência	12	25	3	40
	% relativa ao Sexo	20,3%	18,4%	17,6%	18,9%
Amigos/ Colegas	Frequência	34	69	5	108
	% relativa ao Sexo	57,6%	50,7%	29,4%	50,9%
Associação de Moradores	Frequência	0	2	1	3
	% relativa ao Sexo	,0%	1,5%	5,9%	1,4%
Pertencia ao Grupo Fundador	Frequência	1	6	1	8
	% relativa ao Sexo	1,7%	4,4%	5,9%	3,8%
Outra	Frequência	2	4	1	7
	% relativa ao Sexo	3,4%	2,9%	5,9%	3,3%
Não responde	Frequência	5	8	0	13
	% relativa ao Sexo	8,5%	5,9%	,0%	6,1%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Via pela qual o associado tomou conhecimento da existência da entidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Familiares	Frequência	10	9	14	33
	% relativa à Entidade	17,2%	8,9%	26,4%	15,6%
Meios de comunicação	Frequência	2	18	20	40
	% relativa à Entidade	3,4%	17,8%	37,7%	18,9%
Amigos/ Colegas	Frequência	38	56	14	108
	% relativa à Entidade	65,5%	55,4%	26,4%	50,9%
Associação de Moradores	Frequência	1	2	0	3
	% relativa à Entidade	1,7%	2,0%	,0%	1,4%
Pertencia ao Grupo Fundador	Frequência	4	1	3	8
	% relativa à Entidade	6,9%	1,0%	5,7%	3,8%
Outra	Frequência	1	4	2	7
	% relativa à Entidade	1,7%	4,0%	3,8%	3,3%
Não responde	Frequência	2	11	0	13
	% relativa à Entidade	3,4%	10,9%	,0%	6,1%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Motivações para a integração na entidade, por género

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Ocupação Tempos Livres	Frequência	20	37	57
	% relativa ao Sexo	35,1%	28,9%	
Defesa pela causa da entidade	Frequência	5	9	14
	% relativa ao Sexo	8,8%	7,0%	
Busca de novos interesses	Frequência	13	43	56
	% relativa ao Sexo	22,8%	33,6%	
Enriquecimento pessoal	Frequência	23	58	81
	% relativa ao Sexo	40,4%	45,3%	
Convívio	Frequência	24	49	73
	% relativa ao Sexo	42,1%	38,3%	
Outra	Frequência	1	3	4
	% relativa ao Sexo	1,8%	2,3%	
Total	Frequência	57	128	185

Motivações para a integração na entidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Ocupação Tempos Livres	Frequência	9	27	31	67
	% relativa à Entidade	16,1%	28,4%	63,3%	
Defesa pela causa da entidade	Frequência	7	1	8	16
	% relativa à Entidade	12,5%	1,1%	16,3%	
Busca de novos interesses	Frequência	2	37	20	59
	% relativa à Entidade	3,6%	38,9%	40,8%	
Enriquecimento pessoal	Frequência	2	59	27	88
	% relativa à Entidade	3,6%	62,1%	55,1%	
Convívio	Frequência	45	25	7	77
	% relativa à Entidade	80,4%	26,3%	14,3%	
Outra	Frequência	0	4	1	5
	% relativa à Entidade	,0%	4,2%	2,0%	
Total	Frequência	56	95	49	200

Período de tempo referente à pertença à entidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Menos de 1 ano	Frequência	1	15	11	27
	% relativa à Entidade	1,7%	14,9%	20,8%	12,7%
Entre 1 e 5 anos	Frequência	18	51	38	107
	% relativa à Entidade	31,0%	50,5%	71,7%	50,5%
Entre 6 e 10 anos	Frequência	13	20	4	37
	% relativa à Entidade	22,4%	19,8%	7,5%	17,5%
Entre 11 e 15 anos	Frequência	7	14	0	21
	% relativa à Entidade	12,1%	13,9%	,0%	9,9%
Entre 16 e 20 anos	Frequência	4	1	0	5
	% relativa à Entidade	6,9%	1,0%	,0%	2,4%
Mais de 20 anos	Frequência	14	0	0	14
	% relativa à Entidade	24,1%	,0%	,0%	6,6%
Não responde	Frequência	1	0	0	1
	% relativa à Entidade	1,7%	,0%	,0%	,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Auto-avaliação da participação na entidade, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Líder	Frequência	1	4	0	5
	% relativa ao Sexo	1,7%	2,9%	,0%	2,4%
Muito activo	Frequência	10	18	1	29
	% relativa ao Sexo	16,9%	13,2%	5,9%	13,7%
Relativamente activo	Frequência	36	85	15	136
	% relativa ao Sexo	61,0%	62,5%	88,2%	64,2%
Não participa	Frequência	3	21	0	24
	% relativa ao Sexo	5,1%	15,4%	,0%	11,3%
Não sabe/ Não responde	Frequência	9	8	1	18
	% relativa ao Sexo	15,3%	5,9%	5,9%	8,5%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Auto-avaliação da participação na entidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Líder	Frequência	3	2	0	5
	% relativa à Entidade	5,2%	2,0%	,0%	2,4%
Muito activo	Frequência	6	17	6	29
	% relativa à Entidade	10,3%	16,8%	11,3%	13,7%
Relativamente activo	Frequência	24	66	46	136
	% relativa à Entidade	41,4%	65,3%	86,8%	64,2%
Não participa	Frequência	15	9	0	24
	% relativa à Entidade	25,9%	8,9%	,0%	11,3%
Não sabe/ Não responde	Frequência	10	7	1	18
	% relativa à Entidade	17,2%	6,9%	1,9%	8,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Auto-avaliação da participação na entidade, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
Líder	Frequência	0	2	0	1	1	0	1	0	0	5
	% relativa às Habilitações	,0%	10,5%	,0%	2,2%	3,6%	,0%	25,0%	,0%	,0%	2,4%
Muito activo	Frequência	3	0	3	5	8	7	0	0	3	29
	% relativa às Habilitações	9,4%	,0%	9,7%	11,1%	28,6%	19,4%	,0%	,0%	18,8%	13,7%
Relativamente activo	Frequência	14	10	24	31	15	27	2	1	12	136
	% relativa às Habilitações	43,8%	52,6%	77,4%	68,9%	53,6%	75,0%	50,0%	100,0%	75,0%	64,2%
Não participa	Frequência	7	5	3	4	2	2	1	0	0	24
	% relativa às Habilitações	21,9%	26,3%	9,7%	8,9%	7,1%	5,6%	25,0%	,0%	,0%	11,3%
Não sabe/ Não responde	Frequência	8	2	1	4	2	0	0	0	1	18
	% relativa às Habilitações	25,0%	10,5%	3,2%	8,9%	7,1%	,0%	,0%	,0%	6,3%	8,5%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa às Habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Frequência de participação em actividades, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Área da dinâmica ocupacional (trabalhos manuais, grupos corais, teatro)	Frequência	3	36	0	39
	% relativa à Entidade	7,0%	38,7%	,0%	
Área social e de cidadania (festas, excursões, bailes e voluntariado)	Frequência	31	22	48	101
	% relativa à Entidade	72,1%	23,7%	94,1%	
Área do desenvolvimento físico-psíquico (aulas de ginástica e estimulação cognitiva)	Frequência	5	18	0	23
	% relativa à Entidade	11,6%	19,4%	,0%	
Área formativa-cultural (cursos e conferências)	Frequência	4	44	6	54
	% relativa à Entidade	9,3%	47,3%	11,8%	
Área de extensão cultural (cursos de alfabetização e palestras)	Frequência	1	16	1	18
	% relativa à Entidade	2,3%	17,2%	2,0%	
Outras	Frequência	1	3	1	5
	% relativa à Entidade	2,3%	3,2%	2,0%	
Total	Frequência	43	93	51	187

Frequência de participação em actividades, por género

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Dinâmica ocupacional	Frequência	12	25	37
	% relativa ao Sexo	25,0%	20,2%	
Social e cidadania	Frequência	25	63	88
	% relativa ao Sexo	52,1%	50,8%	
Desenvolvimento físico-psíquico	Frequência	0	22	22
	% relativa ao Sexo	,0%	17,7%	
Formativa-cultural	Frequência	11	41	52
	% relativa ao Sexo	22,9%	33,1%	
Extensão cultural	Frequência	3	14	17
	% relativa ao Sexo	6,3%	11,3%	
Outras	Frequência	2	3	5
	% relativa ao Sexo	4,2%	2,4%	
Total	Frequência	48	124	172

Frequência de participação em actividades, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias							Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	
Dinâmica ocupacional	Frequência	0	2	5	8	8	11	1	35
	% relativa às Habilitações	,0%	13,3%	17,9%	20,5%	28,6%	31,4%	25,0%	
Social e cidadania	Frequência	16	10	16	22	14	13	0	91
	% relativa às Habilitações	69,6%	66,7%	57,1%	56,4%	50,0%	37,1%	,0%	
Desenvolvimento físico-psíquico	Frequência	3	2	2	6	4	4	0	21
	% relativa às Habilitações	13,0%	13,3%	7,1%	15,4%	14,3%	11,4%	,0%	
Formativa-cultural	Frequência	2	4	8	11	10	13	4	52
	% relativa às Habilitações	8,7%	26,7%	28,6%	28,2%	35,7%	37,1%	100,0%	
Extensão cultural	Frequência	1	1	1	3	5	5	1	17
	% relativa às Habilitações	4,3%	6,7%	3,6%	7,7%	17,9%	14,3%	25,0%	
Outras	Frequência	1	0	1	1	0	2	0	5
	% relativa às Habilitações	4,3%	,0%	3,6%	2,6%	,0%	5,7%	,0%	
Total	Frequência	23	15	28	39	28	35	4	172

Período de tempo dedicado à entidade, em horas semanais, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Menos de 5 horas	Frequência	28	28	34	90
	% relativa à Entidade	48,3%	27,7%	64,2%	42,5%
Entre 5 e 10 horas	Frequência	16	66	16	98
	% relativa à Entidade	27,6%	65,3%	30,2%	46,2%
Entre 11 e 15 horas	Frequência	2	3	1	6
	% relativa à Entidade	3,4%	3,0%	1,9%	2,8%
Mais de 15 horas	Frequência	3	3	0	6
	% relativa à Entidade	5,2%	3,0%	,0%	2,8%
Não responde	Frequência	9	1	2	12
	% relativa à Entidade	15,5%	1,0%	3,8%	5,7%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Pertença a outras entidades

	Frequência	%
Sim	53	25,0
Não	149	70,3
Não responde	10	4,7
Total	212	100,0

Frequência de visionamento de televisão (na última semana)

	Frequência	%
Todos os dias	166	78,3
De 4 a 6 dias	11	5,2
De 1 a 3 dias	27	12,7
Nunca	3	1,4
Não responde	5	2,4
Total	212	100,0

Tipo de programas visionados (na última semana), por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Notícias	Frequência	47	90	51	188
	% relativa à Entidade	90,4%	91,8%	98,1%	
Debate Político	Frequência	14	53	21	88
	% relativa à Entidade	26,9%	54,1%	40,4%	
Programa Temas Sociais	Frequência	11	44	19	74
	% relativa à Entidade	21,2%	44,9%	36,5%	
Filmes	Frequência	12	37	36	85
	% relativa à Entidade	23,1%	37,8%	69,2%	
Telenovelas	Frequência	24	22	30	76
	% relativa à Entidade	46,2%	22,4%	57,7%	
Desporto	Frequência	17	17	10	44
	% relativa à Entidade	32,7%	17,3%	19,2%	
Outros	Frequência	0	13	2	15
	% relativa à Entidade	,0%	13,3%	3,8%	
Total	Frequência	52	98	52	202

Tipo de programas visionados (na última semana), por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Notícias	Frequência	50	121	17	188
	% relativa ao Sexo	92,6%	92,4%	100,0%	
Debate Político	Frequência	26	55	7	88
	% relativa ao Sexo	48,1%	42,0%	41,2%	
Programa Temas Sociais	Frequência	16	52	6	74
	% relativa ao Sexo	29,6%	39,7%	35,3%	
Filmes	Frequência	19	57	9	85
	% relativa ao Sexo	35,2%	43,5%	52,9%	
Telenovelas	Frequência	13	55	8	76
	% relativa ao Sexo	24,1%	42,0%	47,1%	
Desporto	Frequência	24	19	1	44
	% relativa ao Sexo	44,4%	14,5%	5,9%	
Outros	Frequência	4	9	2	15
	% relativa ao Sexo	7,4%	6,9%	11,8%	
Total	Frequência	54	131	17	202

Tipo de programas visionados (na última semana), por habilitações literárias

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
Notícias	Frequência	25	15	28	39	28	32	4	1	16	188
	% relativa a Habilitações	86,2%	93,8%	93,3%	92,9%	100,0%	88,9%	100,0%	100,0%	100,0%	
Debate Político	Frequência	5	6	12	19	15	23	1	1	6	88
	% relativa a Habilitações	17,2%	37,5%	40,0%	45,2%	53,6%	63,9%	25,0%	100,0%	37,5%	
Programa Temas Sociais	Frequência	3	5	10	16	15	15	1	1	8	74
	% relativa a Habilitações	10,3%	31,3%	33,3%	38,1%	53,6%	41,7%	25,0%	100,0%	50,0%	
Filmes	Frequência	5	7	10	23	12	19	1	0	8	85
	% relativa a Habilitações	17,2%	43,8%	33,3%	54,8%	42,9%	52,8%	25,0%	,0%	50,0%	
Telenovelas	Frequência	13	6	16	16	6	12	0	0	7	76
	% relativa a Habilitações	44,8%	37,5%	53,3%	38,1%	21,4%	33,3%	,0%	,0%	43,8%	
Desporto	Frequência	6	5	7	13	3	8	0	0	2	44
	% relativa a Habilitações	20,7%	31,3%	23,3%	31,0%	10,7%	22,2%	,0%	,0%	12,5%	
Outros	Frequência	0	2	0	4	2	4	0	0	3	15
	% relativa a Habilitações	,0%	12,5%	,0%	9,5%	7,1%	11,1%	,0%	,0%	18,8%	
Total	Frequência	29	16	30	42	28	36	4	1	16	202

Leitura de jornais (na última semana), por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Todos os dias	Frequência	25	39	22	86
	% relativa à Entidade	43,1%	38,6%	41,5%	40,6%
Entre 4 e 6 vezes	Frequência	3	12	4	19
	% relativa à Entidade	5,2%	11,9%	7,5%	9,0%
Entre 1 e 3 vezes	Frequência	17	30	10	57
	% relativa à Entidade	29,3%	29,7%	18,9%	26,9%
Nunca	Frequência	8	17	15	40
	% relativa à Entidade	13,8%	16,8%	28,3%	18,9%
Não responde	Frequência	5	3	2	10
	% relativa à Entidade	8,6%	3,0%	3,8%	4,7%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Leitura de jornais (na última semana), por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Todos os dias	Frequência	20	54	12	86
	% relativa ao Sexo	33,9%	39,7%	70,6%	40,6%
Entre 4 e 6 vezes	Frequência	10	8	1	19
	% relativa ao Sexo	16,9%	5,9%	5,9%	9,0%
Entre 1 e 3 vezes	Frequência	15	40	2	57
	% relativa ao Sexo	25,4%	29,4%	11,8%	26,9%
Nunca	Frequência	10	28	2	40
	% relativa ao Sexo	16,9%	20,6%	11,8%	18,9%
Não responde	Frequência	4	6	0	10
	% relativa ao Sexo	6,8%	4,4%	,0%	4,7%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Leitura de jornais (na última semana), por habilitações literárias

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
Todos os dias	Frequência	9	10	17	13	10	14	2	1	10	86
	% relativa a Habilitações	28,1%	52,6%	54,8%	28,9%	35,7%	38,9%	50,0%	100,0%	62,5%	40,6%
Entre 4 e 6 vezes	Frequência	3	0	0	8	2	4	0	0	2	19
	% relativa a Habilitações	9,4%	,0%	,0%	17,8%	7,1%	11,1%	,0%	,0%	12,5%	9,0%
Entre 1 e 3 vezes	Frequência	9	5	5	14	11	10	1	0	2	57
	% relativa a Habilitações	28,1%	26,3%	16,1%	31,1%	39,3%	27,8%	25,0%	,0%	12,5%	26,9%
Nunca	Frequência	8	2	6	8	5	8	1	0	2	40
	% relativa a Habilitações	25,0%	10,5%	19,4%	17,8%	17,9%	22,2%	25,0%	,0%	12,5%	18,9%
Não responde	Frequência	3	2	3	2	0	0	0	0	0	10
	% relativa a Habilitações	9,4%	10,5%	9,7%	4,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,7%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa a Habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Hábito de leitura de jornais locais

	Frequência	%
Sim	91	42,9
Não	50	23,6
Não responde	71	33,5
Total	212	100,0

Fontes de informação relativas à actuação do Governo, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Parentes, amigos e vizinhos	Frequência	1	15	8	24
	% relativa à Entidade	2,0%	16,3%	15,7%	
Boletins e Jornais locais	Frequência	2	17	21	40
	% relativa à Entidade	4,1%	18,5%	41,2%	
Jornais nacionais	Frequência	27	55	30	112
	% relativa à Entidade	55,1%	59,8%	58,8%	
Rádio	Frequência	16	33	43	92
	% relativa à Entidade	32,7%	35,9%	84,3%	
Televisão	Frequência	43	82	34	159
	% relativa à Entidade	87,8%	89,1%	66,7%	
Internet	Frequência	3	28	4	35
	% relativa à Entidade	6,1%	30,4%	7,8%	
Associações	Frequência	0	1	0	1
	% relativa à Entidade	,0%	1,1%	,0%	
Total	Frequência	49	92	51	192

Fontes de informação relativas à actuação do Governo, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Parentes, amigos e vizinhos	Frequência	7	17	0	24
	% relativa ao Sexo	13,0%	13,9%	,0%	
Boletins e Jornais locais	Frequência	8	24	8	40
	% relativa ao Sexo	14,8%	19,7%	50,0%	
Jornais nacionais	Frequência	34	64	14	112
	% relativa ao Sexo	63,0%	52,5%	87,5%	
Rádio	Frequência	23	57	12	92
	% relativa ao Sexo	42,6%	46,7%	75,0%	
Televisão	Frequência	45	105	9	159
	% relativa ao Sexo	83,3%	86,1%	56,3%	
Internet	Frequência	6	27	2	35
	% relativa ao Sexo	11,1%	22,1%	12,5%	
Associações	Frequência	0	1	0	1
	% relativa ao Sexo	,0%	,8%	,0%	
Total	Frequência	54	122	16	192

Fontes de informação relativas à actuação do Governo, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias								Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	
Parentes, amigos e vizinhos	Frequência	2	1	4	7	2	7	1	0	24
	% relativa às Habilitações	7,7%	6,7%	14,3%	16,7%	7,4%	20,0%	33,3%	,0%	
Boletins e Jornais locais	Frequência	2	3	10	10	7	3	0	0	35
	% relativa às Habilitações	7,7%	20,0%	35,7%	23,8%	25,9%	8,6%	,0%	,0%	
Jornais nacionais	Frequência	9	8	19	27	15	17	3	1	99
	% relativa às Habilitações	34,6%	53,3%	67,9%	64,3%	55,6%	48,6%	100,0%	100,0%	
Rádio	Frequência	4	5	13	28	14	15	1	1	81
	% relativa às Habilitações	15,4%	33,3%	46,4%	66,7%	51,9%	42,9%	33,3%	100,0%	
Televisão	Frequência	21	12	20	38	21	33	2	1	148
	% relativa às Habilitações	80,8%	80,0%	71,4%	90,5%	77,8%	94,3%	66,7%	100,0%	
Internet	Frequência	1	0	5	7	8	11	0	1	33
	% relativa às Habilitações	3,8%	,0%	17,9%	16,7%	29,6%	31,4%	,0%	100,0%	
Associações	Frequência	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	% relativa às Habilitações	,0%	,0%	3,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	
Total	Frequências	26	15	28	42	27	35	3	1	177

Pertença a partido político

	Frequência	%
Sim	22	10,4
Não	177	83,5
Não responde	13	6,1
Total	212	100,0

Participação nas últimas eleições autárquicas

	Frequência	%
Sim	191	90,1
Não	15	7,1
Não responde	6	2,8
Total	212	100,0

Participação nas últimas eleições legislativas

	Frequência	%
Sim	183	86,3
Não	23	10,8
Não responde	6	2,8
Total	212	100,0

Frequência de discussão acerca de assuntos políticos

	Frequência	%
Frequentemente	46	21,7
De vez em quando	79	37,3
Raramente	50	23,6
Nunca	26	12,3
Não responde	11	5,2
Total	212	100,0

Confiança nos políticos, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Merecem toda a minha confiança	Frequência	3	2	6	11
	% relativa à Entidade	5,2%	2,0%	11,3%	5,2%
Merecem a minha confiança	Frequência	20	44	11	75
	% relativa à Entidade	34,5%	43,6%	20,8%	35,4%
Não merecem a minha confiança	Frequência	19	37	20	76
	% relativa à Entidade	32,8%	36,6%	37,7%	35,8%
Nunca pensei no assunto	Frequência	9	7	1	17
	% relativa à Entidade	15,5%	6,9%	1,9%	8,0%
Não sabe/ Não responde	Frequência	7	11	15	33
	% relativa à Entidade	12,1%	10,9%	28,3%	15,6%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Confiança nos políticos, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Merecem toda a minha confiança	Frequência	1	8	2	11
	% relativa ao Sexo	1,7%	5,9%	11,8%	5,2%
Merecem a minha confiança	Frequência	17	55	3	75
	% relativa ao Sexo	28,8%	40,4%	17,6%	35,4%
Não merecem a minha confiança	Frequência	24	48	4	76
	% relativa ao Sexo	40,7%	35,3%	23,5%	35,8%
Nunca pensei no assunto	Frequência	8	8	1	17
	% relativa ao Sexo	13,6%	5,9%	5,9%	8,0%
Não sabe/ Não responde	Frequência	9	17	7	33
	% relativa ao Sexo	15,3%	12,5%	41,2%	15,6%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Confiança nos políticos, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
Merecem toda a minha confiança	Frequência	2	0	1	3	1	2	0	0	2	11
	% relativa Habilitações	6,3%	,0%	3,2%	6,7%	3,6%	5,6%	,0%	,0%	12,5%	5,2%
Merecem a minha confiança	Frequência	8	8	11	15	10	14	3	1	5	75
	% relativa Habilitações	25,0%	42,1%	35,5%	33,3%	35,7%	38,9%	75,0%	100,0%	31,3%	35,4%
Não merecem a minha confiança	Frequência	10	5	10	18	13	16	0	0	4	76
	% relativa Habilitações	31,3%	26,3%	32,3%	40,0%	46,4%	44,4%	,0%	,0%	25,0%	35,8%
Nunca pensei no assunto	Frequência	8	2	2	3	1	1	0	0	0	17
	% relativa Habilitações	25,0%	10,5%	6,5%	6,7%	3,6%	2,8%	,0%	,0%	,0%	8,0%
Não sabe/ Não responde	Frequência	4	4	7	6	3	3	1	0	5	33
	% relativa Habilitações	12,5%	21,1%	22,6%	13,3%	10,7%	8,3%	25,0%	,0%	31,3%	15,6%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa Habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Indicação de participação em iniciativas de cariz político (nos últimos 12 meses)

	Respostas	
	N	%
Participação em reunião ou grupo	24	24,2%
Participação em encontro político	11	11,1%
Participação em acção de protesto	12	12,1%
Participação em Campanha eleitoral/ informativa	13	13,1%
Alertou algum meio de comunicação social	19	19,2%
Notificou a polícia ou outra autoridade	20	20,2%
Total	99	100,0%

Impacto no estilo de vida, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	5	31	1	37
	% relativa ao Sexo	8,5%	22,8%	5,9%	17,5%
Melhorou	Frequência	35	65	6	106
	% relativa ao Sexo	59,3%	47,8%	35,3%	50,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	14	31	6	51
	% relativa ao Sexo	23,7%	22,8%	35,3%	24,1%
Piorou	Frequência	1	0	1	2
	% relativa ao Sexo	1,7%	,0%	5,9%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	4	9	3	16
	% relativa ao Sexo	6,8%	6,6%	17,6%	7,5%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto no estilo de vida, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	6	22	9	37
	% relativa à Entidade	10,3%	21,8%	17,0%	17,5%
Melhorou	Frequência	25	52	29	106
	% relativa à Entidade	43,1%	51,5%	54,7%	50,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	23	15	13	51
	% relativa à Entidade	39,7%	14,9%	24,5%	24,1%
Piorou	Frequência	1	0	1	2
	% relativa à Entidade	1,7%	,0%	1,9%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	3	12	1	16
	% relativa à Entidade	5,2%	11,9%	1,9%	7,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto nas relações familiares, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	3	11	0	14
	% relativa ao Sexo	5,1%	8,1%	,0%	6,6%
Melhorou	Frequência	26	42	4	72
	% relativa ao Sexo	44,1%	30,9%	23,5%	34,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	25	65	9	99
	% relativa ao Sexo	42,4%	47,8%	52,9%	46,7%
Piorou	Frequência	0	1	1	2
	% relativa ao Sexo	,0%	,7%	5,9%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	5	17	3	25
	% relativa ao Sexo	8,5%	12,5%	17,6%	11,8%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto nas relações familiares, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	6	4	4	14
	% relativa à Entidade	10,3%	4,0%	7,5%	6,6%
Melhorou	Frequência	15	32	25	72
	% relativa à Entidade	25,9%	31,7%	47,2%	34,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	30	46	23	99
	% relativa à Entidade	51,7%	45,5%	43,4%	46,7%
Piorou	Frequência	1	0	1	2
	% relativa à Entidade	1,7%	,0%	1,9%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	6	19	0	25
	% relativa à Entidade	10,3%	18,8%	,0%	11,8%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto na autonomia para a realização de actividades da vida diária, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	3	16	0	19
	% relativa ao Sexo	5,1%	11,8%	,0%	9,0%
Melhorou	Frequência	23	42	6	71
	% relativa ao Sexo	39,0%	30,9%	35,3%	33,5%
Não melhorou nem piorou	Frequência	26	58	7	91
	% relativa ao Sexo	44,1%	42,6%	41,2%	42,9%
Piorou	Frequência	1	2	0	3
	% relativa ao Sexo	1,7%	1,5%	,0%	1,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	6	18	4	28
	% relativa ao Sexo	10,2%	13,2%	23,5%	13,2%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto na autonomia para a realização de actividades da vida diária, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	4	9	6	19
	% relativa à Entidade	6,9%	8,9%	11,3%	9,0%
Melhorou	Frequência	10	33	28	71
	% relativa à Entidade	17,2%	32,7%	52,8%	33,5%
Não melhorou nem piorou	Frequência	33	41	17	91
	% relativa à Entidade	56,9%	40,6%	32,1%	42,9%
Piorou	Frequência	2	1	0	3
	% relativa à Entidade	3,4%	1,0%	,0%	1,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	9	17	2	28
	% relativa à Entidade	15,5%	16,8%	3,8%	13,2%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto no acesso a recursos sociais e de lazer, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	3	19	1	23
	% relativa ao Sexo	5,1%	14,0%	5,9%	10,8%
Melhorou	Frequência	25	56	6	87
	% relativa ao Sexo	42,4%	41,2%	35,3%	41,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	19	43	5	67
	% relativa ao Sexo	32,2%	31,6%	29,4%	31,6%
Piorou	Frequência	1	1	0	2
	% relativa ao Sexo	1,7%	,7%	,0%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	11	17	5	33
	% relativa ao Sexo	18,6%	12,5%	29,4%	15,6%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto no acesso a recursos sociais e de lazer, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	7	8	8	23
	% relativa à Entidade	12,1%	7,9%	15,1%	10,8%
Melhorou	Frequência	15	39	33	87
	% relativa à Entidade	25,9%	38,6%	62,3%	41,0%
Não melhorou nem piorou	Frequência	22	36	9	67
	% relativa à Entidade	37,9%	35,6%	17,0%	31,6%
Piorou	Frequência	2	0	0	2
	% relativa à Entidade	3,4%	,0%	,0%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	12	18	3	33
	% relativa à Entidade	20,7%	17,8%	5,7%	15,6%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto nas condições de saúde, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	6	5	1	12
	% relativa ao Sexo	10,2%	3,7%	5,9%	5,7%
Melhorou	Frequência	14	38	3	55
	% relativa ao Sexo	23,7%	27,9%	17,6%	25,9%
Não melhorou nem piorou	Frequência	32	71	8	111
	% relativa ao Sexo	54,2%	52,2%	47,1%	52,4%
Piorou	Frequência	2	9	0	11
	% relativa ao Sexo	3,4%	6,6%	,0%	5,2%
Não sabe/ Não responde	Frequência	5	13	5	23
	% relativa ao Sexo	8,5%	9,6%	29,4%	10,8%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto nas condições de saúde, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	2	7	3	12
	% relativa à Entidade	3,4%	6,9%	5,7%	5,7%
Melhorou	Frequência	4	32	19	55
	% relativa à Entidade	6,9%	31,7%	35,8%	25,9%
Não melhorou nem piorou	Frequência	36	47	28	111
	% relativa à Entidade	62,1%	46,5%	52,8%	52,4%
Piorou	Frequência	10	1	0	11
	% relativa à Entidade	17,2%	1,0%	,0%	5,2%
Não sabe/ Não responde	Frequência	6	14	3	23
	% relativa à Entidade	10,3%	13,9%	5,7%	10,8%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto no sentimento/percepção de segurança pessoal, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	6	9	0	15
	% relativa ao Sexo	10,2%	6,6%	,0%	7,1%
Melhorou	Frequência	18	51	4	73
	% relativa ao Sexo	30,5%	37,5%	23,5%	34,4%
Não melhorou nem piorou	Frequência	23	56	8	87
	% relativa ao Sexo	39,0%	41,2%	47,1%	41,0%
Piorou	Frequência	4	7	0	11
	% relativa ao Sexo	6,8%	5,1%	,0%	5,2%
Não sabe/ Não responde	Frequência	8	13	5	26
	% relativa ao Sexo	13,6%	9,6%	29,4%	12,3%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto no sentimento/percepção de segurança pessoal, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	4	7	4	15
	% relativa à Entidade	6,9%	6,9%	7,5%	7,1%
Melhorou	Frequência	10	34	29	73
	% relativa à Entidade	17,2%	33,7%	54,7%	34,4%
Não melhorou nem piorou	Frequência	27	43	17	87
	% relativa à Entidade	46,6%	42,6%	32,1%	41,0%
Piorou	Frequência	9	2	0	11
	% relativa à Entidade	15,5%	2,0%	,0%	5,2%
Não sabe/ Não responde	Frequência	8	15	3	26
	% relativa à Entidade	13,8%	14,9%	5,7%	12,3%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto no exercício de cidadania e de liberdade, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Melhorou bastante	Frequência	4	13	1	18
	% relativa ao Sexo	6,8%	9,6%	5,9%	8,5%
Melhorou	Frequência	21	54	7	82
	% relativa ao Sexo	35,6%	39,7%	41,2%	38,7%
Não melhorou nem piorou	Frequência	23	49	3	75
	% relativa ao Sexo	39,0%	36,0%	17,6%	35,4%
Piorou	Frequência	1	1	0	2
	% relativa ao Sexo	1,7%	,7%	,0%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	10	19	6	35
	% relativa ao Sexo	16,9%	14,0%	35,3%	16,5%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto no exercício de cidadania e de liberdade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Melhorou bastante	Frequência	7	5	6	18
	% relativa à Entidade	12,1%	5,0%	11,3%	8,5%
Melhorou	Frequência	15	32	35	82
	% relativa à Entidade	25,9%	31,7%	66,0%	38,7%
Não melhorou nem piorou	Frequência	27	43	5	75
	% relativa à Entidade	46,6%	42,6%	9,4%	35,4%
Piorou	Frequência	1	1	0	2
	% relativa à Entidade	1,7%	1,0%	,0%	,9%
Não sabe/ Não responde	Frequência	8	20	7	35
	% relativa à Entidade	13,8%	19,8%	13,2%	16,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São desenvolvidas actividades estimulantes (intelectual e fisicamente) que apelem à criatividade e à imaginação”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	1	0	1	2
	% relativa à Entidade	1,7%	,0%	1,9%	,9%
Discordo	Frequência	6	2	0	8
	% relativa à Entidade	10,3%	2,0%	,0%	3,8%
Não concordo nem discordo	Frequência	6	2	2	10
	% relativa à Entidade	10,3%	2,0%	3,8%	4,7%
Concordo	Frequência	15	45	21	81
	% relativa à Entidade	25,9%	44,6%	39,6%	38,2%
Concordo plenamente	Frequência	6	34	4	44
	% relativa à Entidade	10,3%	33,7%	7,5%	20,8%
Não responde	Frequência	24	18	25	67
	% relativa à Entidade	41,4%	17,8%	47,2%	31,6%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São reforçados os laços sociais e comunitários”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	0	0	1	1
	% relativa à Entidade	,0%	,0%	1,9%	,5%
Discordo	Frequência	4	2	0	6
	% relativa à Entidade	6,9%	2,0%	,0%	2,8%
Não concordo nem discordo	Frequência	3	4	2	9
	% relativa à Entidade	5,2%	4,0%	3,8%	4,2%
Concordo	Frequência	25	53	24	102
	% relativa à Entidade	43,1%	52,5%	45,3%	48,1%
Concordo plenamente	Frequência	6	20	4	30
	% relativa à Entidade	10,3%	19,8%	7,5%	14,2%
Não responde	Frequência	20	22	22	64
	% relativa à Entidade	34,5%	21,8%	41,5%	30,2%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São promovidas as relações intergeracionais”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	0	2	0	2
	% relativa à Entidade	,0%	2,0%	,0%	,9%
Discordo	Frequência	4	6	0	10
	% relativa à Entidade	6,9%	5,9%	,0%	4,7%
Não concordo nem discordo	Frequência	3	12	1	16
	% relativa à Entidade	5,2%	11,9%	1,9%	7,5%
Concordo	Frequência	22	41	25	88
	% relativa à Entidade	37,9%	40,6%	47,2%	41,5%
Concordo plenamente	Frequência	6	15	3	24
	% relativa à Entidade	10,3%	14,9%	5,7%	11,3%
Não responde	Frequência	23	25	24	72
	% relativa à Entidade	39,7%	24,8%	45,3%	34,0%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São reconhecidas e valorizadas as potencialidades e habilidades dos utentes”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	4	0	0	4
	% relativa à Entidade	6,9%	,0%	,0%	1,9%
Não concordo nem discordo	Frequência	5	14	2	21
	% relativa à Entidade	8,6%	13,9%	3,8%	9,9%
Concordo	Frequência	20	46	25	91
	% relativa à Entidade	34,5%	45,5%	47,2%	42,9%
Concordo plenamente	Frequência	5	17	3	25
	% relativa à Entidade	8,6%	16,8%	5,7%	11,8%
Não responde	Frequência	24	24	23	71
	% relativa à Entidade	41,4%	23,8%	43,4%	33,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “São respeitadas as limitações e fragilidades dos utentes”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	3	2	0	5
	% relativa à Entidade	5,2%	2,0%	,0%	2,4%
Não concordo nem discordo	Frequência	1	14	1	16
	% relativa à Entidade	1,7%	13,9%	1,9%	7,5%
Concordo	Frequência	25	39	21	85
	% relativa à Entidade	43,1%	38,6%	39,6%	40,1%
Concordo plenamente	Frequência	7	14	6	27
	% relativa à Entidade	12,1%	13,9%	11,3%	12,7%
Não responde	Frequência	22	32	25	79
	% relativa à Entidade	37,9%	31,7%	47,2%	37,3%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “É fácil aceder a uma função de dirigente”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	0	2	1	3
	% relativa à Entidade	,0%	2,0%	1,9%	1,4%
Discordo	Frequência	6	7	2	15
	% relativa à Entidade	10,3%	6,9%	3,8%	7,1%
Não concordo nem discordo	Frequência	6	30	1	37
	% relativa à Entidade	10,3%	29,7%	1,9%	17,5%
Concordo	Frequência	10	22	22	54
	% relativa à Entidade	17,2%	21,8%	41,5%	25,5%
Concordo plenamente	Frequência	18	8	3	29
	% relativa à Entidade	31,0%	7,9%	5,7%	13,7%
Não responde	Frequência	18	32	24	74
	% relativa à Entidade	31,0%	31,7%	45,3%	34,9%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Tenho confiança na direcção da entidade”, por tipo de entidade

	Entidade			Total	%
	A1	B1	C1		
Discordo completamente	0	0	1	1	0,5
Discordo	2	0	0	2	0,9
Não concordo nem discordo	3	5	0	8	3,8
Concordo	20	45	18	83	39,2
Concordo plenamente	19	35	4	58	27,4
Não responde	14	16	30	60	28,3
Total	58	101	53	212	100,0

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Tenho confiança nos restantes sócios”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	2	0	0	2
	% relativa à Entidade	3,4%	,0%	,0%	,9%
Não concordo nem discordo	Frequência	8	13	0	21
	% relativa à Entidade	13,8%	12,9%	,0%	9,9%
Concordo	Frequência	29	47	18	94
	% relativa à Entidade	50,0%	46,5%	34,0%	44,3%
Concordo plenamente	Frequência	2	19	2	23
	% relativa à Entidade	3,4%	18,8%	3,8%	10,8%
Não responde	Frequência	17	22	33	72
	% relativa à Entidade	29,3%	21,8%	62,3%	34,0%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Sinto um compromisso para com a organização”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	3	0	1	4
	% relativa à Entidade	5,2%	,0%	1,9%	1,9%
Não concordo nem discordo	Frequência	6	10	0	16
	% relativa à Entidade	10,3%	9,9%	,0%	7,5%
Concordo	Frequência	22	50	17	89
	% relativa à Entidade	37,9%	49,5%	32,1%	42,0%
Concordo plenamente	Frequência	7	21	5	33
	% relativa à Entidade	12,1%	20,8%	9,4%	15,6%
Não responde	Frequência	20	20	30	70
	% relativa à Entidade	34,5%	19,8%	56,6%	33,0%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: “Sinto um maior compromisso com a comunidade desde que estou na organização”, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo	Frequência	7	3	0	10
	% relativa à Entidade	12,1%	3,0%	,0%	4,7%
Não concordo nem discordo	Frequência	9	22	0	31
	% relativa à Entidade	15,5%	21,8%	,0%	14,6%
Concordo	Frequência	14	37	16	67
	% relativa à Entidade	24,1%	36,6%	30,2%	31,6%
Concordo plenamente	Frequência	7	7	5	19
	% relativa à Entidade	12,1%	6,9%	9,4%	9,0%
Não responde	Frequência	21	32	32	85
	% relativa à Entidade	36,2%	31,7%	60,4%	40,1%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Opinião manifestada relativamente à seguinte afirmação: **“Sinto mais satisfação com a minha vida desde que estou integrado na associação”**, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Discordo completamente	Frequência	0	1	0	1
	% relativa à Entidade	,0%	1,0%	,0%	,5%
Discordo	Frequência	7	1	0	8
	% relativa à Entidade	12,1%	1,0%	,0%	3,8%
Não concordo nem discordo	Frequência	7	9	0	16
	% relativa à Entidade	12,1%	8,9%	,0%	7,5%
Concordo	Frequência	16	48	21	85
	% relativa à Entidade	27,6%	47,5%	39,6%	40,1%
Concordo plenamente	Frequência	10	21	1	32
	% relativa à Entidade	17,2%	20,8%	1,9%	15,1%
Não responde	Frequência	18	21	31	70
	% relativa à Entidade	31,0%	20,8%	58,5%	33,0%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Apoio da direcção a projectos propostos pelos sócios

	Frequência	%
Sim	85	40,1
Não	23	10,8
Não responde	104	49,1
Total	212	100,0

Impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Um grande impacto	Frequência	9	18	23	50
	% relativa à Entidade	15,5%	17,8%	43,4%	23,6%
Um pequeno impacto	Frequência	25	34	27	86
	% relativa à Entidade	43,1%	33,7%	50,9%	40,6%
Nenhum impacto	Frequência	6	15	1	22
	% relativa à Entidade	10,3%	14,9%	1,9%	10,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	18	34	2	54
	% relativa à Entidade	31,0%	33,7%	3,8%	25,5%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Um grande impacto	Frequência	14	29	7	50
	% relativa ao Sexo	23,7%	21,3%	41,2%	23,6%
Um pequeno impacto	Frequência	26	53	7	86
	% relativa ao Sexo	44,1%	39,0%	41,2%	40,6%
Nenhum impacto	Frequência	5	17	0	22
	% relativa ao Sexo	8,5%	12,5%	,0%	10,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	14	37	3	54
	% relativa ao Sexo	23,7%	27,2%	17,6%	25,5%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Impacto do papel do associado na melhoria das condições de vida da comunidade, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
Um grande impacto	Frequência	3	2	8	13	6	9	2	0	7	50
	% relativa às Habilitações	9,4%	10,5%	25,8%	28,9%	21,4%	25,0%	50,0%	,0%	43,8%	23,6%
Um pequeno impacto	Frequência	11	10	11	14	16	15	2	1	6	86
	% relativa às Habilitações	34,4%	52,6%	35,5%	31,1%	57,1%	41,7%	50,0%	100,0%	37,5%	40,6%
Nenhum impacto	Frequência	3	3	2	8	4	2	0	0	0	22
	% relativa às Habilitações	9,4%	15,8%	6,5%	17,8%	14,3%	5,6%	,0%	,0%	,0%	10,4%
Não sabe/ Não responde	Frequência	15	4	10	10	2	10	0	0	3	54
	% relativa às Habilitações	46,9%	21,1%	32,3%	22,2%	7,1%	27,8%	,0%	,0%	18,8%	25,5%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa às Habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Auto-avaliação do associado relativamente à sua vida, por tipo de entidade

		Entidade			Total
		A1	B1	C1	
Muito satisfeito	Frequência	9	32	9	50
	% relativa à Entidade	15,5%	31,7%	17,0%	23,6%
Razoavelmente satisfeito	Frequência	35	57	31	123
	% relativa à Entidade	60,3%	56,4%	58,5%	58,0%
Não muito satisfeito	Frequência	9	7	10	26
	% relativa à Entidade	15,5%	6,9%	18,9%	12,3%
Totalmente insatisfeito	Frequência	2	2	0	4
	% relativa à Entidade	3,4%	2,0%	,0%	1,9%
Não responde	Frequência	3	3	3	9
	% relativa à Entidade	5,2%	3,0%	5,7%	4,2%
Total	Frequência	58	101	53	212
	% relativa à Entidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Auto-avaliação do associado relativamente à sua vida, por género

		Sexo			Total
		Masculino	Feminino	Não responde	
Muito satisfeito	Frequência	17	33	0	50
	% relativa ao Sexo	28,8%	24,3%	,0%	23,6%
Razoavelmente satisfeito	Frequência	36	80	7	123
	% relativa ao Sexo	61,0%	58,8%	41,2%	58,0%
Não muito satisfeito	Frequência	4	16	6	26
	% relativa ao Sexo	6,8%	11,8%	35,3%	12,3%
Totalmente insatisfeito	Frequência	1	3	0	4
	% relativa ao Sexo	1,7%	2,2%	,0%	1,9%
Não responde	Frequência	1	4	4	9
	% relativa ao Sexo	1,7%	2,9%	23,5%	4,2%
Total	Frequência	59	136	17	212
	% relativa ao Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Auto-avaliação da vida do associado, por habilitações literárias

		Habilitações Literárias									Total
		Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º ou 3.º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não responde	
Muito satisfeito	Frequência	5	5	3	13	6	13	3	0	2	50
	% relativa a Habilitações	15,6%	26,3%	9,7%	28,9%	21,4%	36,1%	75,0%	,0%	12,5%	23,6%
Razoavelmente satisfeito	Frequência	20	9	20	22	21	22	1	1	7	123
	% relativa a Habilitações	62,5%	47,4%	64,5%	48,9%	75,0%	61,1%	25,0%	100,0%	43,8%	58,0%
Não muito satisfeito	Frequência	6	2	7	6	1	1	0	0	3	26
	% relativa a Habilitações	18,8%	10,5%	22,6%	13,3%	3,6%	2,8%	,0%	,0%	18,8%	12,3%
Totalmente insatisfeito	Frequência	0	1	1	2	0	0	0	0	0	4
	% relativa a Habilitações	,0%	5,3%	3,2%	4,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,9%
Não responde	Frequência	1	2	0	2	0	0	0	0	4	9
	% relativa a Habilitações	3,1%	10,5%	,0%	4,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	25,0%	4,2%
Total	Frequência	32	19	31	45	28	36	4	1	16	212
	% relativa a Habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%